

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

**ENEL**

**14.11.2023**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Havendo número regimental, declaro aberta a décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 160, de 2023, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, investigando em especial no período de 2018 até 2023 as quedas de energia, cobrança de valores, a atuação operacional, suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede de infraestrutura e distribuição energética.

Registro com muita alegria a presença dos nobres deputados: deputado Carlos Cezar, deputado Luiz Fernando Teixeira, deputado Luiz Claudio Marcolino, deputada Carla Morando, deputado Dr. Eduardo Nóbrega, deputado Gilmaci Santos, deputado Jorge do Carmo, deputada Paula da Bancada Feminista, deputada Ediane Maria, deputado Paulo Fiorilo.

Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença de todos os prefeitos dos municípios atendidos pela Enel São Paulo, que estão aqui hoje para colaborar com os trabalhos desta CPI. Quero cumprimentar também, aqui fazendo parte hoje, o presidente da CPI da Enel da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Fernando Santana. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa de São Paulo. Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente. Para pedir a dispensa da leitura se for de acordo com os colegas.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura e fica considerada aprovada a Ata da décima reunião desta CPI. Cumprimentar aqui também o deputado Lucas Bove. Esta reunião foi convocada com o objetivo de apreciar os itens da pauta previamente divulgada, além de procedemos à oitiva do Dr. Max Xavier Lins.

Para esclarecer a organização dos trabalhos, nós iremos agora votar os requerimentos da pauta. Em seguida, passaremos a palavra ao senhor Max para suas considerações iniciais. Ao final da fala do Sr. Max, abriremos para que os prefeitos convidados também poderão usar a palavra pelo tempo de cinco minutos, e, após isso, os deputados membros da CPI usam a palavra pelo tempo máximo de dez minutos, seguidos pelos deputados não membros, pelo tempo de cinco minutos

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Lembrar que nós temos seis itens na pauta. Vai ser aprovado antes da oitiva, não é?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Isso.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Ótimo.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para registrar aqui a presença do Exmo. Sr. Deputado Fernando Santana, que é o primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e é o presidente da CPI da Enel lá no Ceará.

Hoje veio até aqui a nós para acompanhar os trabalhos, e ele presume que os problemas lá, que eu reputo serem muito piores do que os daqui, pelo que a gente tem notícia, mas são muito parecidos, e ele veio aqui para acompanhar o trabalho da CPI e ouvir um pouco, se é que o presidente da Enel vai falar alguma coisa, mas veio para acompanhar o trabalho, então dar as boas-vindas ao companheiro Fernando.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, Deputado, novamente seja bem-vindo, deputado Fernando Santana. Eu não acredito que exista algum lugar pior que essa situação da Enel São Paulo. Se está ruim aqui, imagine então a

situação de vocês. Então os nossos sentimentos pela população do Ceará. Então, vamos aos itens da pauta.

Item 1 - Deputado Carlos Cezar, Requerimento nº 2.619, requer que seja encaminhado convite ao Sr. Diretor Executivo da Fundação Procon, Luiz Orsatti Filho, para que compareça a este órgão colegiado com a finalidade de prestar esclarecimento sobre as medidas que foram adotadas em relação à concessionária Enel em virtude das graves ocorrências havidas pelas fortes chuvas que atingiram o estado de São Paulo na última sexta-feira, dia 3 de novembro, em especial na Capital e Região Metropolitana.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Deputado Luiz Claudio Marcolino, Requerimento nº 2.621, requer à CPI que determine à empresa a apresentação de um plano de enfrentamento e prevenção às consequências de fatores climáticos e desastres naturais nos municípios atendidos pela concessionária no período de dezembro de 2023 a março de 2024.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 3 - Recebemos, após a reunião passada, requerimento da deputada Analice Fernandes para convocação do Sr. Max. Visto que o requerimento já está atendido, e fica prejudicada a sua deliberação.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. O mesmo requerimento da nobre deputada Analice Fernandes, eu também tenho o Requerimento nº 2.658, de 2023, que também requer o convite do presidente, Sr. Max, à CPI.

Como o presidente da Enel conseguiu uma liminar tendo o direito de não responder os nossos questionamentos, eu queria que fossem mantidas aqui tanto a convocação da deputada Analice Fernandes, como a convocação pelo meu Requerimento nº 2.658, para preservar que ele retorne à esta comissão caso ele não responda os nossos questionamentos no dia de hoje. Então, eu não trato esse item como prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, o entendimento aqui da Mesa e da Procuradoria é que o requerimento já está prejudicado,

mas o que pode ser feito até, que a parte do senhor Max, que já está aqui, a gente possa fazer o requerimento só com essa parte, sem citar a convocação do Max.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente. Eu acho pertinente o pedido, até porque a gente pode ter uma nova reunião.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então vamos prosseguir com o requerimento.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu acho que é importante. Se a gente tiver mais algumas informações, a gente pelo menos já tem ele convocado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, eu entendo a posição da Mesa e também da Procuradoria. Mas há um fato superveniente, que é uma concessionária de serviço público ir ao Judiciário buscar uma liminar para falar o que quiser. Ela fez o que quis até hoje. Nós entendemos, Sr. Presidente, que se atender efetivamente o objeto dessa convocação, responder, e não quiser se guardar atrás de um remédio que, eu diria, neste momento, imoral, na minha avaliação, que é uma liminar para falar o que quiser.

Nós estamos aqui numa CPI para verificar o que está acontecendo com o povo de São Paulo, que tem acontecido tragédias. Isso caminhava de uma certa forma, mas eu acho que esse apagão mostrou a nudez da multinacional, da empresa italiana, do estado italiano aqui no Brasil. Então assim... (Interrupção do fornecimento de energia elétrica.)

Olhe aí, Sr. Presidente. Isso é proposital, Sr. Presidente? Podemos entender dessa forma? Eu queria reiterar, podíamos fazer essa convocação se o presidente atender...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, só para seguir aqui a orientação da nossa Procuradoria, para que a gente não infrinja e não desrespeite nenhuma decisão judicial, a gente pode colocar a convocação do jeito que veio a decisão, na forma de indiciado ou investigado. Pode ser?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Potencial investigado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O importante é manter aqui a convocação, até como preventiva. Se não tivesse tido uma liminar para o dia de hoje, para que o presidente não pudesse falar, poderiam estar prejudicados os requerimentos que nós apresentamos. Mas, como tem essa liminar, então é importante manter a convocação, para que a gente possa ouvi-lo novamente caso seja necessário.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria que fosse feito em relação aos nobres deputados uma votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Está bom.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Só para confirmar, então nós estamos mudando o teor da ementa para “potencial investigado”?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Potencial investigado, é isso.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Requerimento nº 2.658, de 2023, requer a convocação do presidente da Enel, o Sr. Max Xavier Lins, diretor presidente da Enel Distribuição São Paulo, empresa concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica da Capital e parte da Grande São Paulo, o presidente da Arsesp, Agência Reguladora de Serviço Público de São Paulo, o Sr. Marcus Vinicius Vaz Bonini, responsável delegado pela fiscalização do serviço de energia elétrica no estado, para prestar esclarecimentos sobre os serviços prestados, em especial sobre a regularização do fornecimento de energia na Grande São Paulo após o colapso causado pelo evento climático na última sexta-feira, dia 3 de novembro, bem como apresentem

planos de enfrentamentos de eventos futuros e esclareçam aos membros desta comissão sobre como serão feitas as indenizações aos consumidores que foram prejudicados pela interrupção do fornecimento de energia.

Requer convidar o presidente da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, o Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, para que preste esclarecimentos sobre o contrato e concessão para a Enel e suas obrigações, e sobre os termos da delegação de fiscalização para a Arsesp.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os senhores deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Vamos proceder então a uma votação nominal. Então, só para ficar claro e constar, que na retífica fique como “potencial investigado”. Para a gente poder fazer a retificação, vamos colocar em votação. Como vota o deputado Carlos Cezar?

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Favorável ao requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Luiz Fernando?

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Favorável ao requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Luiz Claudio Marcolino?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Favorável ao requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota a deputada Cara Morando?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Favorável ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Eduardo Nóbrega?

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - A favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Cumprimentar a deputado da Monica e já perguntar como a deputada faz o seu voto.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Bom dia, presidente. Voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Cumprimentar também a deputada aqui presente, a Bebel. Então só reiterando, a pedido aqui da Procuradoria, o requerimento aprovado na condição de potencialmente investigado.

Item 5 - Deputada Carla Morando, Requerimento nº 2.681, de 2023, requer que seja feito convite ao Sr. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, e para o Sr. Willian Oliveira de Freitas, vice-presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e conselheiro da Arsesp, para que compareçam a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e sejam ouvidos a respeito da apuração de possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, trazendo informações complementares e eventuais documentos que repute necessários à investigação realizada por este colegiado.

Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 6. O item é um requerimento de minha autoria e por força regimental passo a Presidência dos trabalhos ao deputado Luiz Fernando.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Fernando.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - LUIZ FERNANDO - PT** - Item 6 - Autoria do nobre deputado Thiago Auricchio. Requerimento nº 2.682, de 2023, requer que seja feito convite ao Sr. Silvio Marques, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, para que compareça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e seja ouvido sobre apuração de possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, trazendo informações e eventuais documentos que repute necessários à investigação realizada por este colegiado.

Em discussão o requerimento. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Devolvo a Presidência dos trabalhos ao senhor deputado Thiago Auricchio.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Agradeço, deputado Luiz Fernando. Cumprimentar o deputado Oseias de Madureira e o deputado Alex Madureira. Convido então à mesa o senhor Max Xavier Lins, diretor-presente da Enel São Paulo. O Sr. Max é diretor-presidente da companhia desde novembro de 2018, é formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco em 1986, especializado em proteção de sistemas elétricos pela Universidade Federal de Santa Catarina, e possui MBA em finanças empresariais pela Fundação Getúlio Vargas em 2002 e 2003.

Nos últimos anos, exerceu funções de diretoria na Queiroz Galvão Energia, na Elektro Eletricidade e Serviços Sociedade Anônima, na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo Sociedade Anônima e na NC Energia Sociedade Anônima Grupo Neoenergia. Pergunto se o senhor está acompanhado do advogado.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Estou, sim, deputado.



**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então convido o doutor para estar aqui à mesa conosco. Para deixar informado a todos, acho que é de conhecimento da Casa e de grande parte dos deputados, esta CPI recebeu ontem à tarde ofício do Tribunal de Justiça de São Paulo informando a decisão do desembargador Dr. Xavier de Aquino, que apontou que o Sr. Max Xavier deverá ser ouvido na qualidade de investigado, e não de testemunha. Então, passo a palavra ao Sr. Max Xavier Lins, como potencial investigado.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Bom dia a todos, bom dia, deputado Auricchio, em nome de quem, eu cumprimento todos os membros desta nobre Comissão e todos os presentes. Apesar de estar acompanhado do meu advogado e de ter um habeas corpus, eu quero manifestar que entendo ser absolutamente legítimos o objeto e os trabalhos de uma Assembleia, e estou aqui de forma absolutamente transparente para responder todas as perguntas e tentar esclarecê-las.

Dito isso, eu quero também manifestar, já disse isso em algumas ocasiões ao longo da semana, eu quero manifestar o meu pedido de, reiterar o meu pedido de desculpas a todos aqueles dois milhões e cem mil clientes que ficaram sem energia na sexta-feira passada, dia 3 de novembro, em função do evento climático, nós vamos detalhá-lo aqui, e também a toda a sociedade. Nós sabemos o transtorno: a energia elétrica é um insumo essencial à sociedade, à vida moderna.

Ninguém vive sem energia elétrica. Ninguém vive sem energia elétrica, e nós sabemos que ficar sem energia elétrica durante um tempo significativo representa um grande transtorno para todos. Então, eu queria reiterar, já disse isso várias vezes ao longo da semana, em entrevistas, entrevistas coletivas, entrevistas individuais, mas quero reiterar aqui na Assembleia o meu pedido de desculpas aos clientes e à sociedade.

Dito isso, presidente, eu gostaria de fazer uma apresentação. Trouxe um material que eu quero dividir em duas partes: primeiro uma apresentação de caráter mais genérico, e depois nós vamos entrar no evento climático que aconteceu na sexta-feira, dia 3, onde nós vamos detalhar o que aconteceu, a intensidade do evento, toda a mobilização, os impactos disso e todo o esforço que foi feito para a normalização.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Limitado a que tempo essa exposição? Porque, na verdade, hoje o foco é mais a gente...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Dez minutos.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Dez minutos? Perfeito.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Se pudesse me ser concedido um pouco mais de tempo, talvez isso fosse melhor para o esclarecimento. Pode ser? É possível ter apresentação?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O computador desligou com a falta de energia. A gente está aguardando, se o senhor quiser prosseguir sem apresentação.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Enquanto a apresentação não está visível para todos, a Enel Distribuição São Paulo é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que foi privatizada em 1998.

Ela pertencia ao Governo do Estado de São Paulo e, à época, foi adquirida por um grupo norte-americano, que ficou com o controle dela até 2018, quando decidiu sair do negócio de distribuição de energia elétrica do Brasil e vendeu esse controle, que foi adquirido pela Enel, que é um dos maiores grupos mundiais de energia elétrica, presente em 32 países e líder em segmentos como geração renovável e distribuição.

Nós, nesses cinco anos de companhia, a área de concessão, é importante também dizer, é pequena, relativamente pequena, geograficamente pequena, ela pega o município de São Paulo mais 23 municípios da Região Metropolitana. São aproximadamente 4.500 km quadrados, são 43 mil quilômetros de redes elétricas entre baixa, média e alta tensão, atendemos quase oito milhões de clientes, e atendemos uma população de aproximadamente 22 a 23 milhões de habitantes.

Apesar de ser uma área geográfica pequena, aqui nas nossas redes concentram-se 10,3% de toda energia consumida no Brasil. É a área socioeconômica mais relevante do País, daí a importância do atendimento aos critérios de confiabilidade e de qualidade. Nesses cinco anos que a Enel está à frente da companhia, a Enel investiu 6,7 bilhões de

reais, fez 6,7 bilhões de reais em investimentos, investimento esse que é recorde em relação a toda a história da companhia.

Se nós dividirmos os 6,7 bilhões pelos cinco anos, nós vamos ter em média um investimento, e esses números estão nos balanços da companhia e são o que é uma sociedade anônima e tem seu balanço publicado na Bovespa, esse valor, 6,7 bilhões, dá uma média anual de quase 1,4 bilhão de reais por ano.

Para os senhores terem uma ideia de comparação, nos anos anteriores à Enel chegar, o investimento médio anual era de apenas 0,8 bilhão de reais. Portanto, houve um aumento significativo, de quase 80%, dos investimentos que eram feitos anteriormente. Isso é fato e dado. Está publicado em balanço, auditado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Então, os investimentos têm sido recordes nesse período.

O que tem sido feito com esses investimentos? Esses investimentos têm sido aplicados em construção de novas subestações, modernização de subestações existentes, novas linhas de subtransmissão, melhoria e reforço das linhas de distribuição e, sobretudo, um investimento muito massivo em automação de rede. Nós vivemos numa área de concessão que não é apenas a área de concessão mais relevante do ponto de vista social e econômico do País, é também a mais complexa. O trânsito de São Paulo por si já é uma grande complexidade.

Quando nós temos um evento climático com chuva, ventos e tempestades, ruas ficam alagadas, o trânsito fica paralisado e a logística de deslocamento de veículos de emergência, ela se torna muito mais difícil. Portanto, é absolutamente necessário atuar também usando a tecnologia.

Em 2017, quando a Enel, quando o controlador anterior estava, nós tínhamos apenas pouco menos de oito mil equipamentos de automação. Fechamos o ano de 2022 com 21 mil equipamentos de automação. O nosso centro de operações, e os senhores estão convidados para visitá-lo a qualquer momento, é o que existe de mais moderno no mundo.

Só para concluir a fala, depois eu volto à apresentação. É considerado o estado da arte do que existe não só no Brasil, mas no mundo. E o ano passado realizou 230 mil operações remotas de rede. Manter a rede íntegra sem esses recursos seria impossível, impossível. Então, esses investimentos têm sido direcionados a isto. E qual a consequência desses investimentos? Existem consequências objetivas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, que é o órgão regulador, é importante dizer isto, a agência, o negócio energia elétrica no Brasil, o serviço de energia elétrica no Brasil,

é uma atribuição exclusiva da União, que o exerce através de legislação federal e através também de regulamentação emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel.

E ela tem dois indicadores de confiabilidade e de qualidade muito importantes. O primeiro chama-se DEC, que é a duração equivalente por consumidor, que significa o tempo médio que um cliente fica sem energia elétrica durante o ano, durante o ano. Em 2017, antes de a Enel assumir, esse valor era de 11,7 horas; e fechamos 2022 com 6,36 horas, ou seja, na prática, ao final de 2022, um cliente da Enel, aqui na Região Metropolitana de São Paulo, tem metade do tempo que ele ficava sem energia, em média, durante o ano, lá em 2017, antes de a Enel assumir.

O outro indicador chama-se FEC - Frequência Equivalente por Consumidor -, que é a quantidade de vezes, em média, que um cliente fica sem energia durante o ano. Em 2017, ano anterior à assunção da Enel em São Paulo, esse número era de aproximadamente 6,5 vezes. Fechamos 2022 com um valor de aproximadamente 3,3 vezes, ou seja, um cliente também da Enel São Paulo, hoje, está numa situação bem melhor do que estava lá em 2017.

Fruto de quê? Exatamente. Fruto dos investimentos massivos, que a empresa nunca havia recebido anteriormente e fruto da alocação disso na modernização desse sistema, desses 43 mil quilômetros de rede de baixa, média e alta tensão, e sobretudo de muita automação e sensorização de sistemas.

Estão aqui os números, que todos podem ver. São números públicos. Estão lá no site da Agência Nacional de Energia Elétrica e podem ser... São auditados pela agência, validados pela agência, são também fatos e dados. Então onde estamos de fato? Estamos em cinco anos, com a Enel, de investimentos recordes na companhia e com significativa melhoria dos indicadores objetivos de DEC e FEC estabelecidos pelo poder concedente.

Evidentemente, que o negócio de distribuição de energia elétrica, senhores e senhoras, é um negócio capital intensivo e de larga maturação. Por isso, que há contratos de concessão de largo prazo - 30 anos. Investe-se hoje para que essa melhoria gradual vá acontecendo e tenha-se a remuneração disso ao longo do tempo... Dois segundos...

Eu também queria lembrar que nesse espírito de poder esclarecer a fase posterior de perguntas, eu tenho aqui comigo dois diretores da companhia. Um que já esteve nesta Casa prestando depoimento, o engenheiro Vincenzo Ruotolo; e o direto comercial, o André Oswaldo. Só para deixar claro isso, o espírito de esclarecimento e cooperação.

Quero também lembrar que no negócio de distribuição de energia elétrica não se pratica preço, pratica-se tarifas. É diferente de um negócio comum. Tarifas essas

estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O nosso reajuste, a nossa data de aniversário do contrato de concessão é em julho de cada ano. E na última revisão tarifária, que aconteceu no dia quatro de julho, a tarifa caiu 2,24%, em média, evidentemente que isso é diferenciado por classe de consumidores.

Algumas classes tiveram uma redução maior, como a industrial, outras tiveram... Serviço público... Outras tiveram uma redução menor e o rural... A classe rural teve um aumento, porque os subsídios ao consumidor rural irrigante foram retirados pela agência federal para todo o Brasil, mas a tarifa... A percepção da tarifa, em média, para o consumidor final, no último reajuste, caiu 2,24 por cento.

E vale a pena citar a evolução da tarifa de energia elétrica nos últimos 20 anos. De cada 100 reais, que um distribuidor arrecada, ele fica apenas, no caso da Enel, com 22 reais, menos que 22 reais. O restante vai para geração, vai para transmissão, vai para encargos setoriais estabelecidos pelo governo federal e vai para impostos - sobretudo imposto estadual e PIS/Cofins -, que ficam com uma parcela significativa.

Mais uma vez, de cada 100 reais que um cliente paga de energia elétrica, menos que 22 reais ficam com a empresa distribuidora. O restante segue para as empresas de geração imediatamente; as empresas de transmissão; pagamento de ICMS e PIS/Cofins; e os encargos setoriais. Aliás, vale a pena também dizer aqui, quando um cliente não paga a conta de energia elétrica, tendo sido faturado, a empresa arrecada o ICMS, os impostos, independentemente da inadimplência deste cliente.

Nos últimos 20 anos, as tarifas de distribuição de energia elétrica variaram 2,6 vezes, a energia em si 2,8 vezes. O IPCA subiu 3,1 vezes. A transmissão de energia elétrica, que pertence ao País, 3,4 vezes. O índice IGPM 3,9 vezes. E os encargos federais 10,8 vezes.

Então além de ter um quinto, reter apenas um quinto, um pouco mais de um quinto da tarifa de energia elétrica, que é paga pelo cliente, da conta do cliente, que ele paga. A variação da tarifa, nos últimos 20 anos, a distribuição foi a parcela que contribuiu para sua modicidade.

Importante também destacar que - além da questão dos investimentos em rede, em automação, que configuram essa melhoria no desempenho de confiabilidade e qualidade, ou seja, da qualidade do serviço - nós temos também investido em um relacionamento com os clientes. No ano passado, houve 147 milhões de interações com a companhia, das quais boa parte disso estão distribuídas aqui.

Então há um esforço muito grande da companhia em digitalizar os seus atendimentos. Por quê? Primeiro, porque o volume é um volume, que seria impossível tratar apenas através de agências presenciais e de call center. Segundo lugar, porque há um fenômeno geracional, as novas gerações não querem - sobretudo os mais jovens - ir presencialmente, como nós não queremos ir a uma agência bancária.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Pela ordem, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Queria pedir... Na verdade todos os dados, que o Sr. Max está trazendo, já foram apresentados na outra oitiva pelo Sr. Vincenzo. Acho que o que importa hoje é dizer sobre a questão do que aconteceu no dia três, o que foi feito, o que foi tomado de decisão de emergência...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Deputada, vamos deixar o convidado concluir a sua apresentação. Eu sei que já é repetitiva...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Só falando de imposto e de tarifa...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Eu sei, mas fica a critério dele...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Acho que o foco...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Acho que depois abrindo para as perguntas dos deputados, a gente pode fazer esses questionamentos. Então vamos deixar o convidado finalizar.

**O SR. MAX XAVIER LINS -** Muito obrigado, presidente. Nós vamos chegar lá, deputada. Eu só preciso retomar o tema, para que haja a construção de um raciocínio, ou seja, é importante nós, se pudermos, sabermos com serenidade, separarmos o que... O evento de sexta-feira que de fato é um evento extremamente grave e que rebata na

satisfação das condições normais de temperatura e pressão. É muito importante nós termos esse discernimento e separarmos essas coisas.

Então estou tentando exatamente mostrar as duas coisas, mas nós vamos, sim, dar uma mergulhada no evento climático do dia três e vamos explorar todos os seus aspectos. Bem, esses indicadores de qualidade... Nós também temos canais de relacionamento voltados com o poder público, prefeituras, estado, governo federal, seja no plano executivo, legislativo ou judiciário, todas as esferas.

Há gestores de poderes públicos, que no dia a dia se relacionam exatamente para atender as demandas desses clientes. Também é importante destacar que uma agência... Uma distribuidora de energia elétrica é uma entidade fortemente regulada por resoluções emanadas do poder concedente, no caso Aneel, existem lá prazos, condições, etc. para qualquer atendimento.

Evidentemente, nós sabemos e temos a sensibilidade de que, sobretudo da parte do poder público, há determinados momentos em que as expectativas de atendimento são bem menores, são bem inferiores aos prazos regulados. E a companhia tem, sim, feito um esforço para tentar, primeiro, atender essas expectativas; segundo, diminuir esse prazo médio de atendimento, mesmo considerando que o prazo limite é mais elástico.

Bem, dito isso, eu poderia falar aqui um pouco sobre vários outros aspectos, mas eu gostaria antes de falar um pouco sobre poda. Poda e manejo de árvores. É um aspecto importante que vai nos remeter ao evento do dia três. A legislação federal junto com alguns normativos estabelecem claramente que manejo e poda de árvores são de responsabilidade dos municípios.

Uma distribuidora de energia elétrica, evidentemente, dos 40... Nossa rede majoritariamente aérea e assim Brasil afora. E por que o é? É importante entendermos isso. As redes são majoritariamente aéreas, porque, no começo do século passado, o Brasil adotou esse padrão para que pudéssemos universalizar o serviço de energia no Brasil.

Segundo o último censo do IBGE, senhores deputados, 99,8% dos lares brasileiros são atendidos com energia elétrica. Apenas os grotões não o são. E como é que foi conseguido isso? Diferente de água, esgoto e saneamento, onde apenas 50% da população deste País tem direito a saneamento básico.

Então energia elétrica é motivo de orgulho nacional, porque está ligado à dignidade, ao avanço da sociedade e à prosperidade. Ela atingiu a universalização, só nos grotões não há energia elétrica e em sistemas isolados.

Só que isso precisa caber no bolso de todos, sobretudo na população de menor renda, e foi por isso que o Brasil, no início do século passado, adotou o padrão de rede aérea, porque ele permite uma expansão muito mais barata, mais fácil e mais rápida. Só que as cidades se adensaram e evidentemente esse padrão aéreo, que convive sobre tudo com a vegetação urbana, nos grandes centros urbanos, tem interferências.

É há limitações claras, objetivas, no que tange a falibilidade. Esses sistemas não são infalíveis. Eles são falíveis, eles são projetados e construídos para níveis de confiabilidade compatíveis com a tarifa que é cobrada. Existe uma solução de compromisso... É uma solução de engenharia... Que é também uma solução de compromisso econômico.

Em primeiro lugar não existe rede infalível... Elétrica infalível, ainda que fosse subterrânea, porque as redes subterrâneas estão sujeitas a inundações, estão sujeitas também a roubo, estão sujeitas a ataque de... Os cabos estão sujeitos a ataque de roedores. É evidentemente que o nível de confiabilidade é muito maior, mas o custo seria muito maior e a tarifa talvez fosse inviável, se isso fosse feito massivamente.

É óbvio que nós gostaríamos imensamente de poder fazer isso, mas é uma solução de compromisso com a sociedade. E mais do que isso, entendo plenamente que para alguns casos específicos, algumas partes de algumas áreas específicas de concessão o enterramento faz-se necessário. A grande pergunta é: como bancar? Como fazer a engenharia econômica e a bancabilidade disso? Dito isso, eu gostaria de passar ao evento...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para a gente encaminhar, para finalizar.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu iria fazer agora a apresentação do evento...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, não, só para a gente começar a finalizar, porque já são quase 20 minutos de fala, Sr. Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - O evento do dia três de novembro foi um evento climático extremo. Previam-se ventos de 55 quilômetros por hora, e os ventos que se materializaram foram ventos de 105 quilômetros por hora. Eu tenho uma escala aqui...

Esse é o mapa de ventos que aconteceram no estado de São Paulo, na tarde e na noite do dia três. Percebam, em vermelho está ali destacado a área de concessão. E é



importante destacar isso. As pessoas às vezes falam, confundem. O estado de São Paulo tem cinco concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Nós somos uma parte da Região Metropolitana de São Paulo, é aquela parte vermelha, que está aqui.

A tempestade que passou por São Paulo foi uma tempestade que teve 400 quilômetros de extensão e ventos que atingiram, na nossa área de concessão, os maiores ventos do estado, conforme o mapa mostra aqui 105... 103, 105 quilômetros por hora. É a escala imediatamente anterior a furacão, acima da escala 11 a próxima é furacão.

Então assim, de fato os efeitos disso são devastadores, sobretudo em uma área de concessão em que há muita, muita, muita arborização. Telhados foram arrancados, telhas metálicas foram arrancadas e voaram sobre a rede, objetos voaram sobre a rede, mas sobretudo 95% das ocorrências tiveram origem na interferência de vegetação, galhos e árvores de grande porte, que desabaram sobre a rede em toda a área de concessão.

Estima-se três milhões de árvores de grande porte na nossa área de concessão, das quais 650.000 no município de São Paulo. Esse parque arbóreo, que é fantástico, que é muito importante, que todos queremos, convive com a rede elétrica aérea e com outras infraestruturas.

E no momento em que você tem ventos muito fortes, chuvas muito fortes, essas árvores... Mesmo uma árvore sadia pode ser impactada e pode cair. Mais ainda, árvores que eventualmente estejam doentes, atacadas com... Com as raízes atacadas por cupins, o tronco perde resistência mecânica, a copa fica encharcada de água, o tronco perde resistência e ela tomba. Ela tomba danificando veículos, matando pedestres, derrubando... Quebrando postes, derrubando transformadores, rompendo cabos elétricos. Foi isso que aconteceu em larga escala no evento do dia três.

E aqui está o evento que aconteceu lá no dia três. Esse vento aconteceu sobretudo ali a partir das 16 horas e 15 minutos e de repente, em um intervalo muito pequeno, dois milhões e 100 mil clientes ficaram sem energia. Foi o maior evento climático já registrado pelo centro de gerenciamento de crises desde que isso foi criado em 1995. E foi o maior número de clientes, que a companhia teve desligado simultaneamente.

De fato, foi um evento muito forte. E mais do que isso, ele foi concentrado não na alta tensão, mas na média e na baixa tensão, nos circuitos de média e de baixa tensão, o que torna ainda mais difícil e mais complexo a sua recuperação. Por quê? Porque essa rede é extremamente malhada, extremamente malhada, então nós tínhamos ali a tempestade perfeita. Muito forte, muito intensa, ventos, chuva, ruas alagadas, desmoração... É bom dizer que não apenas a rede elétrica... Estava lendo

recentemente no jornal, mais de 100 desmoronamentos apenas na cidade de São Paulo, oito pessoas morreram sem ter nada a ver com a rede elétrica, oito pessoas morreram.

Então ninguém... Não, não, oito pessoas não morrem à toa. É para que nós tenhamos a clara percepção da magnitude desse evento, mas a vegetação nos atingiu fortemente. E a recuperação, inicia-se um processo de recuperação disso. Nós imediatamente entramos em um nível de pré-alerta quando os institutos de meteorologia sinalizaram, ainda na manhã do dia dez, que entraria uma tempestade com ventos de até 55 quilômetros por hora, os ventos que vieram foram de 105.

E vale também a pena dizer o seguinte, dois furacões de grau cinco na Escala Richter não são o mesmo que um furacão na escala dez. É completamente diferente, o efeito é completamente devastador. E nós tivemos centenas - a palavra é centenas - de trechos destruídos, postes quebrados, transformadores no chão, cabos rompidos.

E nesse momento, tínhamos lá, antes da tempestade, 300 equipes de prontidão nas ruas, ainda naquela noite da sexta, madrugada do sábado, evoluímos para 900 equipes. No dia seguinte, ao longo do dia, atingimos 950 equipes. Fomos mobilizando todos os recursos, veículos, equipamentos, mão de obra, convocamos todas as pessoas que estavam de folga...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, Sr. Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Para finalizar e dizer aos senhores que a recuperação em função desse esforço... Chegamos atingir, presidente, 1.200 equipes em campo, ou seja, quadruplicamos o esforço. Está aqui nesse gráfico. Noventa e cinco por cento dos clientes recuperados foram atingidos... Foram recuperados com menos de 72 horas; em 24 horas, um milhão e 200 mil clientes já estavam com energia, ou seja, quase 60%; com 48 horas, 88% desses clientes estavam com energia; e com 72 horas, 99%, 99,4% desses clientes estavam... 97% desses clientes estavam com energia.

O que restou? Evidentemente, mais uma vez, uma pessoa que fica três, quatro, cinco dias sem energia é terrível. Nós entendemos claramente esse conceito. Aliás, vários eletricitistas nossos, que estavam em campo, estavam sem energia nas suas casas, diga-se de passagem, trabalhando exaustivamente. E isso foi reconstituído dentro dessa curva aqui.

Mais uma vez, para quem fica sem energia é um esforço muito grande, é um transtorno muito grande, mas todo esforço foi feito no sentido de buscar essa mobilização.

Trouxemos inclusive recursos de outras áreas de concessão, onde nós atuamos fora do estado de São Paulo. Eu teria mais a dizer presidente Auricchio, mas dado...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Conforme forem sendo feitas as perguntas, o senhor vai complementando.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Pode ser.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Se o senhor achar...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Lucas.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Para registrar a presença aqui do meu querido amigo - sempre ministro -, cidadão paulistano preocupado com a situação da energia elétrica na cidade de São Paulo, aqui, o deputado federal Ricardo Salles.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, deputado Ricardo Salles, e seja bem-vindo. Passarei agora a palavra aos prefeitos inscritos aqui. Começando pelo prefeito de São Bernardo, Orlando Morando. Agradecer o Sr. Max pela apresentação, conforme eu coloquei, se o senhor for achando devido fazer demais colocações durante as perguntas dos deputados... Que fique claro que aos prefeitos o tempo de cinco minutos, porque tem mais de cinco prefeitos aqui. O prefeito Marcos Neves também já está inscrito.

E dizer que a Enel até foi vítima dela mesma agora, porque o Sr. Max queria fazer apresentação, não conseguiu por conta da queda de energia. A gente pode até pedir agora, solicitar ao presidente André do Prado, viu o deputado... Prefeito Orlando Morando, uma indenização à Enel, porque a nossa televisão, uma queimou e a outra o adaptador, que liga o computador a televisão, também queimou. Então a Assembleia também foi vítima aqui da própria Enel. Com a palavra o deputado... Prefeito Orlando Morando, que tem uma história aqui com a Assembleia de São Paulo. Seja muito bem-vindo, muito obrigado.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Deputado Thiago Auricchio, bom dia. Pediria se eu posso me sentar para fazer as perguntas, em pé olhando no rosto dele direto... E para saber a dinâmica. Eu venho colaborar com informações para CPI ou ele é obrigado a responder o que eu perguntar? Só para a gente ter dinâmica...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O que a gente tinha colocado era mais no sentido colaborativo, prefeito. Senão...

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Colaborativo? Está ótimo. Eu acho mais válido também, até porque o papel de investigação é dos senhores e não nosso.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Exatamente, fica... Obrigado.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Peço licença, com a sua autorização... Como eu tenho algumas perguntas... Eu vou tentar ser mais disciplinado que ele, e não passar os cinco minutos. Primeiro, cumprimentando, em nome do Thiago, todos os deputados, em nome da minha esposa, deputada Carla, todas as deputadas aqui presentes.

Primeira colaboração, presidente Thiago, é a central de relacionamento das prefeituras com a Enel, você sabe como que nós falamos com a Enel quando nós tivemos um grave incidente que eu considero grave? Um bairro inteiro, uma unidade hospitalar, que teve o abastecimento cerceado, é obvio, com os geradores funcionando. A gente liga para central de relacionamentos e fala com a mesma maquininha que todo mundo fala. Aquele computador metalizado que fica respondendo.

Essa é a central de relacionamento das prefeituras hoje com a Enel. Eu pude apurar isso ontem, o governador Tarcísio nos convocou para uma reunião no Palácio, junto com agência reguladora e esse meu depoimento foi o de todos. Aliás muitos prefeitos que aqui estão e terão a oportunidade... Então o primeiro que é lamentável.

Eu prefiro aqui me reportar aos episódios não do dia três de novembro. Eu quero me reportar à recorrência do desserviço que a Enel presta, como, por exemplo, prazo para um atendimento. A gente termina uma obra pública, um ginásio, um conjunto habitacional, um campo - que você põe a iluminação -, não liga. E como não liga? Eles não têm prazo.

Você paga... É importante que a sociedade saiba. Não é porque é da prefeitura que nós não pagamos. A gente paga como qualquer cliente privado. Paga antecipado o preço colocado - e aqui não me cabe discutir preço, não é nosso papel -, e simplesmente eles ligam quando querem. Os prazos foram dilatados pela agência reguladora, então, por exemplo, uma remoção de poste: até 180 dias. Quer dizer eu faço o viário...

Aliás, nesse momento, eu estou com uma via pronta, Estrada do Poney Club - Jardim das Orquídeas. O viário foi duplicado está pronto, os postes estão lá, eu já paguei os preços que a Enel coloca - e eu não estou aqui para discutir certo ou errado. Quando eles vão remover o poste? No dia que der vontade. Nesse período, o risco aumenta, porque o poste acabou ficando no meio da rua. A gente por mais que sinalize, leva a população a risco.

Primeiro ponto. Novas ligações, seja qual for o serviço, de uma UBS a um conjunto habitacional, ontem... Como ele se tornou público, eu me sinto aqui no direito de pôr... O prefeito da cidade de São Paulo pôs um áudio, que ele mandou para o Sr. Max. Vários. De conjuntos na Zona Sul de São Paulo, que estão prontos, funcionando no gerador, porque a Enel não fez a ligação de energia elétrica. Isso é comum conosco também.

Então é mudar esse protocolo... Não é razoável, no século XXI, uma prestadora de serviço... Porque para nós prefeitos, deputados, vereadores, que somos eleitos, o nosso chefe é a sociedade. Aliás, é ela que paga, por sinal, meu salário. Eles querem prazo. Não dá para a gente continuar numa retórica, que não tem prazo.

Fica a Deus privar. E muito pior quando é um privado. É o que eu mais recebo de empresas, quando vão se instalar na cidade, alguém que vai abrir um comércio, se eu posso ter uma colaboração para Enel fazer a ligação mais rápido. Eu sou do ramo dos supermercados, hoje estou licenciado, mas assim...

A gente consegue construir um supermercado em 180 dias, do alicerce à inauguração, inaugura com gerador. Eu dou um testemunho, porque uma das lojas família nós inauguramos com gerador. E pago. Tudo pago antecipado. Eles não têm prazo. Então a Enel, hoje, inclusive, atrapalha o desenvolvimento econômico do estado. Eu estou afirmando isso aqui. Eu não estou questionando. Eu estou afirmando que ela atrapalha.

Eu queria entrar em um ponto sobre poda de árvore. Sr. Max, o senhor não precisa lembrar ninguém que é papel da prefeitura podar árvore. Aliás, o senhor como meteorologista, engenheiro ambiental se sai muito bem, você vai muito mal como presidente da distribuidora de energia elétrica.

Então o senhor não precisa vir falar para ninguém, como o senhor se prestou todos esses dias nas emissoras, no lugar de ter pedido desculpa à população - o que você foi fazer somente no domingo -, ficar acusando as prefeituras. Limpe a sua rede elétrica que eu podo as minhas árvores.

O senhor quer? Eu tenho no meu celular. Depois do episódio... Está aqui, morador do Bairro Jordanópolis... Sexta-feira passada, os senhores estiveram lá, sua empresa esteve lá, deseletrificou o fio, não comunicou a prefeitura, deixou todos os galhos na calçada e a gente sequer tem o conhecimento. Eles não dão protocolo. Por que você não faz um desafio e aceita aqui hoje na CPI? Mande suas equipes deseletrificar, que eu mando as da prefeitura, em simultâneo e fazendo toda poda de árvore.

A gente fica refém das OS deles. A gente pede, eles podam quando querem, não avisam a prefeitura, além de tudo sujam a cidade. O senhor quer... Eu estou aqui, eu peço para pôr no telão... Da última sexta-feira. Então não é razoável. Eu vi por sinal, ali fora, o senhor não se dirigiu, eu não sei se ele ainda é funcionário da empresa, o Sr. Mesquita. Ele estava aqui, porque eu o vi. Mande inclusive tirar uma foto dele. O Mesquita era quem fazia o atendimento, pelo menos com a prefeitura de São Bernardo.

Eu ia ter uma grande evento, nos estúdios São Bernardo, antigo Pavilhão Vera Cruz. Eu, prefeito, na atribuição do meu cargo, tirei uma foto da árvore, com risco de aquilo ter um problema no evento. Mande para o Mesquita. Resposta do Mesquita: “O senhor fez o pedido oficial?”. “Mesquita, fiz o pedido oficial”. Passou uma semana, não foi feita a poda da árvore. Falei: “Mesquita, não podaram a árvore ainda”. “O pedido do senhor está errado, não é poda, o senhor tem que pedir um rebaixamento de copa”. Isso não é sério, ele respondeu para mim.

Então, você imagina, e aqui eu não estou usurpando do meu cargo, eu só sou representante eleito para defender os interesses da cidade, se eles fazem isso, que o prefeito pediu para fazer a poda de uma árvore porque estava ao lado de um transformador e poderia comprometer o evento, que era com a TV Bandeirantes, você imagina o que passa o cidadão comum na mão dessa companhia, Marcolino. Olhe a que nível chega.

Bairros. Não foi agora, foi em janeiro de 2023. Tem uma comunidade chamada Zé do Buraco, ao lado da EcoRodovias, está na região do Jardim Represa. Uma leve chuva de janeiro. Vocês deixaram três dias o Zé do Buraco, mais de mil moradores, no escuro.

O senhor não sabe porque não deve ter o WhatsApp de gente humilde. O pessoal te mandar uma foto de um frango que estragou na geladeira sem energia. Se o senhor recebesse foto de gente humilde, ia saber o que é a dor do povo. Gente que precisa de

máquina para ter oxigênio em casa, como o meu pai, e você tem que tirar ele às pressas quando fica no escuro.

Segundo ponto, é óbvio que eles vão aqui apurar, mas só aumentou o número de clientes, e diminuiu o número de funcionários. Não tem tecnologia. Se você falar: “Diminuiu o número de colaborador porque a empresa está mais tecnológica”, onde tem tecnologia? É fio, é relógio, é ligação. Quando cai o cabo, é gente para religar. Não tem tecnologia, e reduziram. Então, assim, é um absurdo.

O segundo ponto que é importante, Srs. Deputados, que já devem saber, mas reafirmar: não tem reserva, o bombeiro. Quem mora em prédio, a grande maioria dos prédios, principalmente os com mais de quatro andares, tem elevador. A reserva não pode ser mais do que seis horas pelo volume de combustível.

O bombeiro não dá o Habite-se, nem o alvará, o AVCB. Então não adianta falar: “Deu um apagão, todo mundo ficou sem elevador”. Três dias vai ficar. O comércio também não pode armazenar, até porque não é obrigação você ter gerador, a obrigação é ter o fornecimento de energia elétrica.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar também, prefeito.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - E aí, Thiago, eu queria deixar aqui, em nome da população de São Bernardo, que vocês possam relatar, mesmo com essa tragédia que ele afirmou que foi um evento sobrenatural sob o aspecto climático, qual vai ser o caminho para indenizar comerciantes que fecharam na sexta-feira e voltaram a funcionar no sábado?

Prejuízo com o faturamento, estoques perdidos, porque o pequeno comerciante, se tinha a geladeira funcionando em casa, ele levou; se ele estava no escuro em casa e no comércio, perdeu. Restaurante que trabalha com peixe, gente que trabalha com carne, enfim, todo o comércio.

E o consumidor. O nosso Procon de São Bernardo, até ontem, já tinha 110 reclamações. Nós criamos uma via rápida só para atender reclamações da Enel. Que eles pudessem minimamente respeitar quem foi vítima da tragédia e buscassem uma linha rápida para fazer acordos, até mesmo coletivo, enfim, porque pior do que tudo o que foi feito e o que se passou no dia três é saber que eles vão passar impunes, como a maioria

fica. Não reclama porque dá trabalho, às vezes tem que pegar o advogado, ir ao Pequenas Causas.

Então deixo aqui esse questionamento, agradecendo o trabalho da CPI e muito confiante de que vocês, através desta CPI, buscarão uma nova dinâmica para que o povo de São Paulo, principalmente da Região Metropolitana, não continue sofrendo como sofre com essa péssima empresa. Péssima. E eu não sou hipócrita, eu estou afirmando, olhando para o senhor: a Enel é um lixo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, prefeito Orlando Morando. Os prefeitos que sabem do sofrimento que passam, porque, teoricamente, estão na linha de frente. Com a palavra, então, o senhor Max, para responder.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado pelas colocações, prefeito Orlando Morando. Elas são muito importantes, mais uma vez, para o esclarecimento.

Quanto aos prazos de ligação, isso está, evidentemente, normatizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Está lá, Resolução nº 1.000, para cada tipo de obra existe um prazo. Evidentemente, nós sabemos que, muitas vezes, a expectativa do poder público, seja ele municipal, estadual, federal, não casa com os prazos que lá estão.

E há uma tentativa, através dos gestores de poder público que mantêm contato cotidiano com as equipes, as secretarias de obras etc., no sentido de antecipar isso tudo. Se o senhor tiver qualquer caso objetivo, pode passar para a minha assessoria, nós vamos olhar, analisar o status e passar aqui.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Eu não quero tratamento individualizado, o serviço tem que ser geral para todos. Não me peça, isso não é correto.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Prefeito, se a gente começar a rebater, vai ficar ruim por conta do tempo. Então, vou deixar o orador aqui na tribuna complementar.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Os casos objetivos que o senhor tenha do município de São Bernardo, nós teremos um prazer enorme de recepcioná-los, de avaliar o status



disso, e se, eventualmente, de fato, não tivermos cumprido com os prazos estabelecidos, nós não teremos nenhum problema em reconhecer a falha e corrigi-la.

No que tange a podas, mais uma vez, a poda é, pela legislação federal, obrigação dos municípios. Aliás, São Bernardo tem uma legislação municipal sobre podas que estabelece isso, a responsabilidade do município de fazer poda. Isso é muito claro. Está lá, o senhor com certeza conhece a legislação municipal.

E a responsabilidade de uma empresa distribuidora de energia elétrica sobre a poda é de natureza preventiva. Ela tenta evitar que haja interferência dos galhos das árvores, do tronco da árvore sobre a rede elétrica, para evitar curtos-circuitos, porque, como eu disse anteriormente, é uma rede majoritariamente aérea.

Dos 43 mil quilômetros de rede elétrica que nós temos em nossa área de concessão, apenas 2 mil quilômetros, aproximadamente, são redes subterrâneas, o restante são redes aéreas. E essas redes aéreas são suscetíveis a agentes externos: vegetação, abalroamento de veículos, descargas atmosféricas, vandalismos etc. E a vegetação é um elemento muito importante.

Portanto, a poda que a Enel faz, e aqui eu quero destacar, a Enel realizou, no ano de 2022, na área de concessão, 351 mil podas de árvores. Vou repetir o número, 351 mil podas. Até outubro deste ano, 294 mil podas de árvores. Mas o objetivo é o objetivo de evitar o contato antecipado ou numa situação de emergência da vegetação com a rede elétrica, que interfere na continuidade, na qualidade do serviço.

Evidentemente, o município tem outros interesses no que tange à vegetação urbana, como outros tipos de tratamentos, tratamentos de doença, pragas, cupins, aspectos estéticos etc., e passam por uma outra linha de atuação do próprio município.

O mais importante disso aqui é dizer o seguinte. Nós temos um convênio de podas que foi revisitado, e eu diria o seguinte, que ele é um dos melhores convênios de poda que existem no Brasil. E ele mapeou todos os tipos de podas que devem ser feitas em vegetação urbana e estabeleceu prazos de atendimento.

Mais do que isso, nós desenvolvemos junto com a Prefeitura de São Paulo um sistema informatizado, porque antes as solicitações do município vinham através de ofícios, como acontece ainda em quase todos os outros que não implantaram o convênio. E isso foi informatizado dois anos e meio atrás.

Nós temos um repositório, isso em tempo real, nós temos um repositório de todas as fotografias da árvore que foi solicitada, quando foi solicitada, a data que foi feita e prazos para a realização disso. São 90 dias.

Nós realizamos para o município de São Paulo, já que o senhor citou, prefeito, este ano, a pedido do município de São Paulo, 8.451 podas de interesse do município de São Paulo. Existem lá nos registros nossos, desse sistema que é comum, se eu não me engano, 2.740 novas solicitações, 2.740, as quais têm prazo de 90 dias. Duas mil estão dentro do prazo de 90 dias, portanto, estão no curso normal, e 740... (Vozes fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deixem o orador concluir, por favor, deputados.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - E em atraso existem apenas 740. São os dados extraídos ontem do sistema, que é comum à Enel e às prefeituras. Inclusive, esse é um ótimo sistema, que deveria ser adotado, foi oferecido a vários municípios, e que deveria ser adotado.

E, para além disso, é muito importante, as redes elétricas do Brasil afora, sobretudo em São Paulo, continuarão a ser majoritariamente aéreas e convivendo com a vegetação. Portanto, é muito importante que haja um trabalho comum e os eventos climáticos extremos...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, Sr. Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Perfeito. E os eventos climáticos extremos serão cada vez mais frequentes e extremos. Portanto, é absolutamente necessário que concessionárias de distribuição de energia elétrica estejam juntas, e não em oposição aos municípios, com apoio do Governo do Estado, que inclusive o governador se prontificou a ter uma regulamentação uniformizando isso, para que a gente possa vencer isso e possa fazer com que as redes sejam mais resilientes, sobretudo a esses eventos climáticos extremos, que atacam, que atuam sobre a vegetação e danificam redes.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra... Só deixe, então, colocar o prefeito Auricchio para falar e, depois, o Sr. Max complementa. Prefeito Auricchio, só pedir para se atentar ao tempo, senão a gente vai sair daqui só amanhã.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Prefeito, se o senhor quiser chamar a atenção do presidente, a gente libera.

**O SR. JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR** - Meu bom dia a todas e todos. Agradecer aqui na figura do presidente, deputado Thiago. Queria rapidamente fazer uma intervenção aqui e, respeitando o seu depoimento, Sr. Max, mas acho que, com todos os indicadores que o senhor demonstrou aqui, é inequívoco uma questão, e pode fazer qualquer pesquisa de opinião, eu tenho feito e os prefeitos também fazem.

O senhor dirige a pior empresa de prestação de serviço público na Região Metropolitana de São Paulo. Isso não sou eu que estou dizendo, é a população que está dizendo, são as pesquisas de opiniões que dizem e acho que está mais que consagrado.

Também é inequívoco, e a imprensa, a grande imprensa, mostrou isso, não só nesse episódio, mas já vem mostrando anteriormente, o sucateamento do parque de equipamentos das regiões distribuídas e dirigidas pela Enel São Paulo do ponto de vista da qualidade e do tempo desses equipamentos.

Também é inequívoco o subdimensionamento de recursos humanos que vocês têm na prestação de serviço na nossa região. A “Folha de S. Paulo” de dois domingos atrás, trouxe que, de dez mil colaboradores, hoje vocês têm menos de quatro mil. Ainda que o senhor vá alegar que o senhor terceirizou serviços etc., etc., a gente sabe que não faz frente à demanda estabelecida.

Eu não vou mais me alongar, mas eu queria também constatar uma outra questão. Esse contrato que o senhor cita, que é oriundo da Eletropaulo Metropolitana, é um contrato que eu vou usar as palavras que o governador Tarcísio usou na reunião e para a imprensa, não é autoria minha, mas concordo com ele, é um contrato frouxo.

E também vou constatar aqui, e disse isso ontem ao presidente da agência reguladora, da Aneel, na reunião conosco, prefeitos, que ele é um contrato frouxo, mal regulado e não fiscalizado.

Por mais que o presidente da agência ontem tenha demonstrado alguma fiscalização, a gente sabe, prefeitos aqui de qualquer região de São Paulo me perguntam, podem depor, quem já viu alguma fiscalização da agência reguladora sobre vocês?

Até porque, quando a gente representa lá na Aneel, eles dizem que a Arsesp é o convênio de fiscalização. A gente, com todo o respeito que tem também, e tenho pela Arsesp, a Arsesp não fiscaliza eficientemente esse contrato de vocês.

Então, portanto, vocês têm o sentimento claro de não punição. Vocês sabem que vocês podem economizar o que for na prestação de serviço, o lucro exorbitante que vocês

têm, agora vocês despejam qualquer casa de milhões de reais na grande imprensa, fazendo uma imagem positiva de vocês para neutralizar a opinião pública, e a vida segue.

E quem paga a conta, o senhor tem uma carreira feita, eu vi o seu currículo, o senhor tem um currículo muito bonito, deve ter a sua remuneração, não me interessa, mas certamente o senhor deve ter premiação pelo governo italiano, pelo chefe do senhor aqui no Brasil. E nós, prefeitos, não estou aqui discriminando nenhum outro tipo de cargo público, mas nós, prefeitos, fazemos carreira de dois em dois ou de quatro em quatro anos pedindo votos.

E quando nós vamos pedir voto no bairro, o cidadão não quer saber quem é o Sr. Max, não quer saber quem é - como é o nome do presidente da agência? - o Sandoval, não quer saber nada, ele quer saber do prefeito. “Acabou a luz na minha casa, perdi isso, perdi aquilo, perdi aquilo outro”.

Eu vou encerrar aqui a minha colocação deixando dois questionamentos para o senhor, um de ordem técnica. No dia dois ou no dia três de novembro, o senhor recebeu, obviamente, dos órgãos de meteorologia, a informação desse fenômeno climático extremo que nós estávamos para atravessar.

Eu queria saber do senhor qual foi o plano de contingenciamento que a Eletropaulo São Paulo tomou e com que autoridades o senhor se comunicou para eventualmente falar desse plano de contingenciamento.

Segundo, ainda dentro da questão técnica, dentro desse plano de contingenciamento, qual foi o percentual efetivo de equipes que o senhor colocou na rua em relação ao global que o senhor tem de equipes trabalhando? Ainda que a gente saiba que são subdimensionadas, qual o percentual dessas equipes que foram a campo efetivamente restabelecer a energia nos municípios?

Do ponto de vista social, eu deixo aqui o meu outro questionamento. O senhor demorou uma semana para se desculpar publicamente. Talvez o cargo do senhor, como falou o prefeito Orlando, não lhe remeta as camadas mais desfavorecidas da população, aqueles que perderam a compra do supermercado da semana, aqueles que perderam a insulina do filho diabético, aqueles que tiveram que levar os seus parentes de volta para o hospital para uma hospitalização que não se faria necessária se tivéssemos o restabelecimento de energia, para o serviço de home care, rapidamente ser efetivado.

Então, o seu pedido de desculpa foi tardio. Eu quero saber do ponto de vista prático. A Enel pensa em algum ressarcimento? Não estou falando nem ao pequeno e

microempresário, que esses aí vão acabar acionando via Procon ou via judicial a Enel. E os municípios também.

Eu, no meu caso, nós vamos acionar para que o senhor restabeleça o prejuízo que nós tivemos do ponto de vista, perda de vacinas, perda de equipamentos hospitalares, a oscilação do fornecimento de energia. Enfim, isso é a área técnica. Eu quero saber se, para o morador mais humilde que perdeu, o senhor tem algum plano de ressarcir-lo, seja via tarifa, seja lá qual for o plano que seja.

Porque eu quero deixar aqui para o senhor, para finalizar a minha fala. É muito difícil trabalhar com a Enel. Só para concluir, o prefeito colocou aqui algumas obras. Eu tenho uma obra de Saúde pronta, que já venceu o prazo de estabelecimento da energia, e eu não consigo entregar porque a Enel não liga a rede de energia simples.

Não é cabine primária, é uma unidade básica de saúde. Então é algo simples. Aí fica a saída de fazer o gato. Talvez seja aí o estímulo maior que a população carente acaba fazendo no estado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Antes de passar a palavra para o Sr. Max, vou cumprimentar o deputado Dirceu Dalben, que já foi prefeito, sabe das dificuldades de ser prefeito, o deputado Gerson Pessoa, o deputado Rui Alves e o deputado Barros Munhoz, que até, não vou lembrar a CPI que foi, acho que eu não estava aqui, o senhor estava até me contando ontem, falando da Arsesp, prefeito Orlando, que a fiscalização deles, além de ser inexistente, é uma porcaria. Então, vou passar a palavra para o Sr. Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Bem, só para, antes uma questão de ordem para registrar, não houve problema elétrico da Enel no que tange a essas duas oscilações internas da Alesp. Nós comprovamos isso tecnicamente. Mantivemos contato com a área de manutenção da Alesp e confirmamos que foram oscilações provocadas por chaveamentos internos. Só para deixar claro, eu avisei ao presidente Auricchio, estou reafirmando isso aqui, para não passar a impressão de que isso aconteceu, o que aconteceu há pouco é responsabilidade da companhia. Só para deixar muito claro.

Obrigado, prefeito Auricchio, pelas colocações. Antes de mais nada, eu quero dizer que eu reiterei, várias vezes ao longo da semana, pedidos de desculpas. O fiz aqui quando iniciei, antes de iniciar a minha oitiva. E fiz isso desde o início. Já no sábado, dia quatro, nós estávamos colocando mensagens na rádio, informando a gravidade da ocorrência.

Depois, mensagens também em televisão, textos em jornais. Foram quase mil, aliás, mil e duzentas, se eu não me engano, inserções em televisões, fora TVs, rádio e jornal.

Eu, pessoalmente, dei várias entrevistas para veículos de comunicação a nível local e a nível nacional. Em todas elas, eu sempre iniciei reconhecendo o transtorno causado ao cliente que ficou sem energia e à sociedade que ficou sem energia. Portanto, o pedido de desculpas foi posto sobre a mesa, prefeito, e ele tem caráter perene.

No que diz respeito a essa demanda específica que o senhor colocou, meus assessores vão procurá-lo para entender exatamente qual é o caso, levantar o status e atualizá-lo sobre ele.

Terceiro ponto, e aí eu aproveito a pergunta do prefeito Orlando Morando, porque é a mesma, a questão do ressarcimento. A norma, o regulamento do setor elétrico prevê dois tipos de ressarcimento ao cliente por aspectos elétricos. Primeiro, ressarcimento por danos a equipamentos eletroeletrônicos. Isso está normatizado na Resolução nº 1.000 da Aneel.

Tem um artigo, um conjunto de artigos específicos que tratam disso. Há um rito para se fazer isso, e nós decidimos antecipar, sensíveis a isso, decidimos antecipar esse rito. Inclusive, já recepcionando os pedidos de indenização de eletroeletrônicos, fazer uma avaliação técnica e, ato contínuo, caso proceda, fazer a indenização.

Agora, há um outro tipo, não de indenização, mas de compensação. Quando um cliente individualmente, seja ele residencial ou comercial, fica algum tempo sem energia, o próprio procedimento de distribuição, o Prodist, também emanado da Agência Nacional de Energia Elétrica, prevê compensações em até dois ciclos subsequentes, mediante uma metodologia estabelecida pela Aneel para cálculo disso. E isso é operacionalizado, fiscalizado pela Aneel.

Agora, não está previsto ressarcimento por danos como esses de perda de alimentos, que nós sabemos que existem, é claro, não está regulamentado. Mas foi um fato extremamente abrangente, grave, de magnitude, e nós sabemos que impactou, sim, impactou 2 milhões e 100 mil clientes.

Nós já fizemos, inclusive, estamos concluindo um levantamento interno exatamente cruzando as bases de dados daquelas populações de menor renda com as interferências elétricas e discutindo com as demais distribuidoras do estado de São Paulo, porque, mais uma vez, eu quero deixar bem claro, nós somos concessionários de distribuição de energia elétrica...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, Sr. Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Em 24 municípios, e não em todo o estado, apenas uma parte da Região Metropolitana. E nós estamos, sim, estudando esse aspecto. Inclusive, ontem à noite, eu, pessoalmente, estive com o governador Tarcísio de Freitas depois da reunião dele com os prefeitos, reafirmei isso para ele, que nós estamos analisando isso e que pretendemos, muito em breve, ter um posicionamento visando exatamente atender a essas necessidades, sobretudo da população de menor renda. O que será exatamente nós ainda não temos definido, mas estamos sensíveis e pretendemos.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra o prefeito Guto Volpi, de Ribeirão Pires.

**O SR. GUTO VOLPI** - Presidente Thiago, eu quero só reiterar o que o prefeito Orlando e o prefeito Auricchio falaram. A gente é solidário com aqueles que mais foram afetados pelo evento. Ribeirão Pires é uma área muito verde, como o Rio Grande da Serra - a prefeita Penha está aí.

E, a respeito das podas, Max, nós sempre fomos muito solidários ao serviço que nós prestamos. O que a gente precisa é que desligue, da agilidade ao desligar, a informação disso para que a gente possa fazer o serviço e vocês reestabelecerem a energia de forma preventiva. Eu acho que isso mostrou que devemos ser preventivos.

Então, Ribeirão Pires tem essa capacidade, a gente pode fazer essa parceria, mas fica aqui, na palavra do prefeito Orlando e do prefeito Auricchio, já o que foi dito na nossa região do Grande ABC. Obrigado.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, prefeito Guto. Eu quero também reafirmar essa parceria. E ela é extremamente importante, como eu disse antes. Esse tema da vegetação arbórea nas cidades e das redes elétricas, não só das redes elétricas, mas de outras infraestruturas que compartilham esse espaço e que são igualmente essenciais, por exemplo, energia elétrica, telecomunicações, ninguém vive hoje sem energia elétrica e sem telecomunicações, essa que é a verdade, esse espaço também é compartilhado.

Essa atuação de natureza preventiva de podas, sobretudo, é muito importante para exatamente evitar o defeito. E aí, prefeito Guto, o senhor colocou de forma muito acertada esse posicionamento. É preciso que a gente se antecipe. A palavra de ordem é antecipação.

É sempre importante lembrar, contudo, que existem dois tipos de desligamento. O desligamento emergencial, ou seja, está acontecendo um problema que pode colocar em risco pessoas, materiais, objetos etc. Essa intervenção é imediata. Existe aquilo de natureza preventiva, em que o desligamento da rede pelo ordenamento regulatório emanado da Agência de Energia Elétrica precisa ser comunicado a todos os clientes afetados por aquele circuito, com antecedência mínima de 15 dias para que eles possam se programar.

Isso não pode ser violado, até porque o cliente ficaria ali sem energia, caso não seja uma situação emergencial. Então é fundamental essa antecipação, esse levantamento prévio, para que nós saibamos como atuar, em que momento atuar junto com as prefeituras.

E um outro ponto muito importante que eu queria aproveitar e chamar a atenção de todos aqui, sobretudo, pedir apoio e ajuda dos prefeitos. O parque arbóreo sobre a área de concessão da Enel, nos 24 municípios, estima-se ser de três milhões de elementos arbóreos.

Seria muito importante que esse parque arbóreo fosse, primeiro, georreferenciado. Um levantamento de cada tipo de elemento arbóreo existente nesse georreferenciamento. Inclusive, a identificação de elementos arbóreos que não são... (Vozes fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Prefeito, deixe o orador concluir. Ele está no tempo dele aqui. (Vozes fora do microfone.) Sr. Prefeito, deixe o orador concluir, por favor. Por favor, Sr. Max, pode concluir. (Vozes fora do microfone.) Por favor, prefeito Orlando. Sr. Max, por favor. Prefeito, por favor. Sr. Max, por favor, pode prosseguir.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Posso seguir, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pode, por favor.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado. O levantamento do estado de saúde dessas árvores, porque muitas podem estar atacadas por cupins, a eliminação de elementos arbóreos que não sejam da flora nativa e que sejam compatíveis com o ambiente urbano, esse trabalho precisa ser feito conjuntamente. É um trabalho não apenas de curto prazo, mas também de médio e longo prazo.



Se nós quisermos, de fato, mudar estruturalmente, nós precisaremos trabalhar desta maneira. E é fundamental a aproximação com os municípios. Somente essa aproximação nos permitirá, de fato, realmente avançarmos nesse tema, porque, do contrário, quando outras tempestades vierem e elas forem fortes, acontecerá o que aconteceu agora.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, prefeito Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - O prefeito de Ribeirão Pires sequer fez a pergunta. E aí, mesmo assim, nós vamos abrir um tempo de dez minutos para o presidente?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Cinco minutos.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - A minha preocupação é que os deputados possam também fazer as suas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz, o problema é que - até cumprimentar, ele não está aqui -, mas o deputado Guilherme Cortez quando teve a ideia de convidar o prefeito Ricardo Nunes, a título de contribuição, a gente votou aqui, todos os deputados colegiados, que se ouvisse todos os prefeitos que estivessem presentes. Então a...

Eu sei que o tempo vai se estendendo, acho que é um tema sobre o qual a gente não pode tratar. Eu sei que não é o que o senhor quis falar, deputado, mas acho que a gente requer tempo. Acho que os prefeitos estão aqui para falar, porque é a primeira vez que eu acho que os prefeitos estão tendo contato, de fato, com a Enel. Então, acho importante a gente ter um relato deles. Após isso, a gente vai ter a fala dos deputados.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - A minha questão não é nem essa, Sr. Presidente. Os prefeitos, nós estamos aqui para ouvi-los, inclusive eles estão subsidiando. Eu estou dizendo é o tempo de resposta, porque o nobre prefeito...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O problema, deputado Luiz, é que, regimentalmente, a gente está colocando cinco minutos da nossa cabeça, teoricamente, porque o Regimento é falho nessa questão de tempo. Então eu acho que... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Se a gente quiser (Vozes sobrepostas.) abreviar...

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - (Inaudível.) em um minuto e meio ele pode fazer uma resposta mais sucinta, objetiva e direta com aquilo que foi questionado, apenas isso. Senão fica divagando e voltando às mesmas coisas que nós já ouvimos, não faz o menor sentido.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Até porque, Sr. Presidente, pela ordem, eu acho que está sendo redundante, as respostas estão sendo redundantes e de desculpas a gente já está cansado também, né? (Vozes sobrepostas.) De desculpa...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Está bom, então vamos colocar... Vamos ser mais criteriosos no tempo. Não sei se...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - A título de sugestão.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Claro.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Poderíamos permitir que os prefeitos façam a fala e depois respondam a todos, como era a prática da comissão até agora. É só a título de sugestão.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, se todos concordarem, a gente coloca as perguntas como está...

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - (Inaudível.) bate e volta.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Bate e volta, então. É porque as perguntas também estão... (Vozes sobrepostas.) Acho que todo mundo tem a mesma dúvida, então, vamos continuar como está e ter um pouquinho de paciência. Só pedir aqui para o Sr. Max para a gente manter a calma. Enquanto o orador - deputada, só um minuto - estiver falando, se alguém quiser colocar alguma coisa, alguns deputados pedirem pela ordem, senão vira uma bagunça.

Também, o Sr. Max aqui tem um raciocínio dele, mas só pedir que o senhor se atente às perguntas que foram feitas. Então, eu não sei se tem mais alguma colocação antes de passar para o prefeito Aprígio, de Taboão da Serra. Prefeito Aprígio, que também foi nosso colega. Saudar a deputada Dani Alonso, o deputado Major Mecca e a prefeita Penha de Rio Grande da Serra, que está com a sua presença. Obrigado, Prefeita.

**SR. JOSÉ APRÍGIO** - Bom dia, presidente; bom dia a todos. Eu quero não ser repetitivo, porque já estamos falando sempre do fenômeno que aconteceu. Eu só vou fazer umas três perguntas para o presidente. Uma das coisas é: ele disse que o que aconteceu hoje, aqui, na Assembleia, é um problema técnico da Assembleia. Eu vejo isso em Taboão da Serra sempre, costumeiro.

Dentro dos elevadores, você está andando no elevador, para o elevador; você está subindo a escada, queima a luz da escada. Então lá, presidente, isso não é falha técnica: é costumeiro, e eu gostaria de ouvir de você como fazer para resolver esse problema, e o que acontece, por que acontece isso constantemente.

A outra coisa é: se a Enel já está tomando providência para que não aconteça mais, qual é a previsão que eles estão fazendo, qual é o trabalho de prevenção que eles estão fazendo para que, se acontecer um fenômeno como aconteceu, não aconteça mais isso?

Se podia distanciar a arborização, se podia plantar árvore de pequeno porte... Árvore é preciso, a gente sabe. Poderia, talvez, limpar a rede e plantar em outro local, para que deixe a rede livre, ou vai continuar nesse costume de 50 a 60 anos atrás, se tudo está modernizando e nós vivemos em um País moderno?

Ainda quero perguntar também, presidente, sobre as empresas que, quando precisam de um trabalho, de contratar um trabalho da Enel, são humilhados, passam a maior humilhação.

Sem contar o pagamento, que pagam muito caro. Só para resumir rapidinho, porque eu sei que o tempo é pequeno, só para resumir: se você quiser fazer um prolongamento de uma rede, se você quiser construir uma fábrica, e a energia não é suficiente; um prédio, e a energia não é suficiente; uma cabine primária, uma padaria, não é suficiente.

O empresário é quem tem que arcar com essas despesas, só que o arcar com as despesas, para os empresários, até eles acham normal. O grande problema é o descaso com que eles são tratados pela Enel.

Aí eu pergunto para você, presidente, antigamente, logo quando vocês começaram contra pegar a concessão, eram 90 dias, aí a empresa tem que fazer um projeto, contratar um engenheiro, fazer o projeto, apresentar esse projeto para a concessionária.

A concessionária aprova esse projeto em 30 dias; em 90 dias ela determina qual é o custo daquela obra, aí vai passar para empresa quanto custa a obra, aí a empresa paga o valor que eles pediram e fica 90 dias, ficava 90 dias para executar a obra.

Agora eu pergunto: o que aconteceu, qual foi a revolução que aconteceu de lá para cá que, passou para 120 dias, depois passou agora para 420 dias? Aí eu mesmo conheço um amigo, eu tenho um amigo que já construiu, fez um projeto para 18 mil apartamentos, levando 18 mil famílias para a Enel e pensando: “Eu estou ajudando a empresa, a empresa vai ficar grata com o meu trabalho”.

Olhem, pasmem: alimentou mil famílias por um ano e três meses com gerador, com o projeto pronto, com a taxa paga, e a Enel não ligava, esperou 420 dias para ligar e esperou o último dia. Precisou que o Celso Russomanno fosse lá para fazer a ligação para mil famílias.

Agora tem mais 600 famílias que precisam ligar até o final do ano. Sabe o que eles fizeram? Primeiro prédio, que é um grupo lá de 15 torres, para o primeiro prédio eles falaram: “não vai ter custo” e ligaram o primeiro prédio. Agora, cada empreendimento de três empreendimentos, que são de sete torres cada, vão ligar o segundo prédio. Sabe o que disseram? “Tem custo e tem que pagar mais 800 reais, senão não vamos ligar o segundo prédio”.

Corre o risco de a empresa, de novo, ficar alimentando as famílias com gerador. Nós estamos falando de um apartamento de 134 metros, não é um apartamento de um quartinho só, que não vai levar renda para a Enel. Agora, a impressão que dá, é que a

Enel, realmente, em Taboão da Serra... Eu gostaria até de economizar as palavras, mas eu acabo dizendo: é uma porcaria. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Sr. Max, com a palavra.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, prefeito Aprígio. Desde já, eu assumo dois compromissos aqui com o senhor. Vou pedir para minha assessoria procurá-lo, levantar exatamente esses dois casos, o que é que está acontecendo em termos de problemas elétricos no prédio interno, na prefeitura de Taboão, que o senhor citou aqui, porque ele pode ser de fato um problema da Enel, um problema elétrico da Enel e pode ser um defeito interno da instalação.

Vamos averiguar, e, se for da Enel, vamos corrigir. Ponto dois: quanto a esse conjunto de prédios, também vamos levantar e verificar os prazos, o que é que está acontecendo e, se for o caso, sentar com o senhor e tentar antecipar isso o mais rápido possível, caso não haja algum óbice específico.

Agora, dizer também o seguinte, depois eu vou entrar no tema da prevenção, das ações para construir um futuro melhor. Todos os prazos, mais uma vez, estabelecidos para ligações, extensão de rede e obras estão...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por favor.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Prestabelecidos nas resoluções da Aneel, estão lá claramente. Outro ponto é o seguinte: as obras, às vezes podem exigir pagamento, nos termos da metodologia da Aneel, em determinados momentos, não. Se uma rede tiver capacidade remanescente de absorver aquela carga, a obra não... A ligação se dá sem custo.

Agora, se houver a necessidade de uma extensão de rede ou de ampliação de capacidade, aí há custo. Por quê, prefeito? Porque a Agência Reguladora Nacional entende que aquele custo tem que ser alocado para aqueles clientes, para aqueles consumidores específicos, porque, do contrário, estaria onerando todo o conjunto de clientes que não se beneficiam com aquela obra diretamente. Esse é o conceito da agência federal, tá? É mediante uma metodologia preestabelecida por ela.

Por último, dizendo do terceiro ponto que o senhor abordou, das ações preventivas, e elas são fundamentais. Diante desse evento, o que é que nós estamos pretendendo fazer? E era o ponto sobre o qual eu terminei não podendo concluir a apresentação.

Nós vamos, percebam, nós não estamos ainda no verão, nós temos anualmente um plano verão, que é informado à Arsesp, às prefeituras, a cada ano, normalmente em dezembro, para fazer face aos meses mais chuvosos de janeiro, de fevereiro e de março.

Esse evento de sexta-feira passada, dia três, aconteceu em plena primavera, ou seja, completamente fora aí do padrão, mas nós vamos... Aí respondendo também a uma pergunta anterior, nós tínhamos mobilizado, pelo plano de contingência, para aquele tipo de evento, com ventos previstos de até 55 quilômetros por hora, 300 turmas em campo.

Isso é aproximadamente 40% do usual de turmas normais em campo, no dia céu de brigadeiro etc. Então, já tínhamos 300 turmas em campo naquele dia, quando os ventos vieram em 105 quilômetros por hora, provocando aquela destruição da rede, afetando de maneira ampla, geral e restrita todo o sistema de distribuição em larga escala, nós conseguimos ampliar, em poucas horas, de 300 para 900 turmas, ainda na noite de sexta-feira e madrugada do dia quatro.

No dia seguinte, conseguimos colocar mais 50 turmas, indo para 950. No dia seguinte, mais mil, fomos para mil e chegamos lá, na terça-feira, com 1.200 turmas operando, ou seja, quatro vezes mais do que o contingente que havia sido previsto para aquela contingência.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, o prefeito de Carapicuíba, prefeito Marcos Neves, também ex-deputado aqui desta Casa.

**O SR. MARCOS NEVES** - Bom dia a todos, cumprimentar aqui o presidente Thiago Auricchio, também os prefeitos aqui, prefeitas, deputados e deputadas aqui, uma alegria estar aqui hoje, mas triste por conta do serviço que a gente tem visto que Enel tem prestado nestes últimos anos.

Ouvindo o presidente, a gente vê a insatisfação geral que é de todos os prefeitos, da população. Primeiro: do mau atendimento que é feito pela Enel às prefeituras e também à população no seu geral, um atendimento digital, um atendimento eletrônico, sobre assuntos que têm de ser tratados pessoalmente.

Segundo: quando se fala de podas de árvores, muitas das vezes as prefeituras auxiliam nisso também, mas, assim, a Enel também não pode transferir a culpa, porque é

um trabalho da Enel que tem que ser feito para as prefeituras. As prefeituras já, todos os dias, enfrentam grandes desafios, que são administrar suas cidades, orçamento que cai todos os meses e você tem que dar conta de tudo aquilo que a gente tem feito.

Mas a gente vê o seguinte: você vai lá, poda a árvore, e eles deixam todos os galhos lá. Sabendo disso, a Eletropaulo sabe, a Enel sabe, a prefeitura acaba indo lá e fazendo o serviço que era da Enel, porque não vai querer deixar ali chover, levar isso para o bueiro, quer dizer, causar enchentes e todos os problemas que a gente acaba causando todos os dias.

A terceira coisa é que no meu Município, especificamente Carapicuíba, vocês tinham uma loja de porte médio, e hoje vocês têm uma loja que é um salão, as pessoas ficam para fora para serem atendidas, quer dizer, vocês nunca mais querem atender às pessoas, sempre do modo digital.

Vocês estão, vamos dizer assim, distanciando o cliente da empresa. Então, a gente vê hoje aqui que a insatisfação é geral, presidente, não é uma questão pontual por conta do dia três. As prefeituras não têm... Quando você fala de planejamento, a gente não tem como planejar uma obra três anos antes, para eu pedir para que possa tirar o poste, porque a grande maioria dos prefeitos aqui vivem de convênio, especificamente Carapicuíba.

Noventa por cento das obras que nós temos são de convênios, o governo repassa o dinheiro, começa a obra, só que assim, eu tenho que esperar o governo repassar o dinheiro. Quando o governo repassa o dinheiro, a obra às vezes dura quatro ou cinco meses. Aí eu tenho o pedido lá de 120 dias para tirar um poste, então como é que eu faço?

Aí sabe o que vira? O prefeito vira chacota na internet porque tem um poste com a obra pronta. Não é o senhor que vai virar chacota, quem vira chacota é o prefeito, todos os dias. Sabe o que dá vontade de fazer, porque aí vocês vão lá rápido? Dá vontade de ir lá, encostar um caminhão e derrubar o poste. É isso que dá, é isso que dá vontade, porque, se derruba o poste, a Enel vai lá e resolve rápido.

Mas, assim, eu queria fazer três questionamentos aqui bem rápido. Primeiro: a minha cidade, Carapicuíba, foi afetada no dia três, nós temos lá três prontos- atendimentos de 24 horas. Dos três prontos-atendimentos, dois pronto-atendimentos ficaram sem energia na região desses dois prontos-atendimentos.

Em nenhum momento eu recebi nenhuma ligação e nenhuma visita da Enel para que pudesse restabelecer a energia desses dois lugares, que são de emergência. Então, quer dizer, uma cidade como Carapicuíba, que tem 400 mil habitantes, mas tem muito mais de 400, nós temos três prontos-atendimentos e um hospital.

Nós temos lá nos prontos-atendimentos dois geradores: um dos geradores superaqueceu. Às cinco da manhã o secretário me ligou perguntando o que a gente ia fazer, por quê? Porque as pessoas sempre ficam esperando que a energia vai voltar, e não voltava.

O que aconteceu? Tive que transferir pacientes com certa emergência, graças a Deus não tinha nenhum paciente entubado, porque, se tem entubado, é um grande risco para aquele paciente. Mas, assim, em nenhum momento a gente teve a ligação da Enel. Aí, a primeira pergunta: vocês têm o mapeamento das cidades onde tem que ser mais emergencial essa atuação da Enel?

Porque eu fiquei sabendo que vocês ligaram para a prefeitura pegando os endereços depois, na segunda-feira, desses lugares. Então, quer dizer, aparentemente parece que não deve ter. Eu acho o seguinte: se você chegar em São Bernardo, quantos lugares são emergenciais em São Bernardo? Devem ser dez, três hospitais, prontos-socorros, onze? (Fala fora do microfone.) Nove UPAs, um pronto-socorro e quatro hospitais.

Nesses lugares tem que voltar a energia imediatamente, tem que trabalhar para isso, porque são lugares que são de emergência. Mesma coisa, então... A pergunta é: tem esse mapeamento? A segunda colocação, que é muito importante, e Carapicuíba acho que foi uma das primeiras cidades, vocês estão mudando os relógios das casas.

Carapicuíba lá acho que foi uma das primeiras cidades onde vão ser mudados os relógios para digitais. Qual é a pergunta? Primeiro: esses relógios digitais, pelo que eu entendi quando a pessoa foi nos visitar e informar isso, as pessoas não vão precisar mais abrir as casas para fazer a medição.

Então, para onde vão esses trabalhadores que fazem a medição? Segunda coisa: as pessoas vão receber a conta, vão imprimir a conta ou vai ser modo digital, não vai precisar ter mais conta? Como é que vai funcionar esse serviço do relógio digital?

Então a gente vê, assim, que a tecnologia é importante, mas ela causa, às vezes, desemprego e, ao mesmo tempo, ela afasta a empresa desse bom atendimento que teria que ter, porque você acaba não tendo com quem falar quando você tem algum problema de energia, então, esse é o segundo questionamento.

O terceiro questionamento é a questão do atendimento às prefeituras. A gente até... Vamos dizer, três anos atrás, e até quem atendia aqui era o Danilo e atendia a gente muito bem lá na prefeitura, a partir de um certo momento, ele já não atendia mais e era para um atendimento eletrônico, às vezes com uma pessoa lá de atendimento normal.



Só que essa pessoa não está preparada para enfrentar os desafios que é uma cidade, de saber que tem que tirar um poste, de saber que tem que ligar uma energia em uma escola, em um pronto-socorro. Ela não tem capacidade de preparação para entender aquilo. Aí o profissional que vocês tinham, que era o Danilo, fazia isso muito bem lá na nossa região, mas isso foi cortado.

Então, nestes últimos três anos, a gente não tem uma pessoa para quem a gente possa ligar, e, às vezes, até eu ligo para ele, uma hora ou outra consegue resolver, mas a gente tem uma grande dificuldade disso. Eu queria entender por que essas pessoas foram tiradas desse atendimento que a gente tinha, que era um, vamos dizer assim, atendimento razoável, pelo qual as pessoas pelo menos nos davam um retorno.

Por que isso aconteceu? Porque, assim, se vocês não estão respeitando uma cidade que tem 400 mil habitantes, que tem, todos os dias, problemas para serem resolvidos, se vocês não estão respeitando também, vamos dizer assim, um contribuinte do tamanho de uma prefeitura como Carapicuíba, que fatura em média um milhão e meio, dois milhões por mês para a Enel, imagine aquele contribuinte que vai pagar 50 reais, né? Eu acho que é uma falta de respeito com as prefeituras esse mau atendimento que não se tem às prefeituras.

O quarto, só para encerrar, presidente, é que, dentro do Código de Defesa do Consumidor, são mais ou menos cem artigos, cento e poucos artigos. Aí, desses cento e poucos artigos, 40 falam da falta de informação. Eu queria saber: qual é a providência que a Enel vai tomar?

Porque eu pedi também ao deputado Carlos Cezar para fazer o convite para o Procon vir aqui, porque, assim, as reclamações que a gente tem são pela falta de informação. Porque quando acaba a energia, a gente sempre acha que vai voltar rápido; em seis horas, em oito horas, em no máximo dez horas volta.

Não aconteceu isso, em nenhum momento as pessoas foram informadas, quando você ligava não tinha retorno, aí também a gente ficou sem informação da grande imprensa. Em nenhum momento veio lá um informativo publicitário na Globo, ou nas rádios, que as energias iam voltar em determinadas regiões, isso não aconteceu em nenhum momento.

Então, quer dizer, qual é a providência que a Enel vai tomar quando ela for notificada pelo Procon? Porque vocês realmente faltaram com a informação, e aí não tem como discutir que não faltou. Quando falta com a informação, gera multa, por isso que

eu pedi ao deputado Carlos Cezar para convidar o Procon, para saber de que forma que vai ser feita essa multa, porque as pessoas ficaram sem informação.

Aí quando você fala que o telefone foi desligado, se o telefone foi desligado, ela tem um modo digital, a pessoa está sem energia para ligar o computador, então não tinha como reclamar. A gente vê hoje que o serviço da Enel é muito ruim, e a população está muito insatisfeita.

Quer dizer, se vocês não ligaram para o governador - o governador falou isso ontem para nós -, vão ligar para quem? Então a gente fica triste hoje por ver que tudo é muito bonito no papel, muito bonito na apresentação, mas as prefeituras e as cidades estão realmente pensando com o serviço da Enel. Muito obrigado.

**O SR. ALEX MADUREIRA - PL -** Pela ordem, Sr. Presidente. Só para falar...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** (Inaudível.) Deputado Alex.

**O SR. ALEX MADUREIRA - PL -** (Inaudível.) prefeito Marcos, que a informação, prefeito, ficou no escuro. A informação ficou no escuro.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Obrigado, deputado. Por favor, presidente Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS -** Obrigado, prefeito Marcos Neves. Eu registrei aqui quatro pontos, está certo? Primeiro, a questão do mapeamento de instalações críticas. O nosso centro de operações tem critérios para a recomposição da rede. Quais são esses critérios? Primeiro: instalações consideradas essenciais, instalações críticas como hospitais, unidades de saúde, estações de bombeamento d'água, escolas onde esteja havendo algum tipo de atividade, como foi o Enem no domingo.

É importante destacar isto, ou seja, das 308 escolas na nossa área de concessão, que recepcionaram o Enem, 84 ficaram sem energia. No domingo, às 13 horas, quando o Enem começou, todas elas tinham energia. Foi um esforço muito, muito grande, algumas inclusive com geradores nossos, próprios, outros conseguidos, inclusive, pelo prefeito Ricardo Nunes, que se disponibilizou e conseguiu nos ceder próprios ou de terceiros, outros geradores.

Fizemos um esforço importante naquele momento para garantir a realização do Enem, assim como outras instalações estratégicas de governo federal, estadual e municipal. Também aquelas ocorrências, por exemplo, de rompimento de cabos, em que se coloca em risco a vida humana. Então, essas são as prioridades, e também os equipamentos de sobrevida.

Nós temos 5.777 equipamentos de sobrevida cadastrados no nosso centro de operação. Sempre que um cliente, uma residência tem um cliente com sobrevida que se cadastra, ele passa a entrar em uma lista de prioridades em uma ocorrência. Essa é a filosofia, depois, a recomposição do sistema passa por aqueles blocos de carga mais intensos, para tentarem recuperar mais fortemente.

O senhor viu aqui que, em 24 horas, dos dois milhões e cem mil clientes que ficaram sem energia, nós recuperamos, nas primeiras 24 horas, um milhão e duzentos mil clientes, quase 60%, 59 por cento. Nas 48 horas, 88% dos clientes. Antes de 72 horas, 95% dos clientes.

Então, essa curva obedece a uma lógica operativa e de priorização. Evidentemente, há determinados tipos de ocorrências, como foi esse caso, em que era necessário desobstruir ruas, retirar postes quebrados e substituir transformadores. Só de cabos elétricos de média tensão rompidos, nós tivemos que repor 140 quilômetros de cabos, 140 quilômetros de cabos.

Agora, no que diz respeito à... Saindo da emergência e indo às condições normais, eu percebo aqui, claramente, que existe um represamento de insatisfação e ele é legítimo, e isso precisa passar por uma reflexão profunda nossa. Independentemente de qual seja a natureza deles.

Independentemente da natureza, isso precisa passar por uma reflexão profunda nossa, inclusive de ter essa identidade entre cada município e esse gestor que faz o acompanhamento, que pode inclusive ajudar o município, não só o prefeito e seus secretários, a se antecipar.

“Olhe, prefeito, o senhor ainda não tem o recurso porque não veio do fundo federal, mas, independentemente de ter ou não o recurso, quais são as obras que o senhor imagina, para a gente poder pelo menos fazer um pré-projeto, um fazer pré-orçamento, para que a gente possa se antecipar.”

É assim que eu enxergo a forma de nós corrigirmos essas insatisfações, mais uma vez, absolutamente legítimas do representante do poder público, que está ali, junto à população, e, de fato, dar uma efetividade a esse tipo de coisa. Eu me comprometo aqui

a... Passado esse momento agora, nós vamos sentar com os Srs. Prefeitos para, exatamente, passar todos os pontos de insatisfação e construir uma realidade que possa atender a essas expectativas.

Nós estamos em um trabalho muito forte, há dois anos existe uma tecnologia chamada medidor inteligente - “Smart Meter” -, que é um medidor que tem uma série de funcionalidades, uma tecnologia extremamente moderna, e é tendência no mundo moderno. O medidor inteligente permite uma série de funcionalidades que são benéficas para a companhia, para o cliente e para o sistema elétrico.

Por exemplo, é possível saber, prefeito Marcos Neves, com o medidor inteligente, se faltou, em tempo real, energia na casa daquele cliente. É possível fazer um desligamento ou uma religação desse cliente remotamente. É possível fazer uma leitura remota, como é na telefonia, a telefonia não manda ninguém junto aos nossos celulares para isso.

Então, tem uma série de funcionalidades. É possível, inclusive, futuramente, que a Agência Nacional de Energia Elétrica, ao estabelecer tarifas multi-horárias para os clientes atendidos em baixa tensão, sobretudo os residenciais, possa permitir que esses clientes escolham uma curva de carga, uma tarifa mais adequada aos seus hábitos de consumo, para que eles possam economizar 5%, 10%, 15% ou 20% nas suas contas de energia elétrica.

Então, são funcionalidades importantes, que vão trazer um avanço muito grande. Nós fizemos um piloto dessa tecnologia, inicialmente com 150 mil medidores, começamos a instalar isso em bairros mais distantes, exatamente para testar, porque não basta ter a tecnologia de medição inteligente, é preciso ter telemetria para que a gente possa testar isso. Isso foi bem recepcionado, isso foi... Mostrou, evidenciou-se extremamente relevante. Nós estamos ampliando esse programa.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Palavra, prefeito Danilo, de Cajamar, por favor. Só deixe o... Cada prefeito vai querer (Fala fora do microfone.)  
Prefeito Danilo.

**SR. DANILO JOAN** - Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, deputados, obrigado pela oportunidade de estar aqui, Srs. Prefeitos. Eu vejo o presidente Max responder às perguntas, e fico aqui me perguntando: será que nós estamos no lugar certo? Vou convidar

os prefeitos a voltarem para as cidades, vamos entregar um título de honraria para ele, porque eu acho que é isso que ele quer.

Ou estamos todo mundo aqui fazendo papel de bobo, ou nós temos aí mais de 20 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo, insatisfeitos, do lado de fora, tendo que ouvir esse tipo de baboseira que esse cara está falando aqui, com todo respeito. Pelo amor de Deus, não dá mais para admitir esse tipo de coisa, não. Uma empresa que não liga para o governador de São Paulo vai falar com alguém que está aqui?

Sabe por que eles fazem isso? Sabe por que ele vem aqui e mente desse jeito? Porque eles estão sentados em cima de um contrato frouxo, de uma regulamentação ultrapassada, de um contrato de 1998. Nem precisa perder tempo porque eu nem vou fazer pergunta, porque está todo mundo cansado de ouvir a mesma merda aqui.

Desculpa, pelo amor de Deus, ninguém está aqui com discursinho, não, é porque está todo mundo de saco cheio do que a gente está vivendo e passando, cara. Aí fica toda hora falando: “Olhe, é isso, vai melhorar, vai acontecer”, e nunca acontece.

Eu quero chamar a atenção dos senhores aqui para uma coisa muito importante: o contrato deles acaba daqui a pouco tempo, e se nós não tomarmos uma atitude agora, nós vamos ser conivente com essa renovação, em que o povo que está lá fora, que nos elegeu, vai sofrer mais 30 anos, como a gente também.

Eu não fui eleito para vir aqui passar vergonha, e nem os senhores que estão aqui. Nós precisamos... Essa CPI, Sr. Presidente, vai ser conduzida, eu tenho certeza, da melhor maneira, porque ontem nós fizemos uma reunião com Aneel, e eles deixaram claro e ficaram horrorizado de ouvir o que os prefeitos falaram ontem naquela sala.

Então, já deu essa história, mas eu vou ler uma mensagem, porque eu tenho a certeza de que nenhuma delas chegou no WhatsApp dele. O alemão respondeu aqui, olhe: “Graças a Enel, tivemos um prejuízo de três mil reais. Semana passada tínhamos acabado de comprar os sorvetes e picolés e agora tem um boleto para pagar, e só Deus sabe como vai ser. Os sorvetes estragaram, para ganhar dinheiro. Agora ficamos quatro dias sem energia, Rua Fernando Prestes, no Paraíso”.

Ele não recebeu nenhuma mensagem dessa, mas eu tenho certeza que os telefones de todos os prefeitos e os deputados aqui bombaram com esse tipo de mensagem.

O pedido de desculpa não é ir no “Fantástico” e falar bonito não, Sr. Presidente. É devolver esse dinheiro ao bolso do cidadão, porque quando atrasa um dia de conta, vocês vão lá e cortam no poste. Agora até isso vai ser digital. Pelo amor de Deus, cara. Nós precisamos tomar uma atitude contra isso aqui. Já deu essa história.

Eu não quero nem fazer pergunta, porque todo mundo já fez dez perguntas e ele responde a mesma coisa. Eu não vim aqui hoje cedo, nem os Srs. Deputados, que foram eleitos, para ficar ouvindo besteiras.

Vamos chamar a Aneel na mesa. Aperta essa regulação para nós acabarmos com esse tipo de discursinho aqui, cara. Pelo amor de Deus. O povo lá fora espera por todos nós que estamos aqui. Nós temos a obrigação de dar resposta para todo mundo que está lá fora. Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

Acabou a brincadeira. Eu falei que nós temos de ir para cima da Enel, e essa CPI foi feita para isso. Vamos chamar a Aneel e vamos apertar essa regulação, porque não dá. Eu não quero carregar a minha culpa, quando eu partir dessa vida, de saber que o povo vai sofrer mais 30 anos com esse contrato ridículo que foi feito com eles em 1998.

Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, prefeito Danilo. Encerrando aqui os prefeitos convidados. Agradecê-los imensamente, novamente... Prefeita Penha, não sei se vai colocar... Então, é que a senhora não estava inscrita, prefeita. Desculpa. Por favor. Desculpa, prefeita.

**A SRA. MARIA DA PENHA AGAZZI FUMAGALLI** - Bom dia. Eu quem peço desculpas. Cheguei um pouco atrasada, deputado. Bom dia a todos os deputados e deputadas. Bom dia aos prefeitos e a todos os presentes. Eu, sinceramente, faço... Eu comungo de todas as falas de todos os prefeitos aqui presentes.

A minha dúvida é, cada prefeito que traz aqui um incidente que aconteceu no dia três, o presidente da Enel diz: “Vamos sentar. Vamos ver o que posso fazer, o que dá para ser feito na prefeitura que está tendo o apagão. O que dá para ser feito para ser ligado na cidade tal, que está ainda dois, três anos sem a ligação”.

Agora, a pergunta é: e os demais municípios? Se eu trazer aqui uma demanda da minha cidade, o senhor, a sua equipe ou os seus assessores, vão sentar com Rio Grande da Serra para discutir qual é a dificuldade de Rio Grande da Serra? Mas, meu companheiro aqui, a minha cidade vizinha, Ribeirão Pires, também teve dificuldades.

Nós somos uma cidade pequena, a menor do ABC, cercada pela mata, onde dependemos, sim, da Enel para fazer as podas de árvores na nossa cidade, porque não temos condições de ter pessoas terceirizadas e nem funcionários efetivos para fazer esse tipo de serviço. Volto a dizer, além de não termos pessoas capacitadas para fazer esse tipo

de serviço, nós não somos comunicados, também, como todos os outros municípios aqui que me antecederam.

Assim, não querendo ser ofensiva, mas eu acho que essa última fala, que foi antes de mim, reproduz a indignação de todos os prefeitos aqui presentes, daqueles todos que estavam ontem com o governador do estado, o Tarcísio, e até mesmo daqueles que não puderam comparecer ontem.

Me desculpa, mas, mais uma vez, eu volto a dizer, a Enel tem que ter a responsabilidade e o compromisso com os 24 municípios que atende, e atender por igual, não ficar denominando quem vai sentar com um ou com outro município, que antecedeu, para discutir o que está acontecendo naquele determinado município.

Muito obrigada.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, prefeita Penha. Na minha manifestação anterior ao prefeito Danilo, eu disse, claramente, que existe um sentimento de insatisfação, e ele precisa ser aprofundado, analisado, com bastante humildade da nossa parte, independentemente dos motivos, para prestar todos os esclarecimentos, levantar todos os casos, não apenas dos prefeitos e das prefeituras que estão aqui presentes e que estão se manifestando.

Nós temos igual obrigação com todos os municípios da área de concessão, desde aqueles que têm 12 milhões de habitantes até aqueles que têm apenas algumas dezenas de habitantes. Essa obrigação é absolutamente a mesma. Então, dentro desse compromisso que eu manifestei aqui, agora há pouco, de fazer essa reflexão, buscar cada um dos prefeitos, vamos no seu município também.

A senhora, prefeita Penha, também será procurada, no sentido de fazer uma ampla lista de todas as demandas, explicar, trazer todas as informações e montar um cronograma daquilo que, efetivamente, couber, for da nossa alçada etc., que, eventualmente, inclusive, esteja em atraso. Nós vamos corrigir o mais rapidamente possível. Prestar, sobretudo, todas as informações necessárias. Tenha certeza.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, finalizando aqui a fala dos prefeitos, acho que a indignação é geral. Não estão todos os 24 prefeitos atendidos, mas, com certeza, estão aqui representados. É o que cada um comentou mesmo.

Parece que, Danilo, aqui, a gente está de palhaço. Tudo com todo respeito ao Sr. Max, mas em todas as apresentações parece que está tudo perfeito, que está tudo razoável, a população está contente e quem são os incompetentes são os 24 prefeitos. Parece que, muitas vezes, a culpa é das árvores, que os prefeitos não têm o controle, não têm esse trabalho.

Eu acho que é muito pelo contrário. A gente ficar terceirizando o problema é muito ruim. Sem dúvida, acho que essa responsabilidade, de fato, e a gente vai apurar isso no final do nosso relatório, é completamente da Enel.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por favor, deputado Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só, rapidamente... Acho que foi muito bom ouvir os prefeitos aqui antes dos deputados da CPI. Eu sei que os prefeitos têm outros compromissos também e nem todos devem permanecer até o final dessa oitiva, mas, presidente, eu queria fazer uma pergunta pública, até para ficar registrado, deputada Carla Morando, depois, no relatório final.

A Enel é uma empresa de concessão pública. Os prefeitos são os principais clientes da Enel hoje no estado de São Paulo, na Grande São Paulo. O Sr. Max assumiu a empresa Enel quando?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - A Enel assumiu a empresa em 2018.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - De 2018 até 2023...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Cinco anos.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Quantas reuniões vocês tiveram com os 24 prefeitos da Grande São Paulo? Queria que ficasse consignada a resposta do presidente. Nesse âmbito de concessão pública, se hoje nós temos os prefeitos como os principais gestores da gestão municipal, quantas vezes se reuniram, antes desse episódio do dia três, o presidente e os 24 prefeitos?



**O SR. MAX XAVIER LINS** - Isso é fácil de ser levantado. Eu peço um tempo. Vou levantar as...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Do senhor. Eu quero saber do senhor, quantas reuniões o senhor teve com os 24 prefeitos desde (Vozes sobrepostas.) concessão.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Simultaneamente, nenhuma. Simultaneamente, nenhuma. Já antecipo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Antes de passar a palavra aos deputados inscritos, o depoente solicitou a suspensão de dois minutos para ele usar o banheiro. Então, por favor, Sr. Max, fique à vontade.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Só responder a pergunta do deputado Marcolino. Então, simultaneamente, não. Mas, vários prefeitos...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por favor, Sr. Max, sintase à vontade, então.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu, pessoalmente, tive reuniões com vários prefeitos, mas, mais importante do que isso, é que a nossa área de relacionamento com clientes, inclusive, a área específica de poder público, tem toda uma agenda. A gente pode dizer o seguinte: ela é insuficiente? Provavelmente, sim.

A gente precisa fazer essa reflexão e ver isso, porque existe um represamento de insatisfações aqui. Eu já coloquei isso duas vezes. Provavelmente, sim. A gente precisa entender o que está acontecendo.

Então, essa é a ideia. A partir daqui, aprofundarmos isso, entendermos isso e, prefeito a prefeito, o que está acontecendo, estabelecer uma rotina regular de reuniões, não apenas com os secretários, mas com o próprio prefeito dessas equipes.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, a sessão fica suspensa por dois minutos, para o...

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Thiago Auricchio

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Retomando os trabalhos, eu passo a palavra à primeira deputada inscrita, a relatora, deputada Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Obrigada, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pedir ao pessoal que faça silêncio para ouvirmos a fala da deputada, por favor.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Obrigada, presidente. Agradecer aqui a presença...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por dez minutos, deputada Carla.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Vou tentar. Agradecer a presença de todos os prefeitos que estiveram aqui e fizeram o relato de todo o sofrimento. Quero dizer que eu estou aguardando o resto dos municípios que ainda estão para nos mandar as informações. É muito importante. Então, se puderem passar para os prefeitos que não estiveram, para a CPI vai ser de enorme valor.

Vou fazer uma pergunta, que acho que vale a pena os senhores estarem aqui para se atentarem sobre o que pode estar acontecendo na cidade. Bom, agradecer também a todos os colegas, ao deputado, presidente da CPI da Enel no Ceará, que também sei que é bastante complicado.

O senhor disse, Sr. Max, no início da sua fala, semanas atrás, que viria aqui na Assembleia de uma forma transparente para prestar o depoimento. Se o senhor assim o fizesse, não haveria necessidade de recorrer à Justiça e conseguir uma liminar. Só para

deixar isso bastante claro, porque quando a pessoa procura uma liminar, ela procura para poder não falar as verdades. Então, eu gostaria só de deixar isso bastante claro.

Eu vou fazer uma pergunta, que era mais para o final, mas eu acho que é importante os prefeitos estarem aqui, e eu sei que eles estão atarefados e precisam ir embora. Eu gostaria, também, de pedir, presidente, que fossem feitas respostas de bate-pronto, muito objetivas, porque, senão eu não vou conseguir terminar. A cobrança da conta de energia elétrica da iluminação pública dos municípios, hoje, é feita por média, correto?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Antes de mais nada, deputada Carla, dizer que, apesar do habeas corpus, que foi uma orientação jurídica dos meus advogados, eu estou aqui de forma absolutamente transparente e não me furtei a nenhuma resposta às perguntas que os prefeitos até agora fizeram ou que o deputado Marcolino fez. Portanto, não há nenhuma tentativa de se esconder.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas o senhor não respondeu quase nada. Vamos combinar. Mas, vamos à pergunta: a cobrança de energia elétrica da iluminação pública, hoje, é feita por média, correto? Nos municípios.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - É feita por avença, conforme determina a Resolução nº 1.000, da Aneel.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O que é avença? Vamos ser bastante objetivos para todo mundo entender, por favor.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não existe um medidor para cada ponto de iluminação pública. Não existe. Diferente de como existe em residência, em que cada residência tem um medidor. Então, não existe para cada poste de energia um medidor.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, exatamente, por isso, estabeleceu uma metodologia, na qual existe um cadastro de todo o parque de iluminação, com todas as lâmpadas associadas e suas respectivas potências.

Esse cadastro é mutuamente validado entre o município e a distribuidora. Pega-se essas potências, multiplica-se em média; são, pela metodologia, 11 horas por dia durante “X” dias do mês. É assim que se fatura a iluminação pública do município nos termos da metodologia estabelecida pela Aneel.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Muitas prefeituras estão substituindo a iluminação pública de vapor de sódio por LED. Como foi feito esse cálculo? Os senhores...

Já que a gente percebeu, durante essa oitiva, que o senhor não sabe nem os locais que são prioritários de cada cidade, de religião, no caso de hospitais, de escolas e de locais relacionados à Segurança Pública, como que o senhor está fazendo esse cálculo de cobrança de iluminação pública, na qual foi feita a substituição de vapor de sódio por LED?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - O parque de iluminação pública pertence ao município. Aliás, do ponto de vista constitucional e legal, é o município que explora a iluminação pública no Brasil. Portanto, o cadastro atualizado desse parque de iluminação pública, ou seja, a quantidade de lâmpadas que existem e suas respectivas potências, a atualização disso é uma obrigação do município.

Quando o município decide fazer uma reforma de substituição de um tipo de iluminação menos eficiente, vapor de sódio ou vapor de mercúrio, por lâmpadas LED, que são de menor potência, que promovem mais economia, o município nos avisa:

“Olhe, estou iniciando a troca disso, massivamente, nas áreas ‘X’, ‘Y’ e ‘Z’, por favor, vamos atualizar o cadastro”. A partir disso, esse cadastro, nós acompanhamos o município nessa substituição. Ele nos demanda, nos informa e, a partir disso, esse cadastro é atualizado para, exatamente, permitir o faturamento.

Exemplo disso, quando a empresa que ganhou essa concorrência, uma empresa privada, no município de São Paulo, lá atrás, decidiu fazer isso massivamente, esse trabalho de recadastramento dos tipos de lâmpadas, das potências, foi acompanhado por nós e validado por nós, para que o faturamento seja correspondente àquelas potências de energia que estão sendo consumidas em campo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu li o relatório do conselheiro que esteve aqui na oitiva, e ele mesmo fez uma ressalva, que seria a questão de ter uma transparência maior na cobrança de energia pública. Então, eu acho que fica bem claro que isso é feito por um achismo, por uma amostragem, e, não, na verdade, de uma maneira decente e transparente com o município.

Eu acho que vale muito dizer isso e dizer aos prefeitos que seria importante fazer uma auditoria para poder confrontar com o que é pago de energia elétrica pública.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Me permita, deputada. Isso não tem nada a ver com decência. Isso é uma metodologia estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Na medida que não existe medidor de energia elétrica de cada poste e luz, o regulador federal, há muitas décadas no Brasil, estabeleceu isso. Simples assim.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Simples assim. Mas, há 30 anos atrás, presidente, era uma realidade, nós não tínhamos nem celular. Hoje a gente fala na lua e a gente não consegue saber o quanto se gasta de energia elétrica no município. Enfim, é muito complicado.

Mas, vamos lá para a próxima. Gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os prefeitos que estiveram aqui conosco. O senhor também falou que a média do DEC e FEC melhorou na sua apresentação, mas eu já trouxe aqui, na oitava, quando o senhor Vincenzo esteve, um caso que não demonstra a verdadeira apuração desse DEC e FEC.

No relatório que a gente busca no aplicativo, ele está zerado. O verificado é todo zerado, mas não corresponde com a realidade. A verdadeira apuração seria muito grande, de seis horas a cada dois ou três dias em uma conta. Como a gente consegue apurar o DEC e o FEC, de uma maneira fácil e transparente, para a população poder acompanhar?

Já dizendo que antigamente era descrito na conta, individualmente, o DIC e o FIC, e foi retirada essa informação do consumidor. Agora para buscar essas informações, ele precisa entrar no aplicativo, no site, e buscar por indicadores de continuidade.

O senhor acha, de maneira verdadeira e clara, que está correto esconder essa informação em um aplicativo e a pessoa precisar buscar? Na verdade, ela nem saber como pode medir o DEC e o FEC? Se ela tem todos os horários em que faltou energia na casa dela, dia e hora, e na conta dela não aparece nada, o senhor acha que está correto isso? Por que foi retirado?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada, antes de falar do DIC e FIC, eu vou me referir a sua fala sobre DEC e FEC. A apuração do DEC e o FEC é mediante a uma metodologia, mais uma vez, estabelecida para todo o Brasil, pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Esses dados são públicos, são facultados, inclusive, à fiscalização, tanto

da Aneel quanto da Arsesp, estadual, que os validou agora, em julho de 2023. Esses dados foram validados.

A apuração desses dados... O diretor Vincenzo apresentou aqui que fomos a primeira empresa a obter a certificação ISO 9000 para esses procedimentos. Então, esses dados são absolutamente públicos, aferíveis, verificáveis e são fiscalizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - De que maneira a população consegue buscar essa informação?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Solicitando, por exemplo, porque nós temos oito milhões de clientes. Oito milhões de clientes. Isso é calculado para todo um conjunto da área de concessão do DEC e FEC. O DEC e FEC não é individual. O que é individual é o DIC e o FIC.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - DIC e FIC.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Isso. Então, falando do DEC e FEC, não temos, me permita discordar, nenhuma dúvida sobre a veracidade dos dados.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não. Não temos. Quanto aos DIC e FIC, um cliente pode solicitar a averiguação do seu DIC e FIC, assim como se a senhora tiver alguma instalação específica, ainda que seja sua, a senhora pode nos informar e nós podemos...

Nós temos todos os registros do medidor de energia elétrica, no qual tem a memória de massa, inclusive, quando houve falha ou não de energia, o horário etc., nós podemos levantar, porque nós temos medidor eletrônico lá. Então, isso é comprovável. Se a senhora quiser, a gente pode fazer.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então, na verdade, não é de um lugar, porque a gente está pegando de vários lugares e é a mesma coisa em todos, enfim.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não há problema em ser em vários locais. Nós temos como levantar...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então, mas o senhor acha que está sendo transparente? Se está faltando, não é em uma conta, em diversas contas, inclusive, o próprio Sr. Vincenzo ficou bastante surpreso com a informação. Eu acredito que o senhor está faltando com a verdade aqui.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - A divulgação...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não é correto. E, como o senhor, todos nós sabemos que quem fornece a informação do que foi falta de energia, por quanto tempo faltou energia, é a Enel que fornece para a agência reguladora. Então, quem me garante que aquilo está correto, se não está constando em diversos lugares?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Primeiro, me permita discordar. Eu não estou faltando com a verdade em nenhum momento. Nem me sinto envergonhado desses dados.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Deveria.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Toda a divulgação é feita em conformidade com a regulamentação que é oriunda do governo federal, seja em conta, seja em site. Segundo ponto. O levantamento, os acessos a esses dados são facultados inclusive dentro dos sistemas computacionais, tanto à Arsesp e sobretudo à Agência Nacional de Energia Elétrica. São eles as autoridades imbuídas, legalmente, de fazer essa fiscalização, essa auditoria, esse acompanhamento e essa validação.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Só para recordar, por todas as oitivas que tivemos, quem alimenta as informações é a Enel. E a Aneel e a Arsesp, elas seguem o que foi alimentado no sistema pela empresa. Então é bastante nebuloso.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Esse procedimento, deputada, se dá estabelecido pela própria agência reguladora.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, tudo é a agência reguladora, tudo é o contrato, tudo é sempre a mesma história.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Se a agência reguladora mudar o procedimento e estabelecer outro ente para fazer isso, não há nenhum problema.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas, só para entender, Sr. Vincenzo...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Max.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Senhor Max. Tudo é o contrato e é a agência. Então os senhores se respaldam na questão contratual, e a transparência fica bastante aquém do que nós estamos falando.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - O contrato é a segurança jurídica das relações.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, a segurança jurídica, e a segurança também de poder informar ou não as coisas. Mas, enfim, eu vou trazer tudo isso depois no nosso relatório, mostrando que não está sendo pago, para o consumidor, o DIC-FIC, que é a falta de energia dele.

Isso demonstra o tamanho do lucro líquido que a empresa vem desempenhando. Eu acho que o senhor deve ser ovacionado, pelo Conselho da empresa, por tanto lucro que o senhor tem dado. Eu acho que é o que todo conselho gostaria. Mas, enfim, as horas que os consumidores ficaram sem o serviço de fornecimento de energia elétrica, agora nesse evento, elas serão descontadas na próxima fatura? Caso sim, como o consumidor poderá apurar, bem como verificar esse desconto?

Na Resolução 1.000, que o senhor tanto fala também, não está previsto o ressarcimento dos danos causados, de perda de alimentos e medicamentos. Correto? O senhor pode dizer também se está previsto o consumidor ficar sem energia por mais de nove dias? Já dizendo que não é verdadeiro também o dado de que 100% da energia voltou.

Acho que foi no dia 9 que o senhor colocou o restabelecimento de 100% da energia. Porque, inclusive, agora, chegando nesta Casa, um dos policiais, que está trabalhando,



disse que na residência dele não voltou até hoje. Então não é verdadeiro que, no dia 9, foi restabelecido.

Então eu acho que a questão de ter essa liminar está muito complicada. Porque eu sei que não é verdadeiro. Porque nós temos inclusive relatos. Nós temos provas, no papel, de várias coisas. E o senhor está dizendo que não, que é verdadeiro, que está tudo certo, e a resolução, o contrato e a agência. Mas a população continua na mesma.

O senhor falou, falou, falou. Mas o senhor não falou nada para todos os prefeitos que vieram aqui e desabafaram, porque nunca nenhum deles foi chamado para conversar junto à agência. Nunca foi feito um plano para se saber das áreas e mapear as áreas de emergência de cada prefeitura. Faz cinco anos que o senhor pegou o contrato. O senhor acha que está certo isso? Não está demorado demais?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, para finalizar, por conta dos 10 minutos.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Para dizer, olha, tenho muitas outras perguntas, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Se você deixar, depois eu envio... (Inaudível.)

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - É, eu vou deixar, porque na verdade várias são para que ele mande as informações. De qual foi a estrutura pessoal que a Enel recebeu quando assumiu a concessão, na Região Metropolitana de São Paulo, e qual é a estrutura da Enel atualmente.

Essas informações, se o senhor puder enviar para esta CPI, no prazo de cinco dias, uma relação completa, de todos os funcionários, desde antes de os senhores assumirem a empresa, todos os funcionários registrados, efetivos, de cada área onde atua. E também dos terceirizados, se na ocasião existiam.

E agora, em 2023, também toda a relação de funcionários efetivos e cada posição. E também de todas as empresas terceirizadas, desde as pessoas que atuam na rede elétrica, tanto quanto as pessoas que fazem a poda. Todas as empresas terceirizadas e a relação dos funcionários de todas elas. E também, na questão da contratação das empresas terceirizadas, que seria bastante importante, que já falei anteriormente. Me desculpa.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, sim. Quantas equipes da Enel estavam de prontidão para o atendimento de emergência na rede no último dia 3 de novembro? E quantas equipes eram constituídas de funcionários efetivos? E quantas eram formadas por terceirizados? E qual era a região onde cada equipe se encontrava fisicamente na hora dos fatos?

Eu vou deixar depois outros questionamentos, que vou deixar uma cópia também com cada deputado, para saber quais foram os questionamentos que fiz. E só pedir para o senhor respeitar o prazo de cinco dias, para que a gente consiga compilar todos esses dados. E agradecer, mais uma vez, a presença do senhor, mas dizer que a gente lamenta muito ter a empresa nesse momento, no nosso estado.

Acho que, não só no nosso estado, mas também no estado do Ceará, Rio de Janeiro, e Goiás, que já conseguiu se livrar. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Antes de passar a palavra para o Sr. Max, eu vou passar a Presidência para o vice-presidente, Luiz Fernando, o qual também já é o próximo orador inscrito. Com a palavra, o Sr. Max, por favor.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Fernando.

\* \* \*

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, presidente. Obrigado, deputada Carla, pelas perguntas. Foram muitas. Nós, no dia do evento, eu disse aqui anteriormente, o pré-alerta climático nos indicava uma chuva, uma tempestade com ventos de até 55 quilômetros por hora. Só que essa chuva foi acompanhada de ventos de 105 quilômetros por hora, sobretudo na nossa área de concessão.

E o efeito sobre a rede foi, de fato, devastador. Nós tínhamos planejado, antes das chuvas começarem, nós colocamos 300 equipes de emergência em campo, posicionadas onde os institutos de meteorologia nos indicavam por onde a tempestade iria entrar. Ela

veio de uma forma massiva. Ou seja, ela não veio apenas em algumas áreas da área de concessão, mas de maneira abrangente. Em segundo lugar, com intensidade muito maior, como eu já disse, com ventos de 105 quilômetros por hora.

E aí, quando nós percebemos que a magnitude da tempestade era muito maior, estava afetando muito mais a rede, sobretudo as redes primária e secundária, que provocaram aquele desligamento de 2 milhões e 100 mil clientes, imediatamente nós iniciamos a deflagração de um plano de contingência interno, em vários níveis. Ainda na noite da sexta-feira nós já havíamos colocado nas ruas 900 equipes, triplicando o volume de equipes. Na noite da sexta-feira, dia 3, e na madrugada do sábado, dia 4.

Ao longo do sábado, dia 4, nós ampliamos para mais 50 equipes. No domingo estávamos com 1.000 equipes em campo. E a partir daí, 1.200 equipes. Ou seja, nós quadruplicamos. Nós paralisamos uma série de outras atividades. Por exemplo, combate às perdas elétricas.

Todas as equipes que eram dedicadas às perdas elétricas e outras atividades, elas são equipes multifuncionais. Aqueles trabalhos de combate às perdas, por exemplo, foram suspensos. Essas equipes se juntaram àquelas outras, de emergência em campo, em uma grande força, para exatamente fazer frente ao efeito, à magnitude do dano que foi provocado à rede.

Mais uma vez, nós tivemos milhares de circuitos de média tensão e dezenas de milhares de circuitos de baixa tensão que foram afetados. Postes foram quebrados. Transformadores foram arrancados. Cabos foram partidos. Só de cabos, repetindo aqui, nós tivemos que substituir 140 quilômetros de cabos. É a distância de São Paulo a Campos do Jordão. Ou seja, é mais do que a distância de São Paulo a Campinas, só de cabos que foram rompidos.

Substituímos centenas de postes quebrados. Dezenas e dezenas de transformadores foram jogados ao chão. Então, de fato, era uma situação absolutamente atípica. Nunca houve, desde o Centro de Gerenciamento de Controle e Emergência de São Paulo, uma tempestade tão intensa quanto esta. Aí nós tivemos que mobilizar, de fato, todos esses recursos. Colocamos todos.

Trouxemos inclusive de outras áreas de concessão, emergencialmente, que nós operamos também, para ajudar, já que elas estavam num estado de normalidade. Então essa foi a ação. Eu mostrei aqui inclusive.

Esses dados são públicos, porque eles foram passados publicamente inclusive para a Agência Nacional de Energia Elétrica, em tempo real. Foram passados para a agência

fiscalizadora Arsesp. Eles mostram exatamente isso. É claro que atingir 99,45%, como foi atingido lá, aquele 0,55%, aquele cliente está sofrendo. Está tomando banho de água fria. (Fala fora do microfone.) Desculpe. Em qual dia a senhora se refere?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - No dia 9, estava 100%. O senhor apresentou isso. Se os senhores puderem corroborar, eu não sei, eu acho que enxerguei direito. Não?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - O gráfico está disponibilizado. Não existe mais nenhuma ordem de serviço associada ao evento do dia 3. Eles foram zerados.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Por que tem gente sem energia?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Se a senhora indicar o nome e endereço, nós vamos lá.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Os senhores sempre me pedem essa questão. “Me mostre o endereço. Me mostre onde que é a árvore...”

**O SR. MAX XAVIER LINS** - A senhora está me trazendo a informação. Então a senhora precisa me passar com objetividade essa informação, para que eu possa fazer um levantamento.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - É na cidade de Juquitiba.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Se a senhora me passar o nome do cliente e o endereço, nós vamos lá analisar, sem nenhum problema. Peço para uma equipe ir lá e ver. Mas o fato é que, de acordo com aquela curva que nós levantamos em tempo real, não existia mais nenhuma ordem de serviço, nenhum pedido formal de cliente, para o restabelecimento de energia, oriundo, estou falando aqui, dos eventos oriundos do evento climático extremo do dia 3.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O senhor tem conhecimento que as pessoas não conseguiram abrir chamado? O senhor tem conhecimento, né?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Temos sim, é claro. A senhora sabe quantas chamadas houve, quase que simultaneamente, no nosso “call center”? Dois milhões e meio. Nenhuma infraestrutura é planejada para uma crise como essa. Normalmente, num dia normal, nós recebemos, no nosso “call center”, 88 mil chamadas. São 920 posições de atendimento.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Ele é terceirizado também, né?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Uma parte dele sim. (Vozes fora do microfone.)

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Exatamente, em Cotia também não tinha energia sábado. Exatamente.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Carla, por conta do tempo, vamos passar para o próximo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas só uma pergunta.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Se tiver as informações objetivas, eu vou levantar.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Cada equipe é composta por duas pessoas?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Pelo menos duas pessoas. Há equipes com quatro pessoas, com cinco pessoas. Depende da natureza do serviço a ser feito. Se for um trabalho que envolva reconstrução de rede, é uma equipe maior. Se for um trabalho que

seja para trocar uma cruzeta, ou religar uma chave fusível, ou seja, depende da natureza do serviço a ser feito.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, depois, como sempre, a gente fica abrindo para novos oradores, ou para oradores que já tiveram o seu tempo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu agradeço. No final eu falo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Próximo deputado inscrito, deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente. Perdão.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Lucas.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Se o senhor puder só informar a sequência de oradores inscritos, só para nos organizarmos aqui. Perdão, deputado Luiz Fernando.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Carla já usou da palavra. Deputado Luiz Fernando com 10 minutos. Deputado Carlos Cezar com 10 minutos. Deputado Luiz Claudio Marcolino por 10 minutos. Deputado Lucas Bove inscrito por cinco minutos, por conta de não ser membro efetivo da CPI. Deputado Eduardo Nóbrega, deputado Oseias, deputado Mecca, deputada Monica, deputada Ediane, deputada Paula. Se vocês quiserem vir olhar, está à disposição dos demais.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Voltando aqui, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a todos que nos acompanham. Saudar o prefeito Aprígio, nosso sempre deputado, querido amigo. Saudar o Fernando, deputado pelo Ceará, presidente da CPI da Enel.

Eu quero dizer uma coisa aos deputados. Eu acho que a grande culpa desse processo são os deputados que votaram pela privatização de algo que não deveria ter sido privatizado nunca. Energia elétrica e água não são mercadorias para jogar na mão do particular, para ele explorar.

Eu quero dizer o seguinte. Os deputados que aprovaram, nesta Casa, a privatização da Enel, da Eletropaulo, esses são os grandes responsáveis por tudo o que o povo de São Paulo está passando. É simples assim. Nós temos a Arsesp, que é uma agência reguladora... Que agora querem privatizar a Sabesp. Ela não dá conta de fiscalizar sequer a Enel. Não tem quadro para isso. Os funcionários da Arsesp não recebem aumento desde 2015.

A culpa disso chama-se Partido da Social Democracia Brasileira, que privatizou a energia elétrica, que criou uma agência que de nada tem servido. E nós temos, em Brasília, a Aneel, que de nada tem servido. Eu estive, na semana passada, junto com outros deputados por São Paulo, deputados federais, na Aneel. Uma vergonha. E eu falei isso para o Sr. Sandoval, e todos os técnicos. Hoje, o que a gente vive em São Paulo é culpa da Aneel, é culpa da Arsesp, é culpa da privatização de algo que... Nós não vivemos sem energia elétrica.

Os hospitais não vivem sem energia elétrica. E privatizaram, resolveram entregar isso. É tão bom o negócio que o estado italiano veio aqui e comprou. Quem é dono não é uma grande empresa, é o estado italiano. O que não serve para São Paulo, serve para a Itália vir explorar.

Eles estão aqui, e eu quero cumprimentar o presidente Max. É um grande executivo, disse a deputada Carla. Deve receber prêmios e prêmios, porque ele fez dessa empresa altamente lucrativa. Senão, vejamos. Em 2019, quando eles assumiram, o lucro líquido dessa empresa era 777 milhões de reais. Foi o lucro líquido da Enel São Paulo em 2019. E o Sr. Max, e toda a equipe do Sr. Max, entrega para o governo italiano, para os acionistas, o lucro de 2022, de 1 bilhão e 410 milhões de reais. Grandes executivos! E é isso. O que eles fizeram? Cortaram gastos, cortaram custos.

Enquanto a Eletropaulo era pública, o interesse público era o lucro dessa empresa, a satisfação, a indústria, o comércio, as pessoas, os hospitais. E agora, na mão da empresa, do grupo econômico, e que é engraçado, ela não foi privatizada. Ela foi estatizada pela

Itália. O governo italiano é dono de 23% das ações, é quem manda, é quem toca. Então, se nós tivermos que reclamar, nós temos que chamar aqui, e talvez em Brasília, o governo italiano.

É ele quem está sucateando a energia elétrica no maior estado brasileiro, e afetando a indústria, o comércio, as pessoas. Por quê? Porque eles estão, e posso dizer uma coisa, eles estão jogando o jogo de acordo com o contrato. Hoje o crime compensa. Se eu não fizer, o que acontece? Eu pago uma multa, mas o meu lucro é maior do que a multa, compensa eu pagar. Nós viemos aqui ver a Arsesp dizer que eles já pagaram milhões e milhões de reais em multa.

Vale a pena, para eles, pagar a multa para ter o lucro. Então quero dizer, Sr. Max, eu vou dizer uma coisa: o senhor está jogando o jogo que tem que jogar, é o contrato, o jogo que a iniciativa privada joga quando ela está cuidando da coisa pública. Que é o quê? Auferir o lucro.

Vocês fizeram, olha só que interessante, um binômio aqui: péssima qualidade e alta lucratividade. É fato, Sr. Max, que o serviço, o senhor viu hoje uma média da população dizendo. Mas não precisava os prefeitos virem aqui. Bastava o senhor pegar qualquer pessoa na rua que o senhor ia ver que os serviços são muito ruins. Os prazos que a Aneel trabalha são muito ruins. Isso afeta a indústria, o comércio.

Nenhum de nós, deputados, deixamos de ouvir reclamação do empresariado a respeito da forma que vocês tratam. O “call center” de vocês, o relacionamento de vocês com o cliente, ele inexistente. Eu estive na Aneel, e protocolei, na Aneel, na semana passada, foi quando eu conheci o Fernando. Eu fui falar com o ministro da Justiça. Até porque acho que agora é caso de polícia.

Tem algumas questões que nós precisamos trazer à baila. A Arsesp veio dizer que a responsabilidade é das prefeituras, a poda de árvore. Então nós ouvimos aqui a própria Aneel culpar um pouco o prefeito Ricardo Nunes. Perdoe, Carla, o seu marido não está aqui, e eu queria ter falado na presença dele. Mas eu vou repetir.

Eu já disse que, pelo menos, pelo que a Arsesp nos informou aqui, a culpa, em São Bernardo do Campo, da falta de energia, também é do prefeito Orlando Morando, porque ele cessou um programa que existia há 25 anos, que era regulamentar as podas de árvore. Sempre tinha cronograma e tal, e isso ele acabou.

Então, ou a culpa é do Orlando Morando, ou a culpa é da Enel, ou a culpa é da Arsesp. Eu acho que é caso de polícia. E nós temos, porque o prejuízo, nós não vamos



dar conta. Se depender da empresa, sabe o que ela vai falar? “Olha o que diz o contrato, doutor juiz.” E o contrato realmente é absurdo.

Ele é um contrato leonino ao inverso. Ele dá à empresa o direito de ela trabalhar na margem que quer. Nós vimos uma coisa aqui. Eu sou sub-relator da questão do contrato da Enel. E posso dizer uma coisa? Nós estamos debruçados, o nosso jurídico, porque eles atendem, o contrato é horrível. Mas é um contrato que poderia e deveria ter sido reformado, e pode. Todo contrato administrativo pode ser revisto o tempo todo.

Não é isso, prefeito? Todo tempo eu posso alterar, qualitativamente, quantitativamente, até um percentual. E esse contrato horrível nunca foi culpa da Arsesp, como se eles não estivessem ouvindo a população de São Paulo, mas também nunca ouviram.

Do jeito que a Enel não quer sentar com os consumidores, sejam eles poder público, são grandes consumidores, indústrias, grandes consumidores, muito menos com o cidadão comum. Então resta-nos, claro, e eu quero dizer o seguinte. Acho que acende uma luz nesta Casa.

Vocês imaginam ficar sem energia, como a gente já fica. Agora some-se a ficar sem água. Nós não estamos aguentando pagar as tarifas de energia. Imagina a população de São Paulo não conseguir pagar a tarifa de água. E nós seremos os responsáveis por isso. Não é o governador Tarcísio. Seremos nós que poderemos aprovar ou não.

Eu quero, para ir finalizando, dizer o seguinte. Os números são gritantes. Como é que apareceu esse lucro todo? Só para vocês terem uma ideia, eles reduziram, como disse a deputada Carla, em 36% os trabalhadores que trabalhavam. Por que a Eletropaulo era melhor que a Enel hoje? Lá atrás, ela era melhor. Nós não tínhamos tantos problemas.

E hoje? Mas eles fizeram uma redução de 36% nos funcionários. Nós estamos indo ao detalhe. Eu quero saber quem foi, de que área. Nós estamos indo ao Ministério Público, porque a gente acha o seguinte... A gente pode tomar uma decisão. Qual é a decisão que a gente vai tomar aqui? Se eles cumpriram o contrato, nós temos que, de fato, penalizá-los pela desídia.

E aí nós estamos falando uma coisa: não é uma empresinha, não. É o estado italiano. Eu tenho certeza de que o estado italiano não gostará de ver o seu nome manchado, sobretudo em um país que nós temos talvez a segunda maior população italiana no mundo, que é o Brasil.

Então é uma vergonha, realmente. Mas o que é pior: está dentro do contrato, gente. Isso é que me mata. Está dentro do contrato. E aí, deputado Carlos Cezar, com todo o

respeito à bancada de apoio ao governador, eu acho que vale a pena dialogar com o governador. O senhor quer fazer da água o que fizeram, no passado, da energia?

É isso que vai acontecer. É dar algo que não é mercadoria para um particular explorar. Nós não estamos falando em transporte público, nós estamos falando em água. E está na Casa hoje esse debate. Eu diria aos senhores: terceirizaram tudo porque é mais barato contratar terceirizado.

Hoje, só para vocês terem uma ideia, dos 15.366, quando eles assumiram esse contrato, sabem quantos funcionários a Enel tinha? 23.835. Reduziram para 15.366. Olha que interessante: dos 15.366, são somente 3.863 funcionários próprios. Os outros 11.503 são terceirizados. Para quê? Para você ter um custo bem menor. Por isso que eles chegaram nesse 1,41 bilhões.

Eu finalizo, Sr. Presidente, cumprimentando a excelência do Sr. Max, de toda a equipe da Enel, em relação à questão da lucratividade da empresa. Se eu tiver uma empresa, eu vou querer contratá-lo. Agora, eu vou dizer uma coisa aos senhores, com todo o respeito, Sr. Max. E eu não deixo aqui nenhuma pergunta ao senhor. Isso aqui é só um desabafo, uma análise entre nós, deputados.

Não deixo aqui nenhuma pergunta. O senhor não precisa me responder absolutamente nada, porque são respostas que não têm sentido. A gente sabe, a gente analisou os contratos, nós estamos analisando os números. O que acontece aqui? Vocês não sabem cuidar da energia elétrica.

São Paulo hoje está na mão de uma empresa que só tem um único foco: é auferir lucro e mandar esse dinheiro para a Itália. Nem reinvestir aqui reinveste, manda para a Itália. E aí o senhor mostra, finalizando, os investimentos contratuais, como se estivesse fazendo um favor. Investiram o mínimo do mínimo, e a qualidade do serviço, todos nós aqui vimos.

Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Max, meus respeitos ao senhor e a toda a diretoria, enquanto cidadãos, enquanto empresários. Vocês são bons, vocês tornam qualquer tipo de empresa lucrativa. E fazem o jogo de vocês. O que eu acho é que nós, esta Assembleia errou ao privatizar algo que não poderia ter sido privatizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, Sr. Max.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Muito obrigado, deputado Luiz Fernando. Apesar de não haver nenhuma pergunta específica, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Eu vou citar exatamente, o senhor citou corretamente, mas eu vou repetir, o lucro líquido da companhia ao longo desses anos.

Em 2018, o ano que ela assumiu, ela teve um prejuízo de 315 milhões. Em 2019, ela teve um lucro de 777 milhões. Em 2020, um lucro de 981 milhões. Em 2021, um lucro de 1 bilhão, 141 milhões. E em 2022, um lucro líquido de 1 bilhão, 412 milhões. Então, os números que o senhor tem estão corretos. Faltou citar o ano de 2018, que teve o prejuízo. Se nós somarmos os lucros e prejuízos desses cinco anos, o senhor vai ver que teve um lucro líquido de quatro bilhões de reais, aproximadamente.

Eu disse aqui anteriormente, quando iniciei minha fala, que os investimentos feitos nesses cinco anos, nesses mesmos cinco anos, foram de 6,7 bilhões de reais, ou seja, eu estou investindo bem mais, 56% a mais do que estou lucrando. Para deixar muito claro, com fatos e dados, até porque o negócio de distribuição de energia elétrica, como eu disse, é capital intensivo e de larga maturação. A empresa tem lucro? É óbvio. Nenhuma empresa vive sem lucro.

Mas o que eu estou - nós estamos - investindo na rede é muito mais, mais do que 50% daquilo que ela lucrou, até porque existem regras federais definidas de qual é a remuneração de uma empresa de distribuição de energia elétrica. Então isso são fatos e dados, a empresa tem lucro, mas ela está investindo muito mais. E, em função desse investimento, deputado, os indicadores de confiabilidade e de qualidade de energia elétrica objetivamente melhoraram.

Eu disse aqui também no início para o senhor. Em 2017, anos antes de a Enel assumir, o DEC - Duração Equivalente por Consumidor - era de 11,7 horas. Ele ficava, em média, 11,7 horas sem energia por ano. Fechou 22 com apenas 6,36 horas, ou seja, melhorou metade. Quanto ao FEC, que é o outro indicador, ele saiu de 6,5 vezes para 3,33 vezes, ou seja, também melhorou significativamente. Eu mostrei os números aqui, e isso é exatamente em função do investimento, desse investimento realizado, muito maior do que o lucro líquido.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra o deputado Carlos César.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Sr. Presidente, deputado Thiago Auricchio, Sra. Deputada Carla Morando, Srs. Deputados aqui presentes, quero cumprimentar o Sr. Max Xavier Lins, que vem a esta Casa, mas lamentar muito... Eu tenho algo que eu trago para a minha vida, eu aprendi ouvindo, deputada Carla... Certa vez, um médico falava para mim, deputado Fernando Santana, que ele um dia levantou de madrugada, cedo, ele tinha uma cirurgia importante para fazer de um paciente.

Ele levantou às cinco horas da manhã, a cirurgia estava marcada para as sete, tomou seu café e começou - era de manhã, logo no primeiro horário, sete horas - a fazer essa cirurgia. A cirurgia se alongou e passou a hora do almoço, passou a hora do jantar e a cirurgia se alongou por mais de dez horas. Ele estava ali tentando salvar aquele paciente e, ao fim de dez horas de cirurgia, ele estava cansado, exausto, sem se alimentar, sem comer, mas, ao final, ele perde aquele paciente. Aquele paciente parte.

E agora ele tem que sair daquela sala de cirurgia e ir até a recepção para falar com a mãe, para falar com o filho, para falar com o irmão, para falar com os parentes, e ele descobre que não adianta eu falar para eles que eu levantei de madrugada, que eu estudei, que eu trabalhei, que eu fiz todo o meu esforço. Eles não querem ouvir que eu me esforcei tanto, que eu fiz isso, que eu fiz aquilo. Eles querem ouvir que meu pai está vivo. Eles querem ouvir que meu marido está vivo. Eles querem ouvir que o meu irmão vai sobreviver. É isso que eles querem ouvir.

E ao ver aqui o presidente Max, da empresa Enel, ele fez as apresentações e dá a impressão de que nós estamos em outro mundo, realmente, como foi colocado aqui. Dá a impressão de que ele vem de Nárnia, porque ele afirmou aqui que esse contrato de 98, que era uma concessão, que assumiu há cinco anos... E esta CPI nasceu, deputado Thiago Auricchio, com assinaturas aqui, que nós coletamos, V. Exa. coletou isso dia 24 de março deste ano. Ou seja, os eventos que suscitaram nos parlamentares aqui, ensejaram neles para se fazer uma CPI contra a empresa Enel não tiveram nada a ver com o evento do último dia três de novembro.

São eventos anteriores. São tudo o que já foi colocado aqui pelos prefeitos, pelas questões de desrespeito. E o próprio Max falou da questão de sensibilidade, mas o que falta é realmente isso, é sensibilidade, é prestar informações precisas para as pessoas, é dar informação... Nos Estados Unidos, que é muito mais acostumado com fatores como esses meteorológicos que nós vivemos aqui, de vez em quando acontece, lá é comum, mas lá as pessoas são avisadas anteriormente. Se tem informação, se mostra, “Olhe, vai ficar tantos dias”.

Agora, duro é as pessoas nem saberem a quem recorrer, é nem ter um mínimo de respeito com elas, de dar satisfação, de ir para a imprensa e falar: “Olhe, o tal hospital, nós estamos lá com aquela equipe, nós estamos com esse canal aberto aqui para todo mundo que possa surgir”. As pessoas não sabiam nem para quem ligar.

“Ah, mas são dois milhões...” Meu Deus do céu. Eu tenho uma empresa que cuida de 24 milhões de pessoas, ou de mais de 20 milhões de pessoas, de 10% da população do país, de oito milhões de clientes que pagam a conta, e eu não tenho um plano de contingência. Eu não sei como pode acontecer, em qualquer momento, pode acontecer algo que nós não estamos prevendo.

Aliás, estava previsto vento de 55 quilômetros, que já era alto, mas que dobrou. Mas, enfim, nós temos que estar preparados, o país se prepara o tempo todo para a guerra. Eu penso que uma empresa como essa tinha que estar pronta para esses eventos. Eu não quero passar do meu tempo, então eu vou já seguir aqui nas minhas perguntas que eu preparei para o senhor presidente da Enel São Paulo aqui, Max Xavier Lins. O senhor falou aqui que a instalação subterrânea, ela é, o senhor reconheceu isso, que ela é muito melhor, tem várias vantagens.

Falou de alguns problemas, fez questão de enfatizar os problemas, e eu falei aqui das desculpas porque em todo o tempo da sua fala foi que: “Ah, se deve fazer um georreferenciamento, se deve fazer isso...”, sempre fatores externos e nunca assumindo a culpa. Em nenhum momento chegou aqui para falar: “Olhe, nós ficamos indignados com o que aconteceu. Nós não aceitamos isso. Olhe, se no seu município tem alguma coisa errada, isso não poderia ter acontecido”. Não. “Tem alguma coisa errada, eu vou estudar, eu vou estar...” no gerúndio, “Eu vou levantar...”. Não é isso.

As pessoas não querem ouvir isso, elas querem ouvir é que realmente está errado, que tem coisa que precisa ser corrigida e que nós vamos fazer isso e isso e aquilo. Já faz dez dias. Ou seja, esta CPI já está acontecendo aqui, desde maio que esta CPI acontece, que nós estamos fazendo. Eu não vi ainda nada efetivo que realmente vai se fazer. O senhor fala aqui: “Ah não, o cabeamento de forma subterrânea é melhor, mas é muito caro”.

E a minha pergunta é: o senhor dispõe de algum dado para podermos avaliar se está evoluindo, se há alguma exigência contratual para a substituição de fiação elétrica aérea por fiação elétrica subterrânea? Existe alguma exigência contratual sobre isso? Eu pergunto ao senhor se isso tem alguma evolução, se há alguma coisa sobre isso.

Outra questão que eu quero perguntar aqui, eu tenho ainda quatro minutos, é sobre o rompimento unilateral do contrato referente à previdência dos funcionários aposentados. E a minha pergunta é: como está sendo tratada essa questão previdenciária relacionada aos funcionários?

Segundo esta CPI foi informada, isso representou um abandono de aproximadamente 11 mil aposentados e pensionistas diretos, fora os dependentes, que são do plano Vivest, e a minha pergunta é se isso diminuiu, como já foi colocado aqui, drasticamente, o número de servidores e pessoas da empresa.

O senhor falou aqui que, nos eventos, o senhor tinha 300 equipes que estavam prontas, que rapidamente foram utilizadas. Depois esse número passou para 900, depois para mil equipes e finalizou em 1.200 equipes. Eu gostaria de pedir ao senhor que mandasse comprovadamente esses documentos que comprovem tudo isso, para que esta CPI tenha isso de forma documentada.

E ainda diante desse fenômeno ocorrido no dia três de novembro, em que grandes partes dos municípios foram atingidas, mais de dois milhões e 100 mil pessoas ficaram sem energia, a Associação Comercial de São Paulo estima um prejuízo de 126 milhões.

O senhor já colocou aqui, eu gostaria só que o senhor comentasse se o senhor acha justo que aquele pequeno proprietário que teve a sua TV queimada, que teve o seu bem perdido, ele precise fazer três laudos para que isso aconteça, para que possa ter alguma averiguação. O senhor fala que isso é o que está previsto na regulamentação da Enel. Para fazer esses três laudos, ele tem que pagar um custo para isso. Se ele tem três equipamentos, só o custo disso já vai quase o valor do equipamento, então assim fica extremamente difícil para que ele tenha a reposição.

Eu gostaria de saber exatamente o que vai ser feito para repor os prejuízos das pessoas, dos usuários que tiveram seus bens perdidos, que tiveram seus alimentos perdidos e que tiveram as suas contas perdidas.

E, para encerrar minhas perguntas, é sobre a informação: o que foi feito efetivamente para informar a população? O senhor prestou todas as informações no momento dos eventos, e que essas informações precisas, qual o canal? Esse hospital vai demorar três horas para chegar a energia, vai demorar 24 horas, como em alguns lugares demoraram 72 horas, o senhor colocou aí. Há pessoas que estão sofrendo até agora.

Então, apenas isso. Não quero nem usar todo o meu tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Com a palavra o Sr. Max.**

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputado Carlos Cezar. Quanto às redes subterrâneas e aos enterramentos de redes, isso não está em nenhum contrato de concessão, isso está na regulamentação setorial. A Agência Nacional de Energia Elétrica trabalha com o conceito de investimento prudente. O que é o conceito de investimento prudente? É o investimento que tem que ser responsável, no sentido de não explodir a tarifa.

A tarifa precisa caber no bolso de todas as classes sociais, inclusive daquelas de baixa renda. Então se uma empresa, por hipótese, qualquer que seja ela, aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Porto Alegre, qualquer que seja ela Brasil afora, de repente tivesse dinheiro infinito e decidisse, por hipótese, enterrar toda a sua rede, que não é o caso, mas, se fizesse, isso a tarifa explodiria, e não poderia ser paga, sobretudo pelas camadas de menor renda.

Então a Aneel estabeleceu, lá atrás, o conceito de investimento prudente, exatamente para poder caber no bolso de todos; 99,8% dos lares brasileiros são atendidos por energia elétrica, e essa tarifa precisa caber no bolso de todos. Então o enterramento de rede precisa obedecer a critérios de natureza técnica, demográfica, econômica e ambiental. Qualquer coisa fora disso é infringir esse conceito, que é um pilar para que o preço dessa energia possa caber no bolso de todos.

Eu, particularmente, enquanto técnico setorial há quase 40 anos, entendo que essa regulamentação pode e deve ser aperfeiçoada. Até porque no Brasil dos anos 50 e 60, e uma parte dos anos 70, deputado Carlos Cezar, existia uma metodologia bastante inteligente nesse sentido e foi o que permitiu, em várias áreas de concessão de distribuição de energia elétrica Brasil afora, enterrarem uma parte de suas redes.

Então esses dois mil... Boa parte desses dois mil quilômetros de redes enterradas que existem hoje, aqui na nossa área de concessão e em outras, é porque lá atrás existia um mecanismo que estabelecia critérios técnicos, econômicos, demográficos e ambientais para que uma companhia pudesse fazer o enterramento e cobrasse um adicional, chamado tarifa adicional subterrânea, apenas daqueles clientes que se beneficiavam desse aumento da confiabilidade e da qualidade.

E assim o Brasil, por duas décadas e meia, aproximadamente, avançou nisso. Infelizmente o regulador federal brasileiro, por algum motivo que eu desconheço, em meados da década de 70, matou esse ardil, essa possibilidade, e uniformizou tudo isso. E os centros urbanos cresceram enormemente, se adensaram, e a complexidade de atender

cargas que têm uma expectativa cada vez maior de confiabilidade e de qualidade de energia elétrica - o senhor tem razão -, com a rede aérea, às vezes é incompatível.

Nós precisamos, muitas vezes, repensar a própria regulamentação. Que essa crise aqui vivenciada em São Paulo nos sirva de reflexão, a nível de país, de uma regulamentação que é setorial, a nível federal, para que a gente possa fazer o aprimoramento da própria regulamentação, que precisa e deve ser regulamentada, não como uma solução ampla, geral e restrita do enterramento para qualquer coisa, mas para situações específicas, onde é possível avançar.

E, do outro lado, como a gente ainda vai ter muita rede aérea durante muitos anos, décadas, é preciso uma união entre distribuidoras, municípios e governos estaduais no sentido de encontrarmos uma forma de, rapidamente, mapear tudo isso e ter um plano de curto, médio e longo prazos para tratar essa vegetação que todos nós queremos.

A segunda questão. Dois segundos. O segundo ponto foi... O senhor perguntou sobre a retirada do plano da previdência privada. Isso ainda não aconteceu. Nós solicitamos isso no âmbito do que a lei federal permite e faculta. Vários... Nos últimos três anos, mais de 400 empresas, no Brasil, de todos os segmentos, todos os segmentos, bancários etc., fizeram isso. Quem é o regulador disso é a Previc, que é a superintendência federal. O nosso processo está lá, e a gente tem a expectativa de que ele seja aprovado.

Inclusive, é importante dizer, nenhum, nenhum, nenhum pensionista ou beneficiário vai perder seus direitos legais. Absolutamente não. A própria legislação estabelece isso.

Terceira pergunta, documentação comprobatória da mobilização dos esforços para a crise. Vamos mandar tudo por escrito, sem nenhum problema. Isso já foi solicitado, inclusive.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - O senhor consegue mandar em cinco dias?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Essa é a ideia. Essa é a ideia. Nós inclusive ontem mandamos uma correspondência nesse sentido.

Ressarcimento de danos. Mais uma vez, aqueles danos, deputado Carlos Cezar, referentes a equipamentos eletroeletrônicos, estão regulamentados. Eu disse aqui, nós estamos dando um rito expedito. Inclusive vamos dispensar de três laudos para apenas um orçamento, desde que, evidentemente, ele seja compatível com a ordem de grandeza do equipamento etc., no sentido de agilizar esse equacionamento.



Quanto ao outro dano que o senhor colocou, isso também já disse aqui anteriormente, nós estamos... Nós temos a sensibilidade de que, sobretudo para a população de menor renda, isso de fato é uma perda, e estamos tentando encontrar uma forma objetiva, clara, para que a gente possa fazer isso.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Sr. Presidente, só para constar, quero só lamentar também a questão do “call center”. O senhor colocou que está diminuindo bastante o número de atendimentos, fazendo muitos atendimentos online porque as pessoas...

Eu sou... Eu não me considero um idoso, mas sou daqueles que prefere ir ao banco para falar direto com o gerente, não falar só com a máquina. E hoje a população está reclamando muito porque não consegue conversar com ninguém da Enel. Apenas para registrar essa indignação, que não são só os prefeitos, mas, sobretudo, os usuários também que não conseguem se relacionar com a Enel.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - E é um direito de, independentemente da faixa etária, querer ser atendido pessoalmente. Nós temos 29 agências em nossa área de concessão. Temos 24 municípios, mas temos 29 agências.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Para 20 milhões de pessoas, é suficiente?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não. Apenas três... O senhor viu ali na minha apresentação, apenas três por cento dos atendimentos nos procuram nas agências. Não, porque é muito mais fácil ter uma agência virtual, ter aplicativo, ter uma agência virtual.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - A imensa maioria não tem internet, não tem recurso, não tem conhecimento. A população não consegue fazer isso.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - E eu...

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Eu... Eu já não consigo, quero ir ao banco.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Outro ponto, deputado, os níveis de serviço estabelecidos pelo poder federal e pela Agência, no âmbito das agências de atendimento

peçoal, são todos atendidos. O senhor pode entrar no site da Aneel e verificar lá, eu posso também enviar os níveis de serviço e a questão da resolutividade. Tudo atendido.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz Claudio Marcolino, com a palavra

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes, Max da Enel. Primeiro, na mesma linha do nobre deputado Carlos César, hoje nós temos aqui no estado de São Paulo, Carlos Cezar, a CPFL Paulista, a EDP Bandeirantes, a Enel São Paulo, a CPFL Piratininga e a Elektro, e nós só temos uma CPI na Assembleia Legislativa, da Enel, demonstrando que, de fato, é o problema do sistema elétrico...

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Bem lembrado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - No estado de São Paulo, a única CPI que tem hoje aqui é em relação à Enel.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Bem lembrado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Max, dia 2 agora, de novembro, foi feriado nacional. O episódio que aconteceu, climático, no estado de São Paulo, foi no dia 3, aqui, na Grande São Paulo. Onde que o senhor estava nos dias 2, 3 e 4?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Em primeiro lugar, dizer o seguinte, deputado Marcolino, a minha presença é irrelevante diante dessa crise toda. Nós temos equipes, temos diretores que estão aqui atrás do senhor, inclusive, para cuidar deles. Agora no exato momento em que eu soube da deflagração da crise, avisado pelo meu diretor, imediatamente eu vim para São Paulo. Eu estava fora de São Paulo, é verdade, mas eu vim para São Paulo imediatamente e articulei de onde estava, inclusive com vários prefeitos, para o atendimento

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Então, é só para saber se V. Exa. estava no estado de São Paulo, ou não, no momento da crise aqui no estado de São Paulo. A outra pergunta: dos dois milhões...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu retornei em plena crise, importante dizer isso.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Dos dois milhões e 100 mil consumidores que foram prejudicados, quantos são residenciais e quanto é comércio?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Posso levantar para o senhor, mas já antecipo que a ampla maioria é residencial.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Mais uma pergunta. Aqui em São Paulo a velocidade do vento foi de 103 quilômetros, na cidade de Santos foi de 150; tanto aqui na Grande São Paulo como em Santos tiveram muitas avarias no sistema elétrico. Por que em Santos conseguiram resolver rapidamente e aqui na Grande São Paulo demorou muito para restabelecer? A empresa que presta serviço lá é melhor do que a que está prestando aqui na Grande São Paulo?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Os dados, os levantamentos, eu mostrei aqui, o mapa de ventos em todo o estado de São Paulo, não apenas na nossa área de concessão. Nós tivemos aqui uma frente de ventos que oscilou com rajadas não apenas de 103, mas 103 e 105 quilômetros por hora. Eu não sei exatamente, porque não consta nos mapas de ventos oficiais do Inmet ou de outros institutos esse vento que o senhor está citando. Eu gostaria até de saber a fonte, se o senhor puder me dizer.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Vou passar. Em relação às equipes no dia primeiro e no dia dois, vou pegar no dia primeiro, que é na quarta-feira que antecedeu o feriado, e depois no dia três, que foi o evento climático na Grande São Paulo, quantas equipes estavam nas ruas no dia primeiro ou no... Na quinta... Na quarta ou na terça-feira anterior ao feriado?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Em um dia normal, sem nenhuma perspectiva de ocorrência climática com chuva ou vento etc., em média, nós temos em torno de 200

equipes em campo. Na quinta-feira, dia dois, nós tínhamos a sinalização de um evento climático de uma certa magnitude, de uma certa intensidade, e programamos 300 equipes para ficarem em campo, que já é um pouco até mais de 50% do que é usual.

Quando o evento aconteceu, com ventos de 105, 103 quilômetros por hora, e veio aquela devastação, destruição sobre a rede e dois milhões e 100 mil clientes ficaram sem energia, deputado Marcolino, em poucas horas nós conseguimos colocar em campo 900 equipes.

Agora é importante dizer, deputado Marcolino, o seguinte: naquele momento, com aquele estágio de destruição, ainda com ruas alagadas, com árvores caídas sobre os postes, postes derrubados, ruas, muitas vezes, intransitáveis, esse crescimento foi um esforço enorme e ele seguiu nos dias seguintes. E não seria essa diferença, e ninguém dimensiona uma infraestrutura para momentos de excepcionalidade como essa.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Essas equipes que saíram de 200 para 1.200 equipes, elas são trabalhadores...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - De 300. De 300 para 1.200.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O senhor falou que em dias normais são duzentas. Então, saindo de 200 para 1.200 equipes, essas empresas que prestam serviço aqui, elas são diretas, da própria Enel, ou são prestadoras de serviço?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós operamos com um mix de equipes próprias e equipes terceirizadas. Por quê? Isso é algo simples. Toda atividade de manutenção de rede, seja a manutenção preventiva ou corretiva, tem uma sazonalidade ao longo do ano. Nos meses mais chuvosos você precisa ter mais equipes, nos meses menos chuvosos, menos equipes, portanto é absolutamente natural. Toda empresa de distribuição de energia elétrica, todas pelas quais eu já trabalhei e passei operam dessa forma.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Dentre essas... Já que... Como elas são empresas que prestam serviço, com certeza, quando você altera de 200 equipes para 300, para 900, 950 e 1.200, tem um custo. Qual foi o custo que vocês tiveram para manter essas equipes em funcionamento nesses dias?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós temos contratos com essas equipes, e essa demanda incremental de turmas, equipamentos etc., é claro que tem um custo adicional. Ele está sendo levantado. Posso levantar e informar adequadamente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Então seria importante passar esse custo de quanto a mais a Enel se dispôs porque, se você tem empresas terceiras prestando serviço, se aumentou a quantidade de equipes, com certeza vai ter um aumento contratual.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não. Não necessariamente, deputado. Só para esclarecer, o contrato de remuneração de tarifa não funciona assim.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu não estou falando do custo da tarifa, eu estou falando da despesa que vocês tiveram com empresas terceiras que contrataram ou tiveram que repor o número de equipes para garantir o funcionamento desses...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Sim, a Enel terá mais despesas.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu não estou falando da tarifa, eu estou falando das equipes, que devem ter tido uma despesa. Nessa linha da despesa, se a Enel teve uma despesa contratando mais equipes para colocar na rua para resolver o problema, nós, consumidores, também tivemos prejuízo. Nós tivemos prejuízo, então, tanto pessoa física como pessoa jurídica. Por isso que eu perguntei quantas pessoas, dos dois milhões e 100, são residenciais e quantas pessoas, dos dois milhões e 100, são comerciais.

Por que é importante essa informação? Hoje, qualquer consumidor, se ele entrar com uma ação de danos morais, uma pessoa física, com certeza ela consegue rever, por danos morais, em torno de cinco mil reais, que, em média, as pequenas causas garantem hoje como ressarcimento por danos morais; e danos comerciais em torno de 15 mil reais.

Queria que a V. Exa., se vocês podem se comprometer para essas duas milhões e 100 pessoas, garantir - vocês sabem hoje quem são, qual foi a base de abrangência, as pessoas tiveram prejuízo, quem ficou sem energia nesse período teve prejuízo -, de dar uma garantia de, pelo menos, cinco mil reais para cada família, para pessoa física; e de

15 mil reais para cada pessoa jurídica, é a base, pelo menos, de ressarcimento dos prejuízos que a população teve.

Isso não impede que a pessoa possa entrar depois com uma ação individual, quem tem um prejuízo maior do que 15 mil reais, ou o residencial maior do que cinco mil reais, que em média hoje se paga de dano moral. Se vocês poderiam ter esse compromisso aqui com a CPI de garantir, no plano de ressarcimento, no mínimo cinco mil reais por residência que foi prejudicada pela falta de energia, e 15 mil reais para cada comerciante.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Quanto ao contingente, aqueles dois milhões e 100 mil clientes, aproximadamente um milhão e novecentos são residenciais e quase 100 mil são comerciais. Então, ordem de grandeza. Os números depois eu posso trazer detalhadamente. Quanto ao ressarcimento por danos que não sejam, não estejam na regulamentação, eletroeletrônicos, eu já disse aqui, esses danos não constam da regulamentação, não constam do contrato de concessão e nós estamos sensíveis a isso.

Nós estamos analisando a forma de poder eventualmente flexibilizar isso e levar alguma coisa, sobretudo para aquela parcela da população de menor renda. Esse é o nosso intuito. O meu compromisso, deputado Marcolino, é nessa linha, é de estudar com sincera transparência e objetividade, tentar levar isso. Agora, neste momento, eu não consigo, até porque isso passa por algo mais amplo, que é a regulamentação setorial também.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Marcolino. (Vozes sobrepostas.) Não, eu só queria encaixar uma pergunta aqui, se possível, já que falou em ressarcimento. O Ministério Público de São Paulo propôs um Termo de Ajustamento de Conduta, um TAC, à Enel, para indenizar esses dois milhões de consumidores que ficaram sem energia elétrica no estado. Os senhores vão... A Enel vai assinar esse termo?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Primeiro vamos analisá-lo, deputado Auricchio. Nós vamos analisar os termos em que foi proposto e vamos sentar com o Ministério Público e discutir.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu estou... Eu fiz essa pergunta, nobre deputado Thiago Auricchio, porque nós, na reunião passada, aprovamos aqui que cobraríamos da Enel um plano de ressarcimento, acho que na mesma linha que tem o

Ministério Público, que vai ter esse TAC, de a gente aqui da CPI também fazer o encaminhamento do que nós avaliamos que seja ponderável de a Enel fazer o ressarcimento tanto de pessoa física como jurídica nesse período.

Então sai daqui também o nosso encaminhamento para ajudar inclusive o Ministério Público na estruturação desse TAC. As últimas perguntas. Eu vi aqui uma informação, que lá no Chile, em 2019, inclusive o pessoal lá chegou a queimar uma agência da Enel.

Uma revolta que teve, por questão do serviço. Maus serviços prestados e preços exorbitantes. Na avaliação de vocês, vocês acham que nós vamos ter que chegar aqui no Brasil no que aconteceu no Chile, que inclusive hoje vocês não prestam mais serviço no Chile? Quer dizer, a Enel saiu do país. Vocês avaliam que nós vamos ter que chegar a isso para melhorar o atendimento no estado de São Paulo, na Grande São Paulo?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputado Marcolino, a Enel continua operando no Chile normalmente. Continua operando no Chile. Ponto dois. Eu desconheço, e, ainda que conhecesse não tenho qualquer alçada sobre a atuação no Chile da Enel, fora da área de concessão da Enel São Paulo.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Indo para o finalmente, o senhor comentou agora em relação ao nobre deputado Alex de Madureira... Desculpe, o deputado Carlos Cezar tinha feito aqui uma pergunta em relação ao plano de Previdência dos trabalhadores. Se a Enel deixar de garantir para os trabalhadores... Porque hoje vocês têm lá uma contrapartida. Vocês têm hoje, no plano de aposentadoria complementar, tem o patrocínio da empresa. O senhor comentou que nenhum trabalhador daí vai ter prejuízo em relação à sua aposentadoria.

Se a empresa deixar de ter esse patrocínio, quem é que vai garantir a remuneração dos trabalhadores? Vai devolver para o estado? É o estado de São Paulo que vai ser responsável de ter que garantir a aposentadoria dos servidores hoje do setor elétrico?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - De forma alguma, deputado. A legislação brasileira federal é muito clara quanto a isto. Em primeiro lugar, nós estamos falando daqueles empregados que já se aposentaram, já deixaram a empresa, e que têm uma relação com a fundação, chama-se Vivest, antiga Fundação Cesp.

Em segundo lugar, a legislação federal permite que a empresa, qualquer empresa de qualquer ramo, de qualquer atividade, retire o patrocínio e entregue para cada

beneficiário desse, para cada associado desse, o dinheiro que ele tem lá. Ele vai receber isso mediante as regras da legislação brasileira. É assim que funciona, e não há absolutamente nada, porque são pessoas que já estão aposentadas, não tem nenhuma transferência de ônus dessa natureza para o estado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Nós aprovamos hoje um requerimento para que a Enel apresente um plano de enfrentamento e prevenção às consequências de fatores climáticos e desastres naturais nos municípios atendidos pela concessionária no período dezembro de 2023 a março de 2024. O senhor comentou que já fazem isso normalmente. Então eu queria solicitar que fosse encaminhado aqui à CPI, dos três anos anteriores, esse plano que vocês apresentaram à Arsesp e à Aneel, e que seja apresentado para a CPI também esse plano, de dezembro a março de 2024.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Perfeito. Normalmente nós apresentamos esse plano em dezembro para a agência federal, para a agência estadual, para vários outros stakeholders, inclusive para prefeituras. Não há nenhum problema em trazê-lo aqui também. Agora, e desde já isso está na minha apresentação, independentemente do plano verão, nós estamos traçando, já estabelecemos algumas ações de curtíssimo prazo, ainda para o período novembro-dezembro.

Uma parte dessas equipes que foram mobilizadas lá, elas estarão meio que de sobreaviso, porque outras podem acontecer. Vamos intensificar a questão de podas. Vamos, inclusive, fazer uma ampla vistoria na rede. Porque é o seguinte, não é só o poste que quebrou, o transformador que caiu, ou o cabo que rompeu. Muitas conexões ficaram frouxas, muitos isoladores ficaram trincados. Então nós vamos fazer uma ampla passagem pela rede para ver o estrago potencial que ficou, exatamente para recompor a rede.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - No dia de ontem, o senhor se reuniu com o governador, depois das reuniões que tiveram com os prefeitos. O senhor poderia colocar aqui para os deputados, para quem nos acompanha, o que foi tratado no dia de ontem com o governador. Ou é conversa secreta?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, não há nenhuma conversa secreta. O governador, inclusive, pode conversar diretamente com vocês, mas o governador, naquele



espírito da mesma reunião que ele fez no dia seis à noite lá no Palácio, inclusive com a presença da deputada Carla Morando, com a presença do prefeito Ricardo Nunes, ele veio em um espírito de serenidade, no sentido de ver quais são as medidas complementares que podem ser feitas, exatamente no sentido de buscar uma prevenção maior, e também entender como é que é possível construir eventualmente esse passo adicional do ressarcimento, que não está previsto na regulamentação. Foi esse o espírito.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O senhor comentou aqui que, de cada 100 reais pagos pelo consumidor, apenas 20 reais ficam com a Enel. Na avaliação da Enel, esse valor é baixo? Pela forma como apresentou, deu impressão que foi uma crítica, que vocês recebem pouco em relação aos 100 reais pagos pelo consumidor, e os demais 80 ficam distribuídos em diversas fontes.

Vocês terão aqui a renovação em 2028, tendo que colocar a previsão, se querem ou não continuar no estado de São Paulo, até 2025. A avaliação da empresa, até pelas críticas aqui apresentadas, vendo aqui o resultado que vocês estão tendo no estado de São Paulo, por vocês, vocês vão querer permanecer no estado de São Paulo com esse contrato com o governo estadual?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Em primeiro lugar, deputado, quanto à participação da distribuição na tarifa de energia elétrica, isso é uma definição da Agência Nacional de Energia Elétrica. Em nenhum momento eu demonstrei insatisfação, até porque existe uma metodologia estabelecida no Brasil ao longo do tempo, e eu citei isso aqui porque muitas vezes fica a percepção na população, e até mesmo entre os deputados, representantes do povo, de que a conta de energia é cara.

Ela, de fato, às vezes é cara para quem paga. Agora ela, do ponto de vista da distribuição, é a parte menor desse latifúndio. Ou seja, a parte menor desse latifúndio é que fica com a distribuição. Geração tem parte maior. Encargos setoriais tem parte maior e, sobretudo, os impostos estaduais e federais são a maior parcela.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só solicitar, Sr. Presidente, que sejam encaminhados agora para a CPI os contratos com as empresas terceiras que a Enel tem. Como estamos aqui na sub-relatoria de contratos, então é importante que a CPI tenha acesso aos contratos que a Enel tem hoje com as empresas terceiras, e os convênios

também com as prefeituras. Solicitar ao presidente que sejam encaminhados para esta CPI.

E solicitar aí a compreensão do presidente. Como tivemos milhares de consumidores prejudicados nesse último efeito, colocamos aí uma sugestão de garantir no mínimo cinco mil reais por pessoa prejudicada, que foi prejudicada nesse período, e de 15 mil para pessoa jurídica. Então, que fosse levada em consideração essa nossa solicitação de que fosse feito um plano emergencial para a reposição dos danos que a população teve nesse período.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, deputado Marcolino. Com a palavra o deputado Lucas Bove.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos colegas, aos servidores, todos que nos acompanham pela TV Alesp. Boa tarde, presidente Max. Peço desde já desculpas ao presidente Thiago. Eu pretendo ocupar os meus cinco minutos aqui. Se eu passar um pouquinho, eu peço desculpas. É que o tema é bastante sensível.

Dizer para o senhor, Sr. Presidente, que para mim resta claro que há uma culpa concorrente; além de, obviamente, fatores climáticos e fatores fora do controle, existe, sem dúvida alguma, uma responsabilidade de parte a parte. Eu sou um fervoroso defensor do estado mínimo, então não tenho aqui o objetivo de fazer nenhum ataque em relação à sua pessoa ou à empresa.

Enfim, acho sim que o modelo de privatização foi equivocado, mas o deputado do PT precisa se definir. Ele disse que a Enel é uma empresa estatal italiana, enquanto a Enel, o governo italiano detém 23% da Enel. Se assim o for, a Sabesp também permanecerá estatal, porque a ideia do governo é manter de 20 a 30% das suas ações.

Então, vocês precisam se decidir. A oposição precisa se decidir. Uma empresa com 25% de capital na mão do estado é uma empresa pública ou é uma empresa privada? Não pode ter esses conceitos diferentes aí e demonizar a privatização como um todo.

Posto isto, presidente Max, eu peço licença aos colegas e a todos os outros 615 municípios nos quais fui votado, mas eu vou me ater, as minhas perguntas serão todas relacionadas à Capital.

Eu sou paulistano, sou morador de São Paulo e, mais do que isso, diversos prefeitos estiveram aqui hoje. Aliás, parabênizo os prefeitos, o prefeito Auricchio Júnior, o prefeito

Orlando Morando, por estarem aqui hoje defendendo a sua cidade, mas como o prefeito de São Paulo não veio, não sei se hoje tinha Fórmula 1 ou se tinha algum outro evento para ele, ele não está aqui hoje, eu, que tive quase 50 mil votos na Capital, vou fazer aqui o trabalho de defender os munícipes e os clientes da Enel da maior cidade da América Latina, da maior cidade do Hemisfério Sul, da maior cidade do nosso país. Então, sempre que eu colocar o termo “Prefeitura”, o senhor, por gentileza, entenda que eu estou me referindo a São Paulo.

Só em relação à privatização, também colocar que o contrato, de fato, é horrível, o modelo é ruim, mas o contrato foi feito para ser cumprido. Não é? A terceirização ocorre na Enel, aqui em São Paulo. Eu não estou aqui defendendo a Enel. Acabei de falar aqui que a Enel tem, sim, a sua responsabilidade, porque nós temos no Brasil uma lei trabalhista que impede as empresas de contratarem, de aumentarem a sua mão de obra e disponibilizarem.

Não é que a Enel não tenha sua responsabilidade, mas é muito - já que falamos aqui sobre responsabilização do Legislativo - de nossa responsabilidade, de responsabilidade do Congresso Nacional, de responsabilidade de quem faz as leis, ter uma lei de um trabalho tão prejudicial, e que dificulta tanto a contratação de funcionários.

Agora, me atendo aqui às questões. Sr. Presidente, o Tribunal de Contas do Município suspendeu licitações da Prefeitura de São Paulo que eram da ordem de 1,1 bilhão de reais, a previsão de gasto, essas licitações para poda de árvores. O Tribunal de Contas do Município suspendeu por inconsistências no edital. O edital da prefeitura tinha claros indícios de que haveria ali uma possibilidade de desperdício de dinheiro público.

Eu queria saber, na opinião do senhor, que talvez não conheça a fundo essas questões da prefeitura, mas é um executivo de alto nível, se o senhor acha que esse déficit da prefeitura, que tinha uma previsão de contratar mais de um bilhão de reais em serviços de poda, se esse déficit da prefeitura atrapalha o andamento dos serviços e o andamento do sistema de energia no estado de São Paulo, e mais precisamente na cidade.

Depois, a próxima pergunta é a seguinte. De 2017 para 2022, houve um aumento de 197% nos valores previstos para poda de árvores por parte da prefeitura do município de São Paulo, enquanto a inflação no período foi de 38 por cento. Queria que o senhor nos respondesse aqui, como especialista no setor, e como um contratante desse serviço de poda, de certa forma, se é, de fato, essa a inflação do setor. Porque em cinco anos nós vimos que o gasto médio da Prefeitura de São Paulo aumentou em 200 por cento. Se, de

fato, faz sentido para o senhor esse número, ou se é possível que haja algo errado aí nas contas da prefeitura?

A minha terceira pergunta é justamente no sentido desse “toma lá, dá cá”, desse jogo, que quem perde é sempre a população. Nós estamos aqui no dilema do Tostines. Os mais velhos vão se lembrar. “É fresquinho porque vende muito, ou vende muito porque é fresquinho?”. Então, a situação entre Enel e prefeitura é basicamente essa. Existe uma fila, segundo consta, de 13 mil pedidos na prefeitura, em torno de 13 mil e 500 pedidos de poda de árvores da população junto à Prefeitura de São Paulo. Treze mil árvores, ou 13 mil pedidos - às vezes é mais de uma árvore - pendentes.

Por sua vez, a informação que eu tenho aqui, e gostaria que o senhor corroborasse ou confrontasse a informação, é que entre prefeitura e Enel existe uma pendência de quase quatro mil pedidos de desligamento da rede, para que possa ser feito. Só para esclarecer, para quem não sabe, para que seja feita a poda, a Enel precisa desligar a rede de energia antes, para segurança dos trabalhadores e do próprio sistema.

Isso significa que há cerca de nove mil pedidos. Há um descolamento entre os pedidos da população para a prefeitura e da prefeitura para Enel. Essa informação é correta, e, se sim, o senhor sabe me dizer onde estão esses outros nove mil pedidos que a população fez à prefeitura e, ao que me parece, a prefeitura não repassou à Enel?

Depois, a minha próxima pergunta é a seguinte. Houve um aumento, entre 2021 e 2022, de 21% no número de quedas de árvores na cidade de São Paulo. Queria saber se o senhor, como é parte interessada nesse processo, saberia me dizer por que houve esse aumento, ou qual seriam as principais razões para um aumento tão significativo do número de quedas de árvores de 2021 para 2022. São mais de 20% de árvores que caíram a mais entre 2021 e 2022.

Depois, gostaria de perguntar ao senhor em relação à tecnologia. Nós estamos aqui em um momento onde o senhor...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Pode continuar. Se o senhor, eventualmente... Já são cinco perguntas aqui. Se o senhor quiser dar uma parada...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Desculpe. Por gentileza, vamos lá então. Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por favor, Sr. Max, então.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Facilita um pouco minha vida. Obrigado pelas perguntas. Deputado, por óbvio eu não respondo por nenhum município. Eu sou executivo de uma empresa privada de distribuição de energia elétrica. Atuo no setor elétrico há 38 anos, como já disse aqui, e não tenho nenhuma ou qualquer alçada sobre os serviços municipais, muito menos de poda.

Também não sei informar se existe déficit de podas no município. Cada município é que tem que ter esse levantamento e dizer se há algum déficit ou não. Quanto aos gastos, também, do município, qualquer que seja ele, inclusive São Paulo, eu também não tenho qualquer acompanhamento a respeito disso, e nem seria da minha alçada.

O que nós temos com a Prefeitura de São Paulo, e é algo muito positivo, é um convênio de podas que foi firmado aproximadamente dois anos e meio atrás, que estabelece as condições mútuas de podas, tipos de podas, a forma como haverá intervenção, os prazos estabelecidos e pactuados pelas partes para isso.

Também é importante dizer que existem duas linhas de poda, aquelas que nós fazemos, deputado Lucas, do nosso próprio interesse, do interesse da companhia, do serviço de fornecimento de energia elétrica, que é a poda preventiva, para que o galho ou a árvore não entrem em contato a rede, para que não haja curto-circuito, desligamento etc. Então, nós temos um mapeamento, fazemos uma inspeção - a voz já está falhando, desculpem -, fazemos inspeções prévias e fazemos esse mapeamento.

No ano passado, foram 351 mil podas, no ano 2022, e este ano, até outubro tínhamos 294 mil podas. Isso não se confunde com esse outro convênio que nós temos com a Prefeitura de São Paulo. Volto a dizer, um convênio muito bom que foi construído entre os técnicos da prefeitura e os nossos técnicos, que, inclusive, resultou no desenvolvimento de um sistema computacional informatizado, que deu agilidade, automatização, ao recepcionar esses pedidos da prefeitura.

Por quê? Porque isso tudo antes vinha em papel. Ofícios e ofícios e ofícios. Isso hoje é totalmente informatizado. Isso hoje é também um repositório de todas as informações lá existentes. O pedido, quando foi, a ordem de serviço, a autorização, onde é, fotografias do local, inclusive a poda, antes e depois do que aconteceu, e é possível ser resgatado a qualquer momento.

Então, isso tem funcionado muito bem. Os prazos, os tipos de podas para cada tipo arbóreo etc. Até o momento, até ontem, dia 13, nós já havíamos realizado para a Prefeitura de São Paulo 8.451 podas de interesse exclusivo da Prefeitura de São Paulo, através do

âmbito deste convênio, e existem lá mais 2.740 - se não for 2.740, é 2.742, enfim - outras solicitações, das quais 2.000 estão absolutamente dentro do prazo, 90 dias para execução e 740 estão fora do prazo.

Esse é o conjunto de informações tiradas do sistema mútuo operado pela Enel Distribuição São Paulo e a prefeitura, de um sistema, inclusive, que foi desenvolvido conjuntamente.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente, só para falar sobre esse assunto. O que o prefeito Ricardo Nunes passou durante todas as reuniões que nós tivemos, sobre esse convênio, é que ele é um convênio que foi feito entre a prefeitura e a Enel. A Enel tem três mil e 700 ou 900 podas que não foram realizadas e não foi cumprido o prazo. Isso foi em todas as conversas e entrevistas dadas.

Então, eu não sei quem é que não está trazendo a verdade, mas só pra dizer que isso foi dado em todas as televisões.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada Carla, eu acabei de informar a fonte dos números que eu estou dizendo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Foi informado pelo prefeito.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada Carla, eu estou dizendo qual é a fonte da informação. É um sistema informatizado, operado conjuntamente pela Enel e o município de São Paulo. Os dados foram extraídos ontem, e podem ser averiguados sem nenhum problema.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, eu entendo a sua situação, que é um tanto quanto complicada a sua posição, porque a outra parte é seu cliente. A prefeitura é cliente da Enel, mas justamente indo nessa linha da deputada Carla que eu estou fazendo os meus questionamentos. A Prefeitura de São Paulo é taxativa ao responsabilizar a Enel por todos os ocorridos, e tirar totalmente a sua responsabilidade, ao contrário do senhor, que, em que pese sua empresa esteja deixando a desejar, veio a público pedir desculpas. A prefeitura só terceiriza a culpa, só coloca a culpa em vocês.

Por isso, eu estou aqui tentando entender como cidadão paulistano, mais do que tudo, o que está acontecendo aqui. Eu preciso saber de quem é o filho feio para saber quem é que eu vou cobrar.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, deputado, presidente. Eu preciso interromper. Porque, na verdade, assim, não sei se o senhor já tinha chegado quando os prefeitos estavam falando. Existe uma séria e grave comunicação entre prefeitura e Enel, e não é por conta das prefeituras não quererem conversar com a Enel, é porque não tem alguém que converse com as prefeituras.

Porque fica totalmente inviável a atuação da prefeitura, se não for deseletrificado o fio, e a prefeitura depende da Enel deseletrificar o fio.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Eu conheço o processo, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Só que ela não faz, não marca e não atende. Então, assim, os prefeitos não estão colocando a culpa na Enel porque ela que tinha que fazer. Estão colocando a culpa de não conseguir fazer por justamente não ter capacidade técnica e equipamentos de segurança sem que seja deseletrificado, Bove. É impossível.

Então, a gente não pode culpar as prefeituras, porque elas estão de mãos atadas. Os ofícios, no caso das prefeituras que não têm o convênio, são enviados. A prefeitura não recebe em nenhum momento resposta da Enel, e fica assim, e as coisas vão ficando cada vez piores.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Obrigado, deputada Carla, pela sua contribuição. Considerando a fala, eu vou fazer uma pergunta direta para o senhor. As prefeituras, ou a Prefeitura de São Paulo, que é a qual eu estou me atendo aqui, ela não faz as podas das árvores por culpa da Enel, na sua opinião?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu acabei de citar que, de janeiro a 30 de outubro, 8.451 podas de interesse específico do município de São Paulo foram realizadas, e existem mais duas mil podas solicitadas pela Prefeitura de São Paulo, de interesse exclusivo dela, dentro do prazo, e aproximadamente 720 em atraso. Qualquer outro número não consta do sistema.

Outro ponto importante, deputado Lucas. A poda de árvore, ela pode acontecer em dois momentos. Ou no momento emergencial, se existe algum risco a instalações, pessoas etc., porque já está acontecendo um curto-circuito ou algo que o valha, e aí a intervenção é imediata, porque os danos colaterais podem ser muito maiores, ou de natureza preventiva. As de natureza preventiva, elas precisam que haja, muitas vezes, o desligamento da rede, claro, para se fazer isto, e para isso é preciso que a gente siga uma regulamentação que nos obriga a avisar com pelo menos 15 dias de antecedência o cliente.

Porque, quando nós desligamos aquela rede elétrica, um conjunto de 10, 12, 15 mil clientes vão ficar sem energia. Então, a Agência Nacional de Energia Elétrica estabelece um critério, que nós temos que primeiro fazer um aviso de desligamento, e aí programa-se com a prefeitura, seja ela São Paulo, qualquer outro, São Bernardo, qualquer outro, esse desligamento de interesse do município.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, eu entendo o processo. A minha pergunta é outra, e me perdoe, eu vou insistir. A Prefeitura de São Paulo diz que não realiza as podas que estão pendentes por culpa da Enel. É verdade essa afirmação da Prefeitura de São Paulo? Essa é a minha pergunta. Por gentileza, gostaria que o senhor fosse objetivo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - A Enel tem buscado fortalecer a parceria com o município, não só o município de São Paulo, mas sobretudo com o município de São Paulo, porque é o maior município, tem a maior área, tem o maior número de habitantes.

A questão da vegetação é, sim, uma questão muito relevante. Nós temos feito várias parcerias nesse sentido. Aliás, o convênio, deputado Lucas, foi um avanço muito importante.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, a prefeitura diz que a Enel é a responsável por ela não fazer as podas, pela prefeitura não realizar as podas. Eu entendo a questão do convênio, da importância. A minha pergunta é: a Enel atrapalha o processo de poda de árvores a ser executado pela prefeitura ou não?.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Os números que eu trouxe aqui são claros e podem ser interpretados por qualquer um.



**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Tá bom. Obrigado, presidente. A próxima pergunta que eu...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, deputado.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Para finalizar, ok. Eu vou fazer duas perguntas rápidas, então, para finalizar. Infelizmente, de fato, agradeço o presidente por exceder o meu tempo aí.

A primeira é a seguinte, Sr. Presidente. A Enel atua em diversos países, e eu tenho certeza que o senhor, como o executivo qualificado que é, faz o seu dever de casa, aí faz o benchmarking. Quais são boas práticas que o poder público toma?

Porque aqui eu estou preocupado de fato com o poder público. Acho que o ente privado tem o contrato, tem os mecanismos, e cabe a nós mudarmos, se assim pensarmos. Quais são as boas práticas que o senhor vê que o poder público adota em outros países que poderiam ser replicadas aqui no Brasil?

E a minha última pergunta é a seguinte. Devido a essa alta intensidade de calor nos últimos dias, estão previstos novos temporais para o final da semana, para as próximas semanas aí, os próximos dias.

Tendo em vista que nós temos aqui, obviamente, o objetivo principal de investigar o que está ocorrendo, mas também podermos aproveitar o momento para evitar que novos desastres, que novos prejuízos, prejuízos físicos e morais ocorram, gostaria de saber que ações estão sendo tomadas pela Enel, em conjunto com as prefeituras, para evitar que, em caso de novos temporais, aí na próxima semana, tenhamos o cenário desolador que vimos nos últimos dias em todos os noticiários, envergonhando São Paulo perante o Brasil e o mundo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós tivemos... A Enel está presente em 32 países mundo afora, e o padrão de rede, dependendo do país, é completamente diferente. Eu vou me referir ao padrão de rede brasileiro, como eu disse, majoritariamente aéreo, que, sobretudo em centros urbanos, sofrem bastante interferência externa.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Desculpa, presidente, se o senhor me permite, eu estou me referindo à governança, às boas práticas do ponto de vista administrativo, do

ponto de vista de condução. Não, de fato, à questão estrutural, que eu sei que aí é muito mais complexo e muito individual.

Do ponto de vista de acompanhamento, de monitoramento, enfim, porque a gente sabe como funciona aqui em São Paulo, por exemplo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Existem boas práticas tecnológicas, inclusive, que podem ajudar bastante no mapeamento, no cadastramento disso. Nós fizemos há poucos anos atrás e temos adotado 48 tecnologias. Nós testamos na região da Vila Olímpia - três anos atrás -, um projeto que nós batizamos à época de “Urban Futurability”, testou 48 tecnologias.

Uma delas era a digitalização de tudo que estava acima do solo, edificações, postes, inclusive árvores e galhos, para digitalmente sabermos a distância entre os galhos, as árvores e as redes. E agilizar a nossa intervenção, ou seja, não esperar o toque, não esperar fazer o levantamento visual, andando nas calçadas, porque isso é muito demorado.

O contingente de árvores na cidade de São Paulo, já que o senhor é paulistano, é de 650 mil árvores, então, uma tarefa dessa não acontece da noite para o dia. Portanto, o uso de tecnologias como essa que eu estou citando aqui é fundamental. Para quê?

Para se ter um amplo mapeamento, de preferência digital, georreferenciado, complementado com um levantamento da saúde dessas árvores, do estado fitossanitário dessas árvores. Para que, a partir disso, se faça um plano de tratamento, um plano de ação para se fazer o tratamento. Corrigindo doenças e problemas dessas árvores, onde couber, suprimindo outras e substituindo por outros elementos arbóreos que, aí tem que ser compatível primeiro com a flora brasileira local, que seja imune às pragas tropicais.

Segundo lugar, cuja altura e a dimensão da copa seja compatível com o ambiente urbano. Não é possível nós termos eucaliptos, palmeiras, tipuanas dentro do ambiente urbano. E a cidade de São Paulo está lotada de tipuanas, árvores que foram trazidas para cá da América do Sul, 60, 80 anos atrás. Em grande medida, essas árvores estão no limite de sua vida útil e quando há tempestade, elas sofrem bastante com isso.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Desculpe, só um complemento. Perdão, presidente, mesmo, agora finalizo. Eu perguntei sobre... A minha segunda pergunta foi sobre o que está sendo feito para evitar os danos em caso de nossos temporais em um curto prazo. E só para pontuar, essa questão que o senhor colocou do planejamento, dos prazos, do aviso de desligamento, entendo essa questão da poda preventiva como essencial.

No caso da maior cidade do Brasil, São Paulo, há um planejamento da prefeitura para esse serviço de poda, para esse serviço preventivo a contento, na opinião do senhor, que possibilite que o senhor disponibilize as equipes e faça o desligamento? Enfim, só isso e eu encerro aqui já, presidente Thiago, muito obrigado.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputado Lucas. A prefeitura de São Paulo tem sido uma parceira em muitas frentes nossas, muitas frentes positivas. Utilização de faixas de passagem de áreas de redes aéreas para hortas urbanas; a análise dessa intensificação do rito e da implantação desse sistema que nós fizemos para agilizar as solicitações de podas.

Evidentemente, deputado, que 650 mil árvores requerem um trabalho muito forte. Ele é estrutural, ele não será resolvido, eu não tenho dúvida também, enquanto cidadão que sou, que pago IPTU aqui em São Paulo. Eu não tenho dúvida de que é um trabalho que vai demorar muito tempo, porque é um acervo de árvores muito grande.

Entretanto, isso precisa começar de maneira mais estrutural, intensa e com tecnologia e método. E aí, é muito importante que nós estejamos juntos. A solução precisará ser construída conjuntamente, não só com o município de São Paulo, mas com todos os municípios da nossa área de concessão e Brasil afora.

Aí eu até já faço um apelo; os prefeitos, infelizmente, não estão mais aqui, mas deputados estão: é muito importante que os demais municípios também assinem esse convênio conosco. A gente pode fazer alterações de especificidades, mas ele é muito importante porque é um instrumento muito forte para essa agilização tão necessária, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra o deputado Eduardo Nóbrega.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Presidente, cumprimentar todos os deputados, dizer que a participação do deputado Lucas Bove praticamente, de maneira positiva, esvaziou as minhas perguntas e todo... Dá para ver daí, sua visão é boa.

Mas saudar todos os prefeitos que estiveram presentes aqui, e ainda está presente o prefeito Aprígio, de Taboão da Serra, que fez questão de acompanhar esta CPI porque vive a realidade de tudo que está sendo tratado aqui hoje. Quero saudar também o Max, presidente da Enel, dizer que V. Exa. em que pese o habeas corpus impetrado, não fez

uso da decisão judicial e não se furtou de nenhuma resposta, e mostrando respeito a esta CPI.

Quero tentar agora resumir, já parabenizando, presidente, V. Exa. e a relatora Carla Morando, porque esta CPI já entrou para os Anais da Casa, não tenho dúvida disso, e virá a prestar um serviço imprescindível ao povo paulista. Somente hoje aqui, permitindo que os prefeitos falassem diretamente com o presidente da Enel, já tenho certeza que a relação será diferente a partir de agora.

Mas eu digo ao Max que, toda vez que V. Exa. tentava explicar os protocolos ou os processos da empresa, causava uma ira muito grande nos prefeitos. E isso está muito claro, e não é possível que a gente conviva com uma relação entre os clientes e a fornecedora de energia elétrica, a distribuidora de energia elétrica.

Essa relação não pode permanecer da forma que está, até porque a grande preocupação, seja dos deputados, do prefeito e, acredito, que da empresa também, seja o atendimento ao consumidor final. Os prefeitos aqui hoje trouxeram a preocupação e deixaram muito claro que o poder público não consegue ter um relacionamento a contento com a empresa.

E o prefeito Aprígio deixou ainda mais clara a preocupação também da pessoa física ou jurídica, pequeno, médio ou grande consumidor, que também não está, por meio do protocolo existente, hoje, de atendimento, não se entende satisfeito.

As perguntas do deputado Lucas Bove foram muito objetivas. E V. Sa. Também reconheceu que esses ruídos também precisam ser desfeitos; o problema, Max, é que se houver um novo evento climático - e as informações são de que no final de semana já pode acontecer -, o povo não irá admitir outra resposta como foi dada por V. Sa. agora, em não responder objetivamente ao deputado Lucas Bove se a culpa é da prefeitura de São Paulo ou da empresa.

Precisamos ter uma solução que seja emergencial. E o prefeito Orlando, de São Bernardo, disse aqui em claro e bom tom: se a empresa assumir a responsabilidade e limpar toda a rede, o manejo arbóreo será feito imediatamente pela prefeitura. Eu creio que seja essa a expectativa do povo paulista hoje, ouvir de V. Sa. o que será feito.

Porque se nós ficarmos tergiversando respostas não claras, a população vai cobrar um grande preço e aí pode acontecer aquilo que o deputado Luiz Marcolino trouxe aqui, que me parece que não foi confirmado por V. Sa., de que no Chile as coisas ficaram muito piores.

E o povo brasileiro é um povo, nós sabemos, amoroso, pacífico, mas se respostas claras não forem dadas urgentemente, a população poderá se posicionar de maneira diferente. Então, as perguntas foram colocadas aqui por todos. Eu deixarei assim, então, de forma mais restrita: como melhorar a relação com o poder público municipal, Max?

Lá na região de Taboão - completando essa primeira pergunta -, nós temos uma servidora da Enel, salvo engano, Tatiane, que é responsável por essa relação.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Tatiana Tinoco.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Eu estou acompanhando de perto porque o que eu quero, e que todos aqui desejam, é que a relação funcione, para que essas podas preventivas sejam realizadas e que a gente não passe por novos episódios como esse.

Então, acompanhei uma reunião da prefeitura de Taboão, em Embu-Guaçu, outras prefeituras vão ser atendidas. Mas isso precisa ser um protocolo objetivo e não... E eu entendi a sua boa vontade quando algum prefeito fazia a pergunta, V. Sa. colocava: “Olhe, me passe e eu vou verificar”, iremos passar, mas é preciso de um protocolo claro, objetivo, para que atenda os 24 municípios.

Então a primeira pergunta: como melhorar essa relação com o poder público, mas pra ontem?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputado Eduardo Nóbrega. Esse ponto, eu até já fiz uma manifestação aqui, está claro para mim que há uma insatisfação muito forte acumulada e isso exige, da nossa parte, uma reflexão. Independentemente da causa, etc., a gente não pode ter uma relação onde os prefeitos se sintam magoados e insatisfeitos.

A gente precisa, de fato, discutir a relação. Sentar e discutir em altíssimo nível. Então, desde já - eu já me prontifiquei -, vamos montar um plano de visitas aos prefeitos, em um sentido de identificar quais são as principais queixas objetivamente, quais são as demandas, o que é que está atrasado, como é que está a relação com esse gestor de clientes do poder público, se a frequência está atendendo, não está, quais são as demandas que chegam e que não são atendidas, por quê.

Minha ideia é fazer um amplo levantamento prévio para discutir isso com cada prefeito individualmente, para, exatamente, a gente poder virar essa realidade. Então, fica

aqui desde já, eu já tinha dito isso, eu estou reafirmando: fica o meu compromisso nesse sentido, de tentar, a partir disso, resgatar esse relacionamento. Porque claramente existe uma insatisfação muito forte acumulada.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Segunda pergunta, Max...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - E só um ponto, deputado, me desculpe, isso passa, inclusive, por muita transparência mútua nas relações. A credibilidade e a confiança se constroem com transparência, dados objetivos ao longo do tempo. Então nós vamos buscar isso, sim.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Segunda pergunta: como resolver o problema da poda de árvores? De quem deveria ser a responsabilidade? Seria possível, objetivamente, uma repactuação com os municípios e a empresa, para que fique definido qual é a responsabilidade de cada um dos entes envolvidos? Para que não fique essa dúvida em momentos de crise como esse.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Perfeito. Deputado, não há nenhuma dúvida. A legislação federal e boa parte das legislações municipais definem claramente de quem é a responsabilidade sobre poda, manejo e tratamento de árvores. É do município. No Brasil é assim. A legislação federal diz isso, várias legislações municipais corroboram com isso. A legislação municipal de São Bernardo do Campo diz isso claramente lá.

Então, assim, essa é a responsabilidade. Agora, por outro lado, nós temos concessionárias de serviço público, de telefonia, telecomunicações, cabos de fibra ótica, energia elétrica, onde esse espaço é compartilhado com essa vegetação.

Então qual foi o caminho que nós encontramos aqui no município de São Paulo? Ele é muito bem-sucedido; foi a construção do convênio, que funciona muito bem. Porque informatizou a recepção e os prazos para dar a devolutiva, estabeleceu prazos para realizar as podas de interesse da prefeitura.

Agora é preciso o seguinte: essas solicitações do município são aquelas podas onde há algum tipo de interferência com a árvore. As podas de árvores que são em um lado da calçada que não têm qualquer interferência com a rede elétrica, não podem ser nem da empresa de distribuição, nem da empresa de telefonia, etc.

Então isso é muito claro e esse desenvolvimento que foi feito, do convênio de podas, eu volto a fazer um apelo aqui para os deputados e prefeitos presentes, por favor analisem o convênio que foi disponibilizado já há algum tempo, estudem. Se precisarem de uma reunião específica sobre isso, nós estamos completamente à disposição. Por isso, de fato, pode ajudar muito nessa questão de poda de árvores, deputado, é fundamental.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Pela ordem, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Posso fazer uma sugestão, presidente? Sobre a questão do convênio, enfim, e sobre a responsabilidade, de quem é a árvore e de quem não é a árvore.

A questão toda é: a gente sabe que as equipes técnicas das prefeituras não têm uma capacidade para poder fazer o manejo arbóreo em situações onde existam a energia elétrica. O senhor concorda com isso?

**O SR. MAX XAVIER LINS -** Algumas tem, outras nem tanto.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Bom, pelo menos aqui, das 24 cidades, o relato que nós temos é que nenhuma delas pode fazer o manejo arbóreo, por conta de não existir um profissional capacitado e muito menos o EPI necessário para isso, mas enfim.

O senhor não acha que seria importante, de repente, a Enel pôr à disposição da prefeitura, uma equipe, dedicada, para fazer a deseletrificação da rede? Mesmo que tenha esse prazo de 15 dias para poder avisar, eu acho que em uma situação como nós estamos vivendo, a gente precisa, muitas vezes, fazer uma mudança.

Então, não existe a condição de avisar 15 dias antes porque é uma operação emergencial... De ter uma equipe dedicada, para as prefeituras, equipe para cada uma. Deixar 24 horas lá, por dia - modo de dizer o “24 horas” -, vamos dizer mais assim, do período onde a prefeitura faz todo o trabalho dela de poda, onde ela tem que ter deseletrificação. Para que possa, de repente, fazer uma operação emergencial e sanar esses problemas?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada, é muito bem-vinda a sugestão. Os desligamentos de natureza emergencial - eu disse aqui antes -, são imediatos, ou seja, se houver risco a um veículo, a um transeunte, a uma pessoa, a um imóvel, etc. - não, perfeito, eu sei. Estou falando primeiro do emergencial, o emergencial, isso é pacífico. Quanto à poda programada, de interesse da prefeitura...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - E da Enel também.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, porque esses da Enel, perceba, nós mapeamos e fazemos, como disse a senhora. Nós realizamos, no ano passado, 361 mil podas, em 2022. Isso dá, em média, 30 mil podas por mês, isso é um volume muito significativo. Fechamos outubro deste ano, 31 de outubro, com 294 mil podas realizadas. E agora, nos meses de novembro e dezembro, seguimos e elas serão intensificadas.

Alguns municípios, de fato, têm uma estrutura muito precária para isso. E o desligamento à revelia do consumidor, por outro lado, fere o direito do consumidor. Então, nessa abordagem bilateral que a gente vai fazer com cada município, eu acho que a gente pode tratar essa questão: nós avançarmos na questão de instituímos o convênio de podas. Porque, de fato, ele é muito bom.

Segundo lugar: aquelas prefeituras que têm uma estrutura um pouco menor, como é que a gente pode fazer, em termos de mutirões, para agilizarmos o estoque, junto com a prefeitura, do que está pendente, mesmo tendo essa questão do desligamento? Por exemplo, de repente, eu posso utilizar ali - em situações mais críticas, é claro, eu não posso banalizar o uso disso -, um equipamento de linha viva; uma situação mais urgente, mais importante, mais relevante.

Então, existem soluções técnicas, claro, não pode ser banalizado, mas que podem ajudar nesse sentido. Por isso que eu gosto dessa sugestão, vamos sentar, pegar o convênio de podas, verificar a realidade de cada município. Existem municípios enormes, existem municípios menores, as realidades são distintas e nós estamos absolutamente abertos para podermos avançar nisso.

Até porque, e aí me permita também, respondendo uma pergunta do deputado Eduardo Nóbrega, do deputado Lucas: e amanhã, se acontecer uma chuva nessa mesma proporção? O que vai acontecer? O que é que vai acontecer? A rede segue aí, exposta às árvores e vice-versa.



Então nós precisamos começar esse trabalho, Srs. Deputados, de forma estrutural. Não é uma tarefa fácil, não é uma tarefa para amanhã, é uma tarefa para depois do depois de amanhã, mas ela precisa ser iniciada. E ela precisa ser iniciada com todos nós, de mãos dadas. E nós estamos absolutamente - os senhores têm meu compromisso pessoal - abertos para isso.

Onde nós pudermos ajudar, tanto nas coisas, deputada Carla, deputado Lucas, deputado Eduardo Nóbrega, de curtíssimo prazo, quanto nas coisas mais estruturais. A minha grande preocupação é, também, as coisas estruturais. Porque nós sabemos que outras tempestades virão. Nós sabemos que outras tempestades virão, não é “se vai acontecer”, é “quando vai acontecer”.

E mais um ponto: ventos dessa magnitude que eu mostrei aqui, de 105 quilômetros por hora, 103 quilômetros por hora que arrancaram telhados de postos de gasolina, coberturas de postos de gasolina, telhados de casas, placas de alumínio e zinco que foram lançadas sobre a rede em profusão, eles vão acontecer, só não sabemos exatamente quando.

E nessas velocidades que estavam aqui, não caem apenas as árvores adoentadas, caem também as árvores sãs. Caem também as árvores sãs porque existe um limite físico, mecânico, estabelecido. E qual é o limite de cada árvore dessa sob a ação de (Inaudível.) do vento?

Então é muito importante que a gente entenda isso. E se nós queremos, de fato, construir um ambiente mais adequado dessa infraestrutura que é essencial para todos nós, a gente precisa iniciar isso e estarmos juntos para isso. Eu estou absolutamente aberto nesse sentido.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Só para entender o convênio, Carla. Então esse convênio pode ser um modelo, um “case” para todos os demais municípios. Como é que ficou a responsabilidade, então, nesse convênio?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Esse convênio define, deputado, por exemplo, os tipos de poda para cada tipo de elemento arbóreo. Existem vários tipos de poda, para não danificar o elemento arbóreo. Foi construído por engenheiros florestais e biólogos de ambas as partes, juntos, que foram a campo durante um bom tempo, fizeram um levantamento de campo. Levantaram os principais elementos arbóreos e, para cada tipo de elemento arbóreo, para cada situação de copa, qual era o tipo de poda mais adequado.

Está tudo lá, os prazos para recepção disso e os prazos para execução, onde a atuação precisa ser conjunta, porque, às vezes, uma árvore precisa passar por uma supressão completa e aí as raízes, em uma supressão completa, já danificaram a calçada. De quem é a responsabilidade por recompor a calçada daquela casa?

Então tem uma série de questões lá. Nós, ao fazermos esse manual, consultamos, fizemos uma ampla análise bibliográfica de tudo que existia de melhor no Brasil para isso, inclusive, a ABNT. E ele, de fato, pode ser perfeitamente encaixado nas necessidades de outros municípios, às vezes, com pequenas especificidades.

Porque, como eu disse aqui, são municípios diferentes, mas o grosso dele cabe perfeitamente e vai nos ajudar mutuamente, de forma muito importante. Agora, isso não pressupõe, deputado, um trabalho em paralelo, porque o convênio de podas é como se dá a operacionalização do dia a dia.

Agora, é importante que os municípios entendam que esse parque arbóreo precisa ser mapeado, georreferenciado, um levantamento do estado de saúde fitossanitário dele e um plano de ação de médio e longo prazos de como tratar essas árvores, de como substituí-las - aquelas que sejam irremediavelmente danificadas -, para que, no médio prazo, a gente possa ter uma cidade onde a infraestrutura possa ter uma performance melhor.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Agora, última pergunta, presidente. O prefeito Aprígio trouxe aqui a preocupação com a pessoa física e com a pessoa jurídica, e Direito Privado. Também está claro que esse canal de comunicação, em que pesa a tecnologia - foi citado aqui pelo deputado Carlos Cezar -, mas há um costume do povo brasileiro de se resolver as questões pessoalmente.

Há a possibilidade de a Enel manter esse canal e investir nele? Para que casos mais emergenciais ou mais complexos possam ser resolvidos nas agências, mas com investimento nessas agências. Porque foi citado algum município aqui, e em Taboão também ocorreu isso, houve uma diminuição no espaço físico da agência e, com certeza, no recurso humano que também era disponível à população.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Uma agência é dimensionada para a demanda que ela recebe. Então existe uma demanda durante os dias da semana, ou seja, “intra-week”; existe uma demanda, uma sazonalidade ao longo do mês e existe uma sazonalidade ao longo dos meses do ano.

Nós conhecemos essas demandas, essa curva de demanda para as agências, ou seja, para o atendimento presencial. Funciona normalmente, de segunda a sexta. No caso do evento de sexta-feira, dia três, nós mantivemos algumas agências, as mais relevantes, abertas. Exatamente para dar vazão também a isso.

Mas nas condições normais de temperatura e pressão, essas agências funcionam em horário comercial, de segunda a sexta-feira. E nós temos exatamente a curva de demanda de pessoas que chegam a essas agências através dos protocolos.

O que eu me comprometo com o senhor? Se por acaso nós identificarmos que a curva de chegada de pessoas está incompatível com a aquela estrutura para um tempo médio de atendimento, eu me comprometo a sentar e a gente redefinir isso, adequando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Corroborando com a questão das agências, deputado Eduardo, eu acho que... Presidente, não lhe ocorre que, de repente, a demanda é em relação ao distanciamento que, cada vez mais, tem da população? Então, assim, eu vou citar: existe, em São Bernardo do Campo, uma cidade com mais de 800 mil habitantes, uma agência no centro.

Mas as pessoas moram muito distante e, por conta dessa dificuldade de acesso, acabam ficando ou sem atendimento ou caindo nas questões já digitais, e que não atende a população. Eu acho que isso deveria ser mais regionalmente colocado, porque eu tenho certeza que, se isso for mais acessível, a demanda será muito maior.

Não vai ser a demanda que a pessoa precisa chegar no centro da cidade. E ir lá do Pós-Balsa até o centro da cidade, ou lá do fundo do Alvarenga até o centro da cidade. É muito complicado.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - De fato, a senhora tem razão. Uma maior capilaridade, deputada, pode promover isso. Existem soluções que podem ser construídas, que não necessariamente signifiquem mais agências. De repente, nós podemos ter estruturas de atendimento pulverizadas.

Em um grande terminal de ônibus, um terminal, sabe? De trem, etc., para, exatamente, dar um pouco dessa capilaridade da qual a Sra. fala. É, sim, possível tentar construir uma solução híbrida dessas coisas que podem, de repente, ajustar.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Isso vai demandar contratação de pessoas. E aí, tudo bem?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Se, eventualmente, demandar contratação de pessoas, será o ônus da necessidade. Agora, isso pode ser pessoas próprias ou terceirizadas. O importante, deputada, é que a estrutura estabelecida possa dar vazão às necessidades do nosso cliente. Isso, sim, é importante.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Presidente, só para encerrar a minha participação. Como se trata de casos excepcionais, como bem colocado pela deputada Carla. Itapequerica da Serra, neste exato momento, tem vários bairros sem abastecimento de água há três dias, e a informação da Sabesp é de que é por conta da falta de energia. Então gostaria de passar para a sua equipe, presidente.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado. Nós vamos checar isso. Estou aqui tanto como diretor comercial quanto como diretor de operações. Durante a crise, nós priorizamos as estações de abastecimento da Sabesp, ficamos em linha direta com o Governo do Estado de São Paulo, com a Secretaria de Infraestrutura, etc., exatamente para não haver o efeito colateral adicional disso. Fizemos um esforço grande, tanto o governo de São Paulo quanto nós. Vamos verificar. Não sei, vamos levantar. É a estação da Sabesp de onde? Itapequerica?

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Itapequerica da Serra. Cidade aqui da região Conisud. Presidente, encerro a minha participação.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Vamos ver se é uma questão de energia ou de outra natureza.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Parabenizo aqui novamente a comissão, todos os prefeitos que estiveram presentes, a empresa. Neste momento,

presidente, nós precisamos dar as mãos, porque os eventos climáticos vão ocorrer e nós não temos como deixar de dar resposta ao povo paulista. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, deputado Major Mecca.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Muito obrigado, deputado Thiago Auricchio, presidente desta CPI, presidente da Enel, Sr. Max. Só a instalação desta CPI desde o início do ano já mostra o grau de insatisfação do povo paulista com serviços prestados por essa empresa.

Presidente Thiago Auricchio, é importante nós pontuarmos aqui nesta comissão qual o seu objetivo. O objetivo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é reunir provas e indícios para a construção de um conjunto probatório que indique as pessoas responsáveis criminal e civilmente pelos prejuízos causados ao povo de São Paulo em relação ao fornecimento de energia elétrica.

Essa é a expectativa do povo paulista. Não é somente um espaço em que cada um possa fazer a sua manifestação política e demonstrar ao seu eleitor que está fazendo alguma coisa e, na verdade, nada acontece, porque o sentimento da população no Brasil, no estado de São Paulo, é de impunidade. O povo sofre... Na hora em que o senhor puder me ouvir, eu continuo o meu discurso, Sr. Presidente. Posso continuar?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por favor, deputado Mecca, fique à vontade.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Sr. Presidente, eu destaco aqui a importância desta CPI em relação à responsabilização das pessoas que estão na gestão da empresa Enel. As explicações trazidas aqui em relação a planos de investimento, planos de risco e planos de contingência são insatisfatórios a estes deputados, que representam o povo de São Paulo.

Então eu estou apresentando ao Sr. Presidente desta comissão por escrito, para que a Enel apresente a resposta por escrito, para que nós possamos contribuir com o relatório da deputada Carla Morando, em relação ao apontamento dos responsáveis pelos danos materiais causados ao povo de São Paulo.

Faço uma pergunta ao presidente da Enel, o Sr. Max: haverá, minimamente, como sinal de respeito ao povo de São Paulo, isenção de pagamento da conta de luz às famílias afetadas pelo corte do fornecimento de energia elétrica, considerando que essa falta de energia levou grande prejuízo a famílias e a comerciantes do nosso estado?

Sendo positiva a resposta do senhor no amparo ao povo do estado de São Paulo que sofreu com os cortes de energia, quais serão os critérios adotados para que o povo recebesse amparo por parte da empresa Enel?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado pela pergunta, deputado Major Mecca. Deputado, eu já manifestei anteriormente aqui sobre esse tema do ressarcimento e vou repetir. Nós temos total percepção dos impactos disso. Somos sensíveis, sobretudo, àquelas famílias e às pessoas de menor renda que perderam alimentos, etc. Mas isso não está regulamentado e nós precisamos construir essa solução.

É o que nós estamos fazendo. Ontem, inclusive, na conversa com o governador Tarcísio, à noite, nós ficamos discutindo isso. Reafirmamos para ele: estamos sensíveis a isso e queremos, sim, construir uma solução, que precisa de uma flexibilização de algumas coisas de uma empresa fortemente regulada. Mas nós estamos, sim. Queremos construir uma solução objetiva para isso.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - O senhor tem o prazo para essa regularização e isenção dessas contas aos contribuintes?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não necessariamente são isenção de contas, deputado Major Mecca. Nós estamos analisando todas as possibilidades possíveis associadas de como a gente poderia materializar um eventual ressarcimento. Na conversa com o governador, não ontem, mas na segunda-feira à noite, dia seis de novembro, lá no Palácio dos Bandeirantes, a deputada Carla estava lá, acompanhou toda a reunião.

Ficou combinado com o governador que as cinco distribuidoras de energia elétrica no estado de São Paulo - não apenas a Enel, mas todas elas: Enel, CPFL, Elektro, Energisa, EDP -, sob a coordenação, inclusive, da agência reguladora que estava lá, iriam discutir. Nós estamos fazendo isso. Reuniões quase que diárias no sentido de construir esse caminho.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Há um prazo para essa análise? Resposta à população.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - O governador nos pediu que isso não ultrapassasse 30 dias.

**O SR. MAJOR MECCA - PL** - Ok.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, a deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Obrigada. Bem-vindo, Max, à nossa Casa, a esta CPI. Espero que a gente consiga avançar no entendimento de que existem pessoas precisando de um serviço básico que é constantemente cortado e privado no estado de São Paulo.

Quero começar também falando com os colegas, porque eu acho que a urgência de resolver o contrato da Enel e a forma como a privatização contribui para que a empresa não seja obrigada a atender as necessidades mais básicas da população da Região Metropolitana de São Paulo tem que nos fazer refletir sobre o processo acelerado e atabalhado que está acontecendo aqui na sala do lado, da privatização da Sabesp.

Eu vou chamar, Lucas, de privatização da Sabesp, porque é assim que chama o projeto, é assim que chama o plano do governador e você dá a sua palavra que o governo tem uma meta de ações que pretendem manter sob a sua gestão. No projeto de lei não diz nada disso.

E segundo que eu escuto de vocês mesmos da base, eu não tenho motivo nenhum para acreditar no governador, porque as sucessivas promessas que ele faz para vocês, ele não cumpre. Quem dirá uma promessa que ele não fez para ninguém, para além de vocês. Não está na lei e não tem garantia nenhuma de que o governo do estado vai continuar sendo acionista, o maior acionista.

De novo, eu vou reivindicar a história da Enel. Depois de privatizada, a gente não pôde impedir que a concessão fosse revendida à Enel, que a Eletropaulo fosse revendida à Enel. Ninguém vai conseguir impedir que os acionistas da Sabesp vendam as ações uns para os outros e a gente não sabe onde vai parar o controle acionário da Sabesp no modelo escolhido pelo governador, que é leilão de ações na bolsa de valores.

Serviços essenciais como água e energia privam as pessoas de direitos humanos, e quando existem contratos que asseguram que a empresa está completamente desobrigada a assistir, a gente assiste... É verdade, as cinco empresas que atendem o estado de São Paulo apresentaram dificuldades diante do último ciclone. As cinco empresas tiveram corte de energia.

As cinco empresas tiveram dificuldade no atendimento ao cliente, mas apenas uma delas está há dois anos consecutivos na lista do Procon com o maior número de reclamação de consumidores nas cidades em que opera. Apenas uma delas tem centenas de cortes de energia diariamente. Apenas uma delas deixou o Butantã inteiro sem energia dois dias antes do ciclone, e a gente fica aqui ouvindo o dia inteiro a explicação de que as árvores são as grandes vilãs.

Se a gente prestar atenção, levar em consideração tudo que eu ouvi, vai sair daqui um projeto de lei proibindo a cidade de ter árvores, porque parece que as árvores são as culpadas do corte de energia. Mas eu preciso dizer que no dia 15/06/2023, na cidade de Ribeirão Pires, um idoso morreu ao encostar em um poste de madeira da Enel caído na rua.

Então, não são só as árvores que estão sujeitas a fenômenos climáticos extremos e nós sabemos que os fenômenos climáticos extremos serão cotidianos no Sudeste no próximo período. Chuvas, ventos, secas, falta de água para as hidrelétricas e para a concessionária de saneamento básico. Será parte do cotidiano.

Daí, vale perguntar: a Enel tem um plano de adaptação e mitigação para o próximo período? Quantos postes de madeira ainda estão sob administração da Enel espalhadas pela Região Metropolitana de São Paulo? Por que não existe um canal de atendimento entre a manutenção urbana e a poda de árvores e o desligamento da rede, para que ela seja possível? Há interesse de fazer?

Por que não abrir um consórcio entre os 24 prefeitos e abrir esse canal imediatamente, para abrir um calendário de manutenção? Quanto custaria? Qual é o plano para aterrar a rede elétrica? Outra questão são os canais de atendimento.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Posso responder uma parte das perguntas e aí ir para as demais?

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, pela ordem. É só que eu fui citado nominalmente. Gostaria só de...



**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Eu gostaria de ouvir a resposta, Lucas, aí a gente já discute a privatização da Sabesp na comissão ali do lado.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, a decisão é do senhor, para mim é indiferente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como o deputado foi citado, antes passar a palavra, então, para o deputado.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Obrigado, Sr. Presidente. Só para restabelecer a verdade aqui. Não sei quem é a tal base que a deputada se refere, mas como se referiu a mim nominalmente: em nenhum momento eu disse aqui que a palavra do governador Tarcísio não é confiável ou que a palavra do governador Tarcísio não é digna de confiança.

Pelo contrário: eu vivo reiterando aqui diante das ilações da oposição de que nós votamos ou deixamos de votar, porque não somos atendidos em cargos ou emendas, que o modo operandi da direita é diferente do da esquerda. Ao contrário - eu estou com a palavra, deputada - do que ocorre em Brasília...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Eu estou com a palavra.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Não, o presidente deu a palavra... Presidente, quem está com a palavra, por gentileza? Só porque está sério aqui.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, só esperar o deputado concluir.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Obrigado, presidente.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Eu estou com a palavra.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Obrigado, presidente. Ao contrário do que ocorre em Brasília, onde as votações são baseadas em nomeações, em cargos e emendas, aqui em São Paulo a gente vota por convicção. O governador Tarcísio falou ao longo da campanha toda, assim como nós, que o processo de privatização da Sabesp - porque é privatização, sim, não tem problema nenhum - ia ser levado a cabo.

Esse foi o projeto que a população do estado de São Paulo escolheu e assim será, independentemente de qualquer tentativa de atrapalhar ou de qualquer leitura de voto atabalhoada. Aí, sim, atabalhoada, por parte da oposição. Só para completar: dizer que, às vezes, a gente vê semelhanças entre o PSOL e a atual gestão de São Paulo.

No site da prefeitura, Sr. Presidente, tem que podas de árvores são uma agressão ao meio ambiente. Aí você vem e diz que é culpa das árvores. Não. É o mesmo conceito de quem diz que é a arma que mata. Não, mata quem está segurando a arma. A culpa não é da árvore. A culpa, deputada... É que o PSOL eu sei que nunca esteve...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Presidente, o tempo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, deputado Lucas.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Nunca esteve presente no Executivo e tudo. A culpa é de quem não faz a poda correta das árvores.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - O senhor é bastante benevolente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - E a sua sugestão de consórcios entre os municípios é muito boa. Já existe, por exemplo, no projeto da Sabesp, que são as Uraes. O sistema de desestatização da Sabesp é bastante diferente do sistema da Enel.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Presidente, o meu tempo.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Sugiro que a senhora leia os dois processos, leia os dois contratos e aí a senhora vai poder ver como é diferente uma situação da outra.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - As Uraes que são, inclusive, inconstitucionais.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Não é o que dizem todos os tribunais.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Agora o senhor está me interrompendo.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Vocês já perderam mais de dez...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pessoal, só vamos... Deputados.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Presidente, é bastante benevolente com os colegas da bancada. Mas, retomando o meu tempo, porque é o meu momento de fala. Embora haja bastante complacência com o senhor, precisa se esforçar mesmo para defender um projeto que está mal redigido. Precisa se esforçar para defender um projeto...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Só peço, deputada...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - O senhor não pediu absolutamente nada para ele. Então, por favor, preserve o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O seu tempo está preservado, com certeza, como todos.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Obrigada. O senhor não pediu absolutamente nada para ele. Que bata em Chico, bata em Francisco.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Só para fazer uma colocação, deputada.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - O senhor me pediu para ouvi-lo. O senhor não fez nenhuma observação à fala dele. O senhor não pediu para ele retomar o tempo. O senhor permitiu que, como citado...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Está se dirigindo a mim, deputada?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Sim, exatamente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu já falei que preservei o seu tempo.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Muito obrigada, então agora eu vou concluir a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Assim como o de todos. Só para...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Não, eu estou dizendo ao senhor que, como o senhor pediu para ele que ele tivesse a oportunidade de concluir a fala dele, que o senhor não tenha um tratamento diferenciado comigo interrompendo a minha resposta. Eu estou no meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Monica, esta é a 11ª Sessão que a gente realiza na CPI.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Todos os trabalhos foram conduzidos de forma muito tranquila, muito democrática, até...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Até eu tentar falar.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, só um instante, só para a gente não...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - O seu tempo estava preservado, só isso que ele disse.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Está preservado, obviamente. Só para colocar aqui, até os deputados que foram mais assíduos nesta comissão, como a deputada Carla, o deputado Luiz Claudio Marcolino, o debate aqui sempre foi muito democrático.

A gente até interveio uma vez, no caso de a gente não misturar... Acho que é um assunto tão nobre, deputada Carla Morando, a gente misturar a parte política, misturar a ideologia, misturar partidos. Acho que o bem comum aqui, a intenção desta CPI, é resolver um problema que a gente está tendo na cidade de São Paulo. Não é discutir a esquerda, direita.

Acho que falar da Sabesp é direito de qualquer deputado, mas acho que a gente tem que se atentar no foco, no principal problema que a gente está tendo com a Enel. Então, preservando o tempo restante da deputada, passo novamente para a deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - É porque a relação de um contrato com o outro nos leva à responsabilidade de conduzir os dois processos com a mesma responsabilidade, mas usando exemplo do que deu errado em um para que não se repita no outro. E a gente não tem nenhuma condição, Lucas, de impedir que a Sabesp seja revendida, vendida, quarterizada, terceirizada, etc., depois da venda.

Eu escutei atentamente a base aqui a manhã inteira. Eu escutei todas as intervenções. Eu sei que vocês estão incomodados com a nossa insistência em levar o debate da Sabesp adiante com a responsabilidade que o momento exige, mas, como disse um prefeito que passou aqui hoje de manhã, eu não quero dormir com peso nas minhas costas que estão entregando dois patrimônios essenciais do estado de São Paulo sem que a gente faça nada para garantir o direito das pessoas.

As pessoas vão continuar perdendo seus produtos no comércio. Pessoas com deficiência vão continuar com dificuldade de atendimento médico. Acamados vão continuar com dificuldade de atendimento se a gente não fizer o nosso trabalho direito. É disso que se trata estarmos aqui. É para isso que fomos eleitos e tem similaridade entre os casos, embora não goste de ouvir. Eu disse que é negacionismo culpar as árvores.

A gente tem tecnologia e muita possibilidade de fazer cidades resilientes, adaptadas, mitigadas. Inclusive, as árvores nas cidades é um ponto para evitar que a gente tenha enchentes, alagamentos e outros fenômenos complicando a vida da população.

Por fim, eu queria citar mais dois exemplos, além da morte do senhor eletrocutado ao encostar em um poste de madeira caído em Ribeirão Pires, no mês de junho.

Aqui entre nós, conversando com os presentes, desde a imprensa até assessores, até populares que vêm, todo mundo para a gente pelo corredor porque tem uma história da Enel para contar. Uma das histórias que eu ouvi aqui nesta sala hoje é muito comum. Aconteceu na minha casa aqui em São Paulo este ano.

Após um apagão em Jandira, em dezembro do ano passado, a pessoa perdeu cinco eletrodomésticos. Tentou entrar com uma queixa e... Dificuldade dos acessos de comunicação com a Enel, que é uma questão recorrente, também. Os canais de comunicação, o site, WhatsApp. Enfim, todas as redes são bastante congestionadas. O tempo de resposta é ruim e as quedas são tão frequentes quanto as quedas no corte de energia.

Mas, além disso, tem um agravante sobre os canais de atendimento online: quando acaba a energia, você também fica sem aparelhos para acessar o canal de reclamação online. Quando acaba a energia, se o seu celular tiver bateria, você pode ficar sem internet, se você for uma pessoa que só tem wi-fi dentro de casa que depende da energia elétrica.

Então, quando acaba energia, se você só tem um canal online, você fica sem acesso a um posto de reclamação. Mas, depois de muito tentar, a empresa ofereceu que ele apresentasse três laudos de cada um dos cinco eletrodomésticos dele que quebraram. Cada laudo custa entre 120, 300 reais.

Ele vai ter que pagar do próprio bolso para fazer. Compensou ele gastar esse dinheiro para comprar o eletrodoméstico mais básico na vida dele que tinha queimado e que estava fazendo falta na vida da população. Se não fosse esse prejuízo e a dificuldade, se já não bastasse, naquele mesmo mês do apagão do micro-ondas, da televisão dele que

fritou na tomada, ele recebeu uma conta de 700 reais de energia. Uma conta muito incomum.

Aconteceu comigo esse ano, aqui em São Paulo. Em setembro, eu recebi duas contas dobradas, duas cobranças do mesmo mês com valores diferentes e não tinha nenhuma conta atrasada.

Para terminar, outro cidadão me abordou aqui no corredor cobrando que a Crefaz faz empréstimos para aposentados e pensionistas a partir da conta de luz em um convênio com a Enel.

Só que o senhor deve imaginar que aposentados, pensionistas, beneficiários de benefícios do governo do estado têm, às vezes, uma dificuldade de entender, e muita gente alega que eles falam que isso seria um desconto na conta, um benefício na conta de luz.

Acontece que esses aposentados e pensionistas acabam fazendo uma dívida de uma parcela gigante que vai vir cobrada na conta de luz e, se não tiver condições de pagar o empréstimo que tomou, às vezes enganados, ficam inadimplentes com a luz também, porque é a mesma conta.

Se você não paga o empréstimo que você faz com a Crefaz na conta da Enel, você fica inadimplente com a Enel e vai ficar sem energia em casa. Então existe também um problema de revisão e de controle desse empréstimo que são feitos a partir da conta de luz e há dificuldade do consumidor em separar as duas coisas em um caso de dificuldade financeira.

Então, as minhas perguntas são: existe, agora, eminentemente, a vontade de criar um convênio com os prefeitos para criar um calendário de manutenção urbana, seguindo a necessidade de vocês ligarem e desligarem a luz? Dois: qual é o plano de mitigação e adaptação para fenômenos extremos no próximo período da Enel?

Três: quantos postes de madeira existem sob administração de vocês nas 24 cidades que vocês atendem? Quatro: com que frequência caem os canais online? Se vocês têm controle disso, se vocês não acham que precisa ter uma alternativa, já que a maior parte da população fica sem acesso ao online quando acaba a energia.

E cinco: esse convênio com a operadora que faz empréstimos a partir da conta de luz é regulado para vocês, por vocês, acompanhado por vocês? Como vocês entendem a cobrança conjunta na mesma conta e das pessoas que, porventura, ficarem sem condições de pagarem empréstimo? Também ficarão sem luz?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado pelas perguntas, deputada Monica. Começar pela questão do enterramento de rede. A senhora perguntou quanto custaria enterrar a rede elétrica, por exemplo, na nossa área de concessão. Como eu disse anteriormente, nós temos 43 mil quilômetros de rede elétrica, dos quais aproximadamente 2 mil são subterrâneos e 41 mil são aéreos.

Se nós fôssemos enterrar - vamos para arredondar os números - 40 mil quilômetros de rede aérea, considerando que um quilômetro de rede aérea subterrânea em média tensão pode ser da ordem de oito, dez vezes o preço do mesmo quilômetro de rede aérea, nós estaríamos falando, a grosso modo, conta de padaria aqui, de 40 mil quilômetros vezes, em média, oito milhões por quilômetro.

Estamos falando de 320 bilhões de reais. Ou seja, é um número que é absolutamente inviável, por vários aspectos. Em primeiro lugar, financiabilidade dele. Segundo lugar, porque, ainda que houvesse dinheiro infinito, a conta no final disso não caberia no bolso de nenhum consumidor. Ninguém conseguiria pagar a conta de energia elétrica.

Terceiro lugar: porque a logística de interferência de enterramento de rede precisa ser feita com muita parcimônia, porque interfere nas calçadas, criam um caos urbano. Portanto, a solução de enterramento, mais uma vez do ponto de vista técnico, de engenharia, é uma solução sim, é uma boa solução, mas para situações específicas. Não pode ser utilizado indiscriminadamente para qualquer coisa. É uma ilusão pensar assim. As redes no Brasil continuarão sendo majoritariamente aéreas por muitos anos, muitas décadas. Não tenha dúvida disso.

Portanto, o que nós precisamos, e aí já entrando no segundo ponto que a senhora colocou, é: dado que as redes são e serão majoritariamente aéreas, como fazer com que essas interferências exógenas, não só de árvores, mas também de abalroamento de veículos, vandalismo, roubo de cabos, etc., mas o principal elemento é o elemento arbóreo, como atuar nisto de maneira a mitigar os efeitos disso, haja vista que, para todos nós, sociedade, a energia elétrica é um insumo fundamental?

Então, eu não consigo enxergar outro caminho além desses dois. Um caminho mais pontual, cirúrgico, para condições muito específicas, técnicas, econômicas, demográficas e ambientais, e um outro mais genérico, atenuando os efeitos desses elementos que interferem sobre a rede. Minha visão enquanto engenheiro, enquanto executivo de uma empresa de distribuição de energia elétrica há quase 40 anos.

Terceiro ponto: postes de madeira. Do ponto de vista da engenharia, não há diferença de um poste de madeira ou de um poste de concreto. Aliás, boa parte dos



Estados Unidos da América, país mais rico do mundo, continua tendo postes de madeira em profusão. O importante é: qual é o estado do poste.

Qual é o estado do poste, se ele está aplicado para o local em que ele está exercendo aquela função e os esforços que estão sendo impostos a ele pela rede ou pela vegetação. Uma pessoa faleceu ao tocar em um poste que estava caído. As condições disso certamente estão sendo levantadas, apuradas, para identificar em que condições isso se deu.

O poste estava, de fato, inadequado? O poste estava comprometido? Foi uma falha de manutenção? Foi algum elemento externo que interferiu sobre o poste? Existe uma apuração a respeito disso que, ao final, vai indicar qual era o estado daquilo. O que nós fazemos, independentemente do poste ser de concreto ou de madeira, deputada Monica... Existem postes de concreto que quebram, trincam.

Aliás, nesse vendaval do dia três de novembro, centenas e centenas de postes quebraram. Os senhores todos aqui viram as imagens na televisão. Quebraram, foram ao chão. Não é o fato de ele ser de madeira ou de concreto que faz isso.

Então, são as condições externas e o estado do poste. Mesmo um poste íntegro, se ele é submetido a uma força de vento ou uma queda de um objeto, como uma árvore ou a colisão de um veículo, pode ser danificado e quebrado. Então não é o fato de o poste ser de madeira ou de concreto.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Então também não é o fato da poda ou não poda da árvore. O poste está sujeito aos mesmos fenômenos climáticos que uma árvore. O vento pode derrubar o poste.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - A árvore é um elemento exógeno à rede, que interfere na rede. Nesse evento, por exemplo, nós identificamos que 95% das interferências na rede, uma parte foi por objetos que voaram sobre a rede, telhados de alumínio, telhados de zinco, arames, fios, etc. Mas 95 por cento...

E eu adoro árvores, deputada Monica. Acho que é um orgulho para todo paulistano, por exemplo, ter 54% de cobertura vegetal. É fantástico. Agora, a gente precisa entender que a árvore interfere sobre a infraestrutura. Não só de energia, mas também de telefonia, de telecomunicações, de fibra ótica, etc. Isso é uma realidade, é um dado da vida.

Então, dado que é assim, como é que a gente mitiga os efeitos? Porque nunca haverá blindagem. Como engenheiro eletricista que sou, engenheiro eletricista formado há 38

anos, pós-graduado, etc., eu garanto à senhora que não existe nenhuma rede elétrica blindada de defeitos, nem mesmo as redes subterrâneas.

Nós temos quase que diariamente problemas de roubos de cabos, inundações, etc. Tivemos inclusive que desenvolver uma tampa especial para as câmaras subterrâneas da rede subterrânea que pesa 450 quilos para evitar roubos de cabos onde essas redes estão. Do contrário, todas as outras soluções - travas, soldagem das tampas, etc. - foram violadas. Então, não existe. Isso pode estar no imaginário popular, mas, na prática, eu garanto aos senhores que isso não existe.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, a deputada Ediane.

**A SRA. EDIANE MARIA - PSOL** - Boa tarde a todos os deputados. Quero saudar também... Os prefeitos já foram embora, mas quero saudar todos os prefeitos que estavam aqui, acalorados inclusive, porque na hora em que vem um apagão, quem é cobrado é o prefeito, não é? Tirando aquele prefeito que estava no camarote. É o rei do camarote.

Então, a gente vê várias deficiências. Eu quero saudá-lo, inclusive, por estar participando desta CPI hoje. Quero saudar o Sr. Presidente desta comissão. Muito bom, muito organizado, inclusive, um debate muito acalorado, um debate que o povo, que a sociedade quer, esses mais de dois milhões de paulistanos que ficaram sem energia.

A gente está falando de 11 dias do apagão e ainda suas sequelas, suas mazelas. A gente está falando também de uma privatização, uma privatização para a qual a gente não pode fechar os olhos e achar que não está acontecendo a mesma coisa nesta Casa, quando a gente vê o governador Tarcísio passar, tramitar em regime de urgência, a privatização da nossa estatal, da Sabesp. Então, não podemos fechar os olhos. Não podemos achar, imaginar que com a Sabesp será diferente do que foi com a privatização da Eletropaulo.

Bom, gente, diante de tantas coisas, de tantos apelos, a gente viu aqui vários deputados falarem de coisas que são essenciais, de pessoas que perderam desde um quilo de frango, que compraram para comer no feriado, quanto de grandes mercados, o mercadinho do bairro, aqueles trabalhadores que estão ali e compraram grandes quantidades, inclusive por causa do feriado, e que foram interrompidos pelo apagão.

Bom, diante de tudo isso, Sr. Presidente, eu vou me direcionar para o Max. A gente viu várias coisas, a gente vai tratando, vai um olhar de “Foi uma catástrofe natural”.

Natural é a gente viver em segurança, porque a chuva e o vento vão acontecer. E a gente nem chegou ao verão.

Então, isso é o mais violento e dolorido, porque algumas pessoas falaram que houve um aviso, três dias antes, de que iria ter um grande vendaval. Mas aí, quando a gente olha, deputado Lucas, para casas totalmente vulneráveis, quando a gente vê um descaso total da cidade, o abandono, a gente olha e fala o seguinte: “Essas pessoas, os trabalhadores, vão se agarrar onde?”.

Nós vimos realmente que foi uma catástrofe. O vento realmente superou a expectativa, creio eu, mas a gente está falando de pessoas que vivem com ausência de uma política de habitação. A gente viu telhados inteiros voarem. Será que os trabalhadores eram para ficar em cima do telhado?

Onde foi colocado, onde foi divulgado de fato que iria ter esse grande vendaval? Será que foi divulgado nos trens, que é onde os trabalhadores circulam quando vão trabalhar? Nos ônibus? Será que avisaram nos bairros? Será que passaram essa informação para as lideranças?

Então, a gente está falando de várias coisas, Max, e é muito triste, é muito vergonhoso, é muito lamentável ver aqui deputados falando assim: “A gente está se sentindo palhaços”.

Sim, a gente se sente um palhaço muitas vezes, porque nós recebemos uma enxurrada de pessoas agoniadas, pedindo ajuda e socorro, e a gente está falando que, na última quinta-feira, inclusive, a Enel descumpriu um acordo, porque foi colocado que, na terça-feira, quatro dias depois do apagão, iriam regularizar.

Acho que vários de nós aqui receberam várias denúncias de várias pessoas falando que não tinha voltado. Inclusive, na quinta-feira, quando já tinha seis dias do apagão, tinha 800... Eu queria muito perguntar para o presidente Max: naquele dia, seis dias depois do apagão, tinha 885 famílias, casas, sem energia. Hoje, quantas continuam sem energia?

A pergunta também, quando a gente fala de uma privatização que não melhora em nada: a gente viu reduzir 36% de funcionários, em número de funcionários da Enel. A gente está falando de trabalhadores que não têm condições, inclusive trabalhadores esses que saem para ligar a energia, sendo que na própria casa não têm energia. A gente está falando de várias violências. Então, é necessário que haja um olhar. Haverá contratação de mais funcionários para a Enel, Sr. Presidente?

E as pessoas que perderam tudo? Estou falando desde comida até uma televisão, até um bem que comprou. Porque vários de nós, o que têm para a vida - sabe, Marcolino? -

é comprar uma televisão, é comprar uma geladeira, é comprar um micro-ondas, coisas básicas. Essas pessoas serão indenizadas? Acho que já ouvi várias vezes...

Inclusive, estamos cansados de ouvir que não terá nenhum olhar da Enel. É muito triste, porque a Enel faturou muito, lucrou muito nesses últimos anos. Então, é necessário que haja um olhar para como vai ficar quem paga a Enel, inclusive, para executar esse trabalho.

Como vai ser, de fato, a atuação da Enel, até porque, se a gente não consegue nem sequer falar, se a gente não consegue ligar, você imagina como vai se dar, de fato, para as pessoas conseguirem os seus bens materiais.

Então, são várias coisas, são vários descasos, na verdade, e a gente mostra, na prática... Na verdade, a Enel mostra na prática para nós, paulistanos, brasileiros, que a privatização não deu certo e nunca dará.

Então, é muito triste e eu espero muito, de verdade, que o estado de São Paulo tenha um olhar e que a gente proteja a nossa Sabesp, porque a gente vê que, quando se entrega uma estatal para empresários, a gente vê que a força de fato do estado, que deveria cuidar do povo, fica totalmente reduzida.

A gente fica esperando o olhar da estatal, um olhar para nós, os empresários olharem para o povo, e, de fato... Tira inclusive a força, deputado Lucas, nossa. Tira a nossa força de nos organizarmos e de darmos a resposta para o povo. Então, é muito violento e eu espero muito, de verdade, eu espero muito que a Enel consiga dar respostas diretas, porque em vários bairros... Esta CPI foi montada por conta disso, de vários problemas que já vem acontecendo ao longo do tempo.

E aí a gente vê vários bairros... Acho que a deputada Carla Morando deve estar acompanhando isso também, vários bairros que... Eu perguntei inclusive para o meu cunhado, que é eletricitista, e ele conseguiu me dar uma resposta, que, se fosse pela Enel, eu estaria até hoje com dúvidas: em vários bairros está caindo, estão ficando com uma fase só. Nessa uma fase, várias pessoas perdem a sua geladeira. Quando a fase volta... Porque quando fica uma fase só, não vai funcionar geladeira, não funciona chuveiro. Então, são várias dificuldades.

Inclusive, eu fiquei por quase três dias e a agonia era: quando vai vir o funcionário? Quando vai vir? Quando a gente está agoniado... A gente acompanhou vários vídeos, inclusive, de várias pessoas que, quando chegava o funcionário da Enel, as pessoas desesperadas por estarem dois, três dias, quatro ou cinco dias sem energia, as pessoas acabavam achando que o problema era do funcionário da Enel, sendo que o problema, na

verdade, é da empresa que cuida desse espaço e que inclusive não valoriza os seus próprios funcionários.

É assim o olhar inclusive dos sindicatos, que trabalham, que olham a desvalorização desses funcionários - viu, Lucas? - que acabam indo executar esse serviço, mostrar sua coragem, sem ter nem sequer, de fato, condições necessárias para trabalhar. Então, que a gente olhe e veja a necessidade mesmo.

E se o senhor precisar de ajuda - eu estou vendo que precisa -, inclusive para a gente mostrar, porque existe dinheiro, existe, sim, o lucro, estão ganhando muita grana, que, de fato, a gente consiga destinar isso para ressarcir o nosso povo e para que, de fato, a energia chegue para todos, inclusive para bairros que inclusive estão sem energia, que não conseguem falar com a Enel, porque eles falam que não acham o endereço, não acham o CEP.

Mas como que vou ter um CEP se ninguém olha para nós? Se não conseguem nem sequer chegar até a gente? Então, o senhor falou que estava sem energia, que não consegue enxergar tantas mudanças rápidas, e eu te falo: vários paulistanos ficaram sem enxergar nada. Inclusive, estão até hoje no escuro, porque existe falta de informação.

Precisamos fazer, inclusive, uma ação que a gente fez na Enel, onde fomos recebidos - a nossa comissão - na segunda-feira passada. Fomos recebidos e ali a gente conseguiu pelo menos entender um pouco o que estava acontecendo com a Enel.

Também houve uma diligência na última quinta-feira, quando a gente, vários deputados acompanharam, alguns vereadores acompanharam nossa diligência puxada pelo nosso companheiro Guilherme Boulos, deputado federal, e que foi muito bom, porque a gente viu as deficiências que existem, de fato.

Eu não entendo muito, gente. Chega a ser adoecedor, chega a ser violento, desumano, quando a gente olha inclusive algumas pessoas falando: “Não, antigamente a gente via que na periferia ia faltar energia, mas agora faltou também no centro”. Ou seja, a gente vê a normalização de uma segregação racial que existe, que já é secular em nosso país. A gente está vivendo isso há 135 anos, fora os quase 400 anos de escravização do nosso povo.

Então, a gente está falando de violências e violências, e a gente não quer esperar a próxima chuva, até porque a gente está falando de um calor de 41 graus que a gente está enfrentando aqui. Vários não têm um ventilador, não têm um ar condicionado, não tem nada. Inclusive, a gente acompanhou aqui ao vivo, a gente viu o apagão inclusive que

aconteceu aqui por três vezes. Parecia que era uma ironia, mas não, a gente passou por isso ontem, a gente vem acompanhando isso ao longo do tempo.

Então, espero, Sr. Presidente, que a gente consiga de fato ter respostas claras, porque o nosso povo precisa, até porque pagamos contas muito altas. Eu falo isso enquanto deputada, mas também enquanto cidadã que pago minhas contas. Então, é necessário que se dê uma resposta, de fato, direta, e que a gente não precise novamente chamar aqui à CPI, até porque aqui a gente faz uma sabatina e é necessário, sim, que povo tenha a sua resposta. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputada Edir. (Fala fora do microfone.) Desculpe, deputada Ediane. Só alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, eu já havia dito anteriormente que o evento que aconteceu aqui hoje, do ponto de vista de energia elétrica, não tem absolutamente nada a ver com a rede da Enel. Inclusive foi confirmado pelo pessoal de manutenção elétrica da própria Alesp.

Segundo ponto: eu também esclareci que os ressarcimentos associados a eventuais queimas de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, etc., isso está previsto na regulamentação setorial, é de praxe, acontece toda semana, todo mês, sempre, há muitas décadas no setor elétrico.

E vai continuar acontecendo. O que nós fizemos nesse caso? Nós inclusive antecipamos os prazos para recepcionar isso e antecipamos o rito: ao invés de precisar de três orçamentos, traz um só e a gente vai fazer a inspeção em rito expedito para exatamente resolver isso o quanto antes. Então, quanto a isso, também está equacionado.

Quanto à questão das outras perdas, eu também antecipei aqui: nós estamos... Inclusive foi conversado com o governador na segunda-feira, dia 6, com as demais distribuidoras, com a Agência Nacional da Energia Elétrica, verificando a construção de uma forma disso. Em até 30 dias, a gente deve se posicionar a respeito dessa construção de uma solução que infelizmente não está na regulamentação. Eu gostaria que estivesse, mas a gente precisa construir. É uma construção.

Por último, dizer que, a partir do evento daquela sexta-feira à noite, quando dois milhões e 100 mil clientes ficaram sem energia, aquele esforço que citei aqui de, em um primeiro momento, triplicar o número de turmas, de 300 para 900, e ir aumentando isso nos dias seguintes para 950, 1.000, 1.200, permitiu que nós, já nas primeiras 24 horas, deputada, religássemos um milhão e 200 mil clientes, ou seja, religássemos 59%, quase 60% dos clientes. Nas primeiras 48 horas, religamos um milhão e 800 mil clientes, 88%

do número total de clientes que ficaram sem energia. E nas primeiras 72 horas, religamos 97% dos clientes.

Então, é óbvio que os três por cento que ficaram faltando depois de 72 horas, nós somos sensíveis, eu sou um cidadão também, eu estava lá e sei o drama das pessoas que ficaram sem chuveiro elétrico, eventualmente sem elevador no seu prédio, sem internet, etc., mas, do ponto de vista de recomposição, olhando estatisticamente falando, foi um esforço muito importante para essa recomposição. Muito importante. Poucas empresas conseguiriam essa recomposição.

O que nós precisamos... E mais uma vez, falando aqui não apenas como executivo e presidente de uma empresa, mas como engenheiro que sou, dizer o seguinte: nós precisamos trabalhar de forma estrutural e olhando o médio e longo prazos para mitigar esses elementos exógenos.

E a vegetação é um elemento exógeno importantíssimo sobre isso. Noventa e cinco por cento das interferências vieram da vegetação sobre as redes. Precisamos tratar disso. Eu já disse isso aqui e volto a enfatizar, porque os eventos climáticos estão se tornando cada vez mais extremos e mais intensos.

Em fevereiro, tivemos aqui no estado de São Paulo, na terça-feira de carnaval, aquela chuva de 700 milímetros lá em São Sebastião, quando era esperada uma chuva de 250 milímetros, que já é uma chuva muito grande, ou seja, quase o triplo do previsto. Da mesma maneira aconteceu agora: os institutos de meteorologia previram ventos no estado de São Paulo máximos de 55 quilômetros por hora e o que veio foi quase o dobro disso. Isso teve um efeito devastador sobre a vegetação e sobre a rede elétrica.

Aliás, o Parque do Ibirapuera, aqui em São Paulo, a rede elétrica lá é subterrânea. Cento e vinte e oito árvores, se não me engano, caíram, mostrando a força dos ventos sobre o parque arbóreo, não só de São Paulo, mas de todos os municípios.

Então, esse é um fato, é uma realidade. A pergunta é: como é que a gente trata isso de maneira estrutural? Eu já disse isso aqui e volto a reafirmar: enterramento de rede é apenas uma solução pontual que, se for utilizada largamente, não cabe no bolso da sociedade. Não cabe no bolso da sociedade, sem inclusive falar da questão da financiabilidade disso.

Portanto, como o principal elemento ofensor é a vegetação, precisamos dar as mãos e tratar disso com maturidade, com serenidade, trabalhando juntos e olhando um horizonte não apenas de curto, mas de médio e longo prazos.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, a deputada Paula.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Obrigada, deputado, presidente Thiago Auricchio. Agradeço também a presença do Max Xavier, diretor-presidente da Enel. Eu vou, como sou a última deputada inscrita, fazer algumas perguntas diretamente: a primeira delas, Sr. Max, é que nós assistimos nos últimos dias um verdadeiro empurra-empurra, na imprensa, de responsabilidades entre a Enel e a Prefeitura de São Paulo com relação à poda das árvores.

O prefeito insiste em dizer que a responsabilidade de poda das árvores, pelo contrato estabelecido, que o senhor disse aqui muito bem que é um contrato estabelecido município a município, o prefeito da cidade de São Paulo insiste em dizer que, na verdade, a responsabilidade pela poda das árvores é da Enel, enquanto o senhor, ao ir à imprensa, inclusive em entrevista concedida ao “Fantástico” no último domingo, diz que, na verdade, a responsabilidade pela poda das árvores é da Prefeitura de São Paulo e que todos, quase todos os chamados que foram abertos pela prefeitura e pelas subprefeituras foram realizados pela Enel.

Então eu te pergunto de forma direta: de quem é a responsabilidade pela poda de árvores na cidade de São Paulo, seja com a rede ligada, seja com a rede desligada, e como funciona esse procedimento? De que forma é aberto um chamado, se é por meio da prefeitura... Quem tem que atender a esse chamado, qual é o prazo para o atendimento desse chamado e como a Enel tem lidado com essa situação aqui na cidade de São Paulo?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigada, deputada. Não apenas para o município de São Paulo, mas para todos os 5.500 e alguma coisa municípios do Brasil, a legislação federal estabelece que a responsabilidade pelo manejo, poda e tratamento das árvores é dos municípios. Ponto. Isso não é um jogo de empurra, isso é uma realidade legal. A lei federal brasileira estabelece isso.

Como nós temos uma infraestrutura de energia onde a vegetação pode ser um elemento ofensor muito grave, nós estabelecemos com o município de São Paulo, dois anos atrás, um convênio muito bem feito que ajudou a recepcionar com velocidade as demandas específicas do município, estabelecer qual é o tipo de intervenção que é necessário para aquele tipo arbóreo, ou seja, o tipo de poda; em terceiro lugar, estabeleceu os prazos e, mais do que isso, esse sistema permite o rastreamento de todas as informações



desde que ele foi criado. Então, é um sistema muito bom, porque é um repositório também das informações.

Vou repetir aqui os números anteriores: nós recebemos, no ano de 2023, já realizamos, a pedido do município de São Paulo, 8.451 podas. Existem mais 2.720, se não me engano, podas solicitadas, das quais 2.000 estão dentro do prazo e aproximadamente 720 atrasadas.

Isso também não se confunde, deputada, com as outras 350 mil podas que fizemos no ano passado por interesse próprio nosso, ou as 294 mil realizadas até 31 de outubro, também por interesse nosso. Essas do convênio são podas do interesse do município de São Paulo.

Então, funciona desse jeito, e essas informações são do amplo conhecimento, primeiro, de responsabilidade por conta da legislação federal; em segundo lugar, o sistema é acessível às partes. Então, eu tirei esses dados ontem. São esses dados que estou trazendo aqui.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Certo. A minha segunda pergunta é: o prefeito, em coletiva de imprensa com o governador também do estado de São Paulo, o prefeito de São Paulo sugeriu a cobrança de uma taxa ou de uma contribuição de melhoria voluntária para o enterramento de fios na cidade de São Paulo. Eu gostaria de saber se essa foi uma ideia que partiu da Enel, se foi uma sugestão de vocês, ou se essa foi uma ideia apresentada pelo prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu já afirmei aqui que temos um ótimo relacionamento com a Prefeitura de São Paulo e com o prefeito Ricardo Nunes. Desde que ele assumiu a Prefeitura de São Paulo, imediatamente nos chamou. Nós temos uma agenda regular, mensal, de temas importantes para o município e para nós.

Em um desses temas, nós começamos a estudar a questão do enterramento, como eventualmente fazemos um projeto piloto em uma área restrita, limitada, com determinadas características, para que pudéssemos testar algumas tecnologias.

Eu disse aqui que a rede subterrânea, em média, é dez vezes mais cara do que a rede aérea. Isso na forma convencional, mas existem algumas tecnologias onde isso pode ficar não tão caro. Como é que a gente poderia testar essas tecnologias? Que tipo de interferência - na prática, no dia a dia cotidiano da cidade, de transtornos ao pedestre que vai passar sobre a calçada, aos veículos, ao cidadão - isso traz?

Eu me recordo que, em 2005, se não me engano, a Associação dos Comerciantes da Oscar Freire enterrou menos de um quilômetro de rede elétrica na Oscar Freire. Eram 750 metros. O que era algo para ser realizado em seis meses durou quase dois anos, por conta dos transtornos que causou. Alguém entrou com liminar porque fazia barulho das obras à noite, depois durante o dia o trânsito ficava inviável. Então, a logística associada a isso não é uma logística trivial. Então, é preciso testar essas coisas e era sobre isso que estávamos conversando.

Volto a dizer: é absolutamente necessário e pertinente que o prefeito de uma cidade como esta, uma megalópole como São Paulo, discuta também esses temas. A gente não pode ter... Falando aqui agora enquanto cidadão: nós não podemos ter medo de enfrentar os problemas. Temos que construir soluções.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Certo. Bom, falando justamente em construir soluções, minhas duas últimas perguntas, presidente Thiago Auricchio: a primeira delas foi mencionada agora anteriormente pela deputada Ediane Maria e vários outros deputados falaram sobre isso.

Eu quero dizer que estive na quinta-feira na diligência que foi organizada pelo deputado federal Guilherme Boulos à Enel, e lá fomos recebidos pelo diretor de Relações Institucionais da Enel, o Sr. Marcos Mesquita, muito bem recebidos por ele, mas o Sr. Marcos Mesquita me afirmou expressamente, quando perguntei a ele de que forma a Enel estava se preparando para o ressarcimento de pessoas que tinham perdido tudo, que tinham perdido muitas coisas durante o apagão e a falta de energia...

Inclusive, naquele dia nós constatamos que ainda tinham 800 famílias, na quinta-feira, que não tinham a energia restabelecida, e eu perguntei a ele de que forma a Enel estava se preparando para isso. E eu não falava sobre a rede elétrica, eu não falava sobre os equipamentos eletrônicos, eu falava sobre o que muita gente mencionou aqui: alimentos, medicamentos como insulina, que após três horas fora da geladeira já é um medicamento perdido.

Ele me disse expressamente o que o senhor reiterou aqui, que, na verdade, a relação contratual prevê, a partir do PID e a partir das indenizações, o ressarcimento por parte da Enel de objetos eletrônicos, da perda que é eletrônica, mas nada, não existe nada contratualmente previsto que diga respeito a alimentos, a medicamentos, a outras perdas.

O senhor disse aqui que estão pensando em soluções. Eu queria saber se essas soluções sobre as quais a Enel está pensando são soluções imediatas, para as pessoas que

já foram atingidas, que é o caso dos dois milhões e meio de residências que foram atingidas no fato acontecido no dia 3, ou se, na verdade, esse é um pensamento para fatos futuros; então, para algo que vier à tona depois, se esse ressarcimento pode acontecer.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada, nós já estamos trabalhando em cima desse tema, tentando construir soluções, não apenas nós, mas nós e as outras quatro empresas de distribuição de energia elétrica que operam em todo o estado de São Paulo e que, em uma escala bem menor, sofreram também desligamentos oriundos do vendaval que tinha 400 quilômetros de extensão e varreu boa parte do estado de São Paulo.

De fato, o diretor Marcos Mesquita tem razão. O que ele disse à senhora, eu repeti aqui várias vezes: não é o contrato, a regulamentação setorial não permite. É por isso que estamos tentando construir uma solução rápida em até 30 dias a partir da segunda-feira da semana anterior.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Para as pessoas que já foram atingidas.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Para as pessoas atingidas, que não foram dois milhões e meio, foram dois milhões e 100 mil, dentro de um contexto social. Dentro de um contexto social.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Certo. E minha última pergunta é a seguinte: foi noticiado pela imprensa também que a Enel, desde que assumiu a concessão aqui no estado de São Paulo, cortou cerca de 36% dos seus funcionários. Outros deputados mencionaram isso aqui.

Eu quero saber se, na avaliação de vocês, existe relação direta. O nosso questionamento aqui... Eu quero deixar isso bastante nítido, Sr. Presidente Max, que, na verdade, o nosso questionamento não é sobre os eventos climáticos extremos. Nós sabemos que eles vão acontecer, que ventos como esses provavelmente acontecerão mais vezes, que as árvores podem cair. O nosso questionamento é sobre o tempo de restabelecimento do serviço em muitas residências que foram prejudicadas, cerca de uma semana ou perto desses sete dias.

Então, a minha dúvida é: diante do corte de funcionários que a Enel disse, declarou já, que teve cerca de 36%, a relação que vocês detectaram entre corte de funcionários e

demora no restabelecimento do serviço, ou seja, se os funcionários não tivessem sido cortados, se a Enel tivesse seu quadro completo de funcionários, é possível que o serviço na cidade de São Paulo, na Grande São Paulo e nas demais cidades que são geridas pela Enel pudesse ter sido restabelecido com mais celeridade?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada, eu não enxergo nexos causais entre a velocidade de restabelecimento e a força de trabalho. Não obstante, a força de trabalho que a Enel tinha em campo, para atividades de campo, em 2019, era de 6.561 empregados, entre próprios e terceirizados. Agora, em 30 de setembro de 2023, esse número é de 6.765, ou seja, esse número até aumentou em aproximadamente 200 posições.

Então, assim, não foi insuficiência na força de trabalho, que de fato opera a rede, opera, mantém, constrói a rede, que teve alguma influência nisso. Não houve nexo causal, até porque essa força de trabalho aumentou. Onde foi que reduzimos empregados? Na força de trabalho administrativa. A empresa foi fortemente informatizada e digitalizada. Fortemente informatizada e digitalizada.

A melhor prova disso, de que não influenciou, deputada, é que, para além da questão do evento climático do dia 3, eu mostrei aqui também que os indicadores de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica melhoraram muito significativamente desde que a Enel assumiu. E fez investimentos que a empresa nunca havia recebido antes. Como eu disse, a Enel investiu 6,7 bilhões em cinco anos. Isso dá uma média de quase 1 bilhão e 400 milhões de reais por ano. Isso é 80% a mais do que o controlador anterior fazia. E isso se refletiu sobre os indicadores de qualidade, são fatos e dados.

O DEC, que é a duração média equivalente por consumidor ou seja, o tempo médio que um cliente da área de concessão fica sem energia, caiu de 11,7 horas em 2017 para 6,33 horas em dezembro de 2022. E o FEC, que é a frequência com que as faltas de energia ocorrem, saíram, em média, de 6,5 vezes para 3,3 vezes em dezembro de 2022. Então, fatos e dados, a qualidade melhorou. A qualidade e a confiabilidade melhoraram, fruto dos investimentos. É possível melhorar mais ainda? Sim, é possível. E seguiremos investindo de maneira muito forte para isto.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Sr. Max vai novamente... Acho que até pelo avançar do tempo aí, já seis horas de reunião, ele só vai rapidamente ao toalete.

Então, deputado... Desculpe, o deputado Fernando, que é o presidente da CPI da Enel na Assembleia Legislativa do Ceará para uma breve saudação aqui e dizer que é uma satisfação tê-lo aqui.

**O SR. JORGE DO CARMO - PT** - Esperar o Max voltar?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Vamos deixar, então... Se o senhor quiser esperar, a gente te aguarda. O presidente, então, Fernando, com a palavra.

**O SR. FERNANDO MATOS SANTANA** - Primeiro, a minha boa tarde, presidente, deputado Thiago. Muito obrigado pela acolhida. Eu venho do estado do Ceará, umas das melhores terras deste mundo. Acho que melhor não há, pode ter igual. Saudar a deputada Carla, que nos recebeu tão bem aqui. Também, obrigado pela acolhida. Deputado Marcolino, Jorge do Carmo, Luiz Fernando, que nos recebeu também, em nome deles. Abraçar todas deputadas e deputados. Saudar, também, aqui, o diretor-presidente Max, da Enel.

E a minha palavra, além de saudar e agradecer a acolhida da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a Enel aqui em São Paulo, é trazer um relato do estado do Ceará. Eu estou presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Enel. Eu tenho dito que não é uma CPI contra a Enel, é uma CPI a favor do povo do Ceará.

E por que a minha palavra aqui? Porque eu acho que nós temos que fazer as ligações dos trabalhos das comissões parlamentares, tanto de São Paulo como a do Ceará e onde mais tiver. Goiás terminou uma agora lá, a Enel terminou saindo de Goiás.

Eu ouvi aqui o relato de cada deputado, e de cada prefeito. São os mesmos problemas do estado do Ceará, os mesmos. E aí não me cabe aqui questionar o estado de São Paulo, por isto estou falando no estado do Ceará... Estou vendo até um representante da Enel Ceará ali... Até ele vinha no mesmo voo que o meu... Ele parece que não gosta muito de mim, porque eu vez em quando termino criticando, não ele, a empresa dele, lá no estado do Ceará, que é a Enel.

Mas é um absurdo o que esta empresa tem feito nos nossos estados e aqui eu quero me ater ao estado do Ceará. Má prestação de serviço, desrespeito à população, falta de comunicação com a população, e aí sim, investindo nos meios de comunicação para

camuflar um pouco o que a gente tem dito, contra os desmandos da empresa, e não é nada contra a empresa.

E eu tenho dito no estado do Ceará que ou a Enel muda ou a Enel se muda. E quando eu digo “muda” é porque ela tem bilhões de reais e se ela quiser ela pode mudar, prestar um bom serviço, comprar equipamento de manutenção, fazer uma boa manutenção, acabar com essa oscilação e investir nas empresas.

Nós temos centenas de empresas no estado do Ceará prestes a se instalarem, prestes a começarem o seu serviço e a gerar emprego e renda, que é o que há de mais digno para a nossa população, e a gente não tem conseguido começar o trabalho destas empresas, porque a Enel, muitas vezes, não tem nem prazo de começar as obras de extensão de rede.

E, pasmem, o governo do estado do Ceará, em muitas destas obras, já pagou a Enel, como um estímulo, como um incentivo à empresa, e mesmo assim a empresa não tem nem prazo de iniciar.

Então, a minha palavra é de pedir, Sr. Presidente, deputado Thiago, que a gente possa fazer uma ligação. Porque se a gente não pressionar aquela que a Enel respeita, aquela que manda na Enel, chamada Agência Nacional, a Aneel, se nós não pressionarmos ela, deputado Marcolino, nós não vamos conseguir êxito em nossos trabalhos.

O governo de São Paulo, as prefeituras, o governo do Ceará, as prefeituras.... Nós, neste caso, somos incapazes, dentro da matéria, de conseguir êxito. A não ser que pela pressão na Agência Nacional, a gente possa conseguir. Então, eu me somo ao trabalho de vocês. Contem conosco lá do estado do Ceará, eu trouxe aqui um breve relatório para apresentar e deixar aqui, também, como testemunho de que os problemas são iguais, mas são iguais mesmo.... Eu fiquei estarecido.

Saio daqui com a experiência muito positiva da receptividade dos colegas deputados. Mas saio com a experiência muito negativa de que o mesmo problema da Enel no estado do Ceará é o mesmo problema da Enel aqui no estado de São Paulo. Portanto, ou a Enel muda ou a Enel se muda.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, presidente. Sem dúvida o relatório que vocês fizeram no Ceará irá colaborar muito com os nossos trabalhos. A gente já tinha combinado com os demais deputados que estavam encerradas as inscrições. Então, para fazer justiça, o deputado Caio França já estava inscrito.

Ele era o seguinte à deputada Paula, e aí, na sequência, iremos ouvir o deputado Gil Diniz e o deputado Jorge do Carmo. Vamos, primeiro, ouvir o deputado Caio e depois a gente analisa. O deputado Caio com a palavra.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Presidente presente, Thiago, colegas deputados, Sr. Max. Eu tive a oportunidade de na semana passada ouvir o presidente do conselho deliberativo dos usuários, e confesso que até eu disse para ele que a presença dele aqui era um tanto quanto desnecessária, porque ele acabou fazendo uma defesa da Enel, mais do que defendendo o usuário, que era o que a gente imaginava que ele fosse fazer.

Da minha parte, eu também fiquei bastante estarecido com a falta de agilidade da Enel em relação ao restabelecimento da energia das pessoas, e aí cada um tem uma justificativa, ora empurra para a prefeitura, a prefeitura fala da Enel.

A verdade é.... Eu acompanhei acho que foi a sua entrevista na Rádio Bandeirantes, se não me engano. Não sei se foi o senhor ou se foi algum outro diretor. Mas me chama muita a atenção, primeiro, a dificuldade que o contribuinte, que o usuário tem de poder manter contato com vocês.

Eu sou do litoral da Baixada Santista e tenho algumas críticas à CPFL. Mas se eu não me engano, só na Baixada, são três ou quatro agências, ainda, que atendem presencialmente as pessoas. E a Enel, salvo engano, não tem nenhuma, é tudo online, e aí é claro que isso dificulta por demais o acesso. Gostaria de entender se esta é uma política real ou se tem alguma perspectiva de mudança após este colapso que ocorreu.

Além disso, os prefeitos, aqui, eu vi que trouxeram a indignação da população para com vocês, demonstrando a insatisfação, a negligência com que a empresa acabou se comportando diante de tudo isso.

Além de ouvir a respeito do atendimento de vocês, eu gostaria de ouvir, eventualmente, se existe, por parte da empresa, uma autoanálise.... O que vocês fariam diferente que deixaram de fazer para poder solucionar o problema depois deste tempo todo? Tem alguma mudança de prática que vocês fariam, que vocês deixaram de fazer? Porque, realmente, você tem aí, quatro, cinco dias para conseguir restabelecer a energia de todas as pessoas é realmente uma situação complicadíssima.

E aí eu não consegui ouvir, como vocês estão procedendo com as pessoas que tinham.... Pequenos comerciantes, principalmente, que perderam as compras do mês, pequenos bares, restaurantes, que acabaram ficando com perda de estoque ou com queima

de eletrodomésticos. Como será o procedimento e se existe já uma organização por parte da empresa de poder indenizar todas estas pessoas.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputado Caio. Começando pela agência de atendimento, a qual município mesmo o senhor se refere na Baixada Santista?

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Eu sou de São Vicente.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não é nossa área de concessão.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Não, não. O que eu disse é que a CPFL, que é a área de concessão, possui agências onde as pessoas atendem. Ou seja, tem o 0800 ou aplicativo, mas deu algum problema, você consegue ali... Um senhor, uma senhora, um idoso, ele consegue presencialmente ser atendido, e com vocês não.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós temos agências em todos os municípios, e em outros vinte e quatro municípios onde atuamos, deputado. Todos.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Ok. E por lá o atendimento não é feito naqueles totens apenas, tem também....

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, atendimento presencial, na agência etc. Todos. Atendendo inclusive aos níveis de serviços estabelecidos pelo regulador.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Ok. Com relação às demais perguntas, primeiro da indenização e na sequência sobre eventual mudança de postura que pudesse ter corrigido os erros.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Ressarcimento. Como eu disse anteriormente, os ressarcimentos por eventuais perdas de eletrodomésticos, eletroeletrônico já está previsto na normatização da Aneel. Nós inclusive estamos acelerando o rito e, ao invés de solicitar os três laudos periciais, exigindo apenas um. E num rito expedito para exatamente acelerar esta perda adicional.



**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - E as pessoas buscam a Enel através de quê?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Ou da agência, ou do site, ou do aplicativo. Todos os canais...

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Não precisa entrar na Justiça, nestes casos, obviamente.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não. Isto funciona há décadas no setor elétrico brasileiro, funciona bem. E nós estamos acelerando exatamente para mitigar os impactos. Quanto aos danos de alimentos, eventuais medicações etc., eu já disse aqui e vou repetir. Nós estamos sensíveis a este problema, estamos juntos com as demais distribuidoras de distribuição de energia elétrica que atuam no estado de São Paulo, CPFL, Elektro, Energiza, EDP.... Estudando uma forma de poder atender isto sem violar a regulamentação. Esta é a construção.

E nós nos comprometemos com o governador Tarcísio, na reunião que tivemos lá no Palácio, no dia 06 de novembro à noite, numa segunda-feira, a tentar encontrar, a fechar isto, em até trinta dias, um prazo relativamente rápido, só que isto depende de uma construção, deputado.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - E sobre uma mudança de postura que o senhor analisa...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu separaria esta resposta da mudança de postura em dois aspectos. Eu quero separar aqui o esforço para o evento no dia 03. A recomposição do evento do dia 03, dada a magnitude do que aconteceu, dificilmente seria mais rápida. Eu falo isto com experiência de 38.... Formação específica, larga experiência em muitas empresas, dificilmente.... Eu diria até que é um “case” de sucesso.

Em que pese toda a nossa solidariedade em entender o transtorno que isto traz, porque, como eu mostrei aqui, 60% dos clientes, ou seja, 1.200.000 clientes foram religados com 24 horas. 1.800.000 foram religados em 48 horas. Menos 24, depois 48. Em até setenta e duas horas, 97% dos clientes estavam religados.

Então, isto, de fato, diante do que aconteceu, foi um trabalho muito forte. Agora, eu queria separar o evento, deputado. Acho que nós precisamos sim, e eu já disse isso

aqui duas vezes e vou repetir pela terceira vez. Existe sim um represamento de insatisfações, sobretudo por parte dos prefeitos e nós vamos sim fazer uma reflexão profunda sobre isto para buscarmos esta aproximação, ver o que está machucando e rapidamente dar vazão a isto.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Ok, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra o deputado Gil Diniz.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Obrigado, presidente. Cumprimentar Vossa Excelência, Sr. Max que está aqui há bastante tempo. Tenho acompanhado aqui pelas redes sociais da Assembleia Legislativa. Cumprimentar meus colegas deputados, Sr. Fernando Santana, deputado do Ceará, nordestino como eu - eu sou de Pernambuco -, deputado Caio França, deputado Marcolino, Dr. Jorge do Carmo.

Presidente, eu dou parabéns a V. Exa. pelo esforço nesta CPI, não é de agora. Este evento que nós estamos falando aqui, evento extremo, deputado Marcolino, só acabou, Sr. Max, por consolidar, infelizmente, a péssima imagem que temos da Enel.

A Enel consegue, aqui neste Parlamento, unir direita, esquerda, centro, os amigos, adversários. É impressionante. Acompanhando aqui as vossas respostas, vi que houve várias críticas ao trabalho da Enel, ouvi que muitos focaram neste evento extremo, mas as reclamações, Sr. Max, vêm de muito antes. Tanto que o protocolo da CPI é bem anterior a este evento.

Eu dou o meu relato pessoal. Eu mudei agora para Cotia, moro numa cidade da Grande São Paulo. Cotia é atendida pela Enel. Quando eu fui mudar, deputado Caio França, um amigo meu que mora próximo a mim disse: “Olhe, tem certeza que você quer mudar para cá? Porque aqui passou uma nuvem mais forte, a energia cai”. Eu não acreditei. Só que hoje eu tenho a certeza, inclusive, eu ainda olhei meus vizinhos, muitos com geradores, Sr. Max. Já fiz várias reclamações, tenho vários protocolos. Isto falo deste relato pessoal meu e da minha família.

Por várias vezes em cinco meses, deputado Jorge do Carmo, este deputado aqui já ficou sem energia elétrica por quatro horas, por oito horas, por nove horas... Isto num prazo de cinco meses. Entrando em contato com a Enel, pedindo, solicitando...Inclusive recebi aqui um breve relatório da equipe de relações institucionais.... Um relatório do qual

eu discordo porque não confere, deputado Major Mecca, com aquela realidade que eu vivencio.

Hoje mesmo assistindo aqui a esta CPI, na minha residência, por duas vezes, se acabou a energia elétrica. Eu vi que V. Exa., deputado Thiago Auricchio, colocou a questão da Assembleia, também.... Nós temos problemas, talvez problemas internos que não sejam culpa da Enel, mas eu tenho certeza que são.

E eu tenho certeza que, assim como prejudica a minha família, deputado Caio França, a minha esposa e meu enteado trabalham home-office. Então, imaginem só ficar quatro, cinco horas, sem energia elétrica para se trabalhar home-office. Nós vimos esta modalidade de trabalho principalmente depois da pandemia que aumentou consideravelmente.

Eu não moro numa região periférica hoje, eu fui morador de uma região periférica, de uma favela na zona leste de São Paulo. Tinha problemas lá também. Mas este problema, Sr. Max, vem se acentuando muito nos últimos tempos, no último ano principalmente. E a região que eu moro hoje não é uma região periférica, aqui na Grande São Paulo. Cotia, como eu disse. Mas é impressionante a falta, pelo menos de capacidade naquela região, da Enel de resolver aquele problema. Porque é um problema que é corriqueiro, é um problema que não me parece ser tão complexo assim.

Tem os moradores da região, eu entro em contato, fazem os seus protocolos e não há solução. E nós recebemos agora as demandas de vários municípios. Aqui em São Paulo, então, de vários bairros. Eu tenho contato com o pessoal da zona leste, pessoal da região da Mooca, deputado Major Mecca, que tem ficado a todo tempo com esta reclamação. Neste evento extremo a minha residência ficou sem energia elétrica por 54 horas. Então eu acredito que eu fiquei neste 5%, talvez 10% aí que.... Nós ficamos 54 horas sem energia elétrica.

Então, é só um relato para os deputados e para a população que nos assiste, muitos estão assistindo. Porque quando nós fazemos as críticas não é para destruir a empresa, a Enel. É até para colaborar com o trabalho da Enel, mas principalmente para defender o interesse do povo do estado de São Paulo.

Estou colocando aqui o meu relato pessoal, mas tenho certeza que vários deputados aqui têm, também, esta péssima experiência com o serviço da Enel, neste momento, espero que melhore.... Mas que a experiência do povo de São Paulo, de boa parte do povo de São Paulo, aqui da capital e da região metropolitana...

Então, só deixo isso marcado aqui. Eu já tinha conversado com o deputado Thiago Auricchio, deputado presidente me convidou para estar na CPI, inclusive para colocar este relato. E eu vi, Sr. Max, uma pergunta que eu gostaria de fazer para o senhor, pensando também no exemplo que eu dei. Porque neste evento extremo que aconteceu nas últimas semanas, V.Sa. disse que havia 300 equipes de prontidão e que...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Antes da ocorrência do evento.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Trezentas equipes. Menos de 24 horas depois, 900.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Algumas poucas horas depois, nós conseguimos mobilizar 900 equipes, triplicamos.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - E depois 1.200 equipes

**O SR. MAX XAVIER LINS** - No dia seguinte isto foi evoluindo para 950, 1.000, 1.050 até 1.200 equipes.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - A minha pergunta é, Sr. Max, como em poucas horas a Enel conseguiu mobilizar tantas equipes com...?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós temos um plano de contingência, deputado. E ele é muito bem estabelecido para os níveis de crise que nos vivenciamos. Quando as informações climáticas chegaram, no dia anterior, previsão para o dia 3... Dava conta de uma tempestade que passaria pelo estado de São Paulo, porém com ventos máximos de 55 quilômetros por hora. E o vento que se materializou às 16 horas, 16 horas e 15 minutos para ser mais exato - mostrei aqui um gráfico, o senhor deve ter visto - vieram com ventos de 103, 105 quilômetros por hora.

Este vento é devastador, ou seja, não é apenas ser o dobro, até porque na escala que eu também mostrei, o senhor deve ter visto aqui na lâmina, é a última escala antes de furacão. Então, de fato, ele é devastador... As imagens que veicularam na televisão, mídia etc., são muito claras em relação a isso.

Coberturas de postos de gasolina voaram, telhados de casas voaram, e árvores em profusão... Milhares de árvores. Nós temos o registro de mais de duas mil árvores de grande porte que caíram sobre a rede, fora galhos etc.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Isto todos vimos, mas eu queria me ater à questão das equipes.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu vou chegar lá. Então, você precisa ter um contingente para a magnitude de cada evento. Quando nós, que tínhamos em campo já, de prontidão, pelo pré-alerta das condições climáticas 300...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Normalmente não são trezentas, são menos?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Normalmente, no dia de...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Normalmente, sem o aviso de 55 quilômetros por hora.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Normalmente, num dia normal, etc. em torno de duzentas equipes. E aí, para este dia, com ventos de 55 quilômetros por hora fomos para 300, que é o dimensionamento adequado para esta magnitude esperada. Mas houve algo completamente diferente. Neste momento, o centro de operações, a área de operações da companhia mobilizou todo o contingente que estava de folga, em férias, noutras atividades, etc. para se juntar...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas houve contratações? Ainda que emergenciais naquele momento?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós temos contratos com terceirizados que permitem certa flexibilidade no número de eletricitistas que a gente pode mobilizar, dentro de certo intervalo de tempo.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas estas equipes não são contratadas diretamente pela Enel, estas equipes que trabalharam....

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Como eu disse aqui anteriormente. Da força de campo, mais ou menos metade é própria e mais ou menos metade é terceirizada.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Porque eu gostaria de entender, Sr. Max... Porque, assim... Geralmente nós temos 200 equipes, como o senhor falou. Houve o alerta, deputado Marcolino. Então, no dia em que seria registrado, conseguiram mais 100 equipes. Aí o senhor está afirmando aqui....

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não conseguiram, deputado. Nós temos os recursos, uma programação de recursos próprios e terceirizados. Para que naquele tipo de evento nós dimensionamos que na sexta-feira deveria ter, em campo, 300 equipes de prontidão. Quando a chuva chegou foi muito mais forte, com ventos muito mais fortes. E aí, das 16 horas até o período das dez, 11 horas da noite, nós conseguimos mobilizar, até a madrugada do dia 4, 900 equipes. Saímos de 300 para 600. Nós temos caminhões próprios, nós temos todo o equipamento etc. nas nossas bases operacionais. Convocamos as pessoas, inclusive, deputado...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Cada equipe tem, geralmente, quantas pessoas?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Depende da atividade. No mínimo duas pessoas por equipe, no mínimo. Por que isso? Nós temos equipes com quatro pessoas, cinco pessoas, sete pessoas, foi uma intervenção...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Mas o senhor tem o número de pessoas que foram mobilizadas no dia anterior?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Tenho, tenho sim. Isto nós estamos preparando, inclusive oficialmente para deixar na CPI a Quantidade de pessoas por dia que foram mobilizadas. Nenhum problema em relação a isto. Tanto os próprios quanto os terceirizados. A quantidade de caminhões etc., nenhum problema em relação a isso.

E essa mobilização foi aumentando depois de 900 até atingirmos 1.200 porque nós temos, também, equipes que são multifuncionais, ou seja, numa hora de crise muito forte, deputado, eu tenho eletricitas que fazem, normalmente, combatem as perdas e outras

atividades, que podem ser remanejados. Numa hora de crise eu vou cuidar da crise. Numa fratura exposta eu vou cuidar da fratura exposta.

Então, eu tiro do combate, por exemplo, a perdas, a regularização de ligações clandestinas, do pessoal de construção de rede, para atender à emergência. É um momento de crise.

Então, é com base neste esforço, com base num plano de crise, que nós tínhamos, onde ele é faseado pelos níveis de crise que a gente enfrenta, que a gente vai mobilizando.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Eu entendo, Sr. Max, mas eu digo que é claro que, assim, esta crise foi acentuada por conta deste evento climático que nós tivemos. Mas, assim, aqui na ponta, nós vivemos esta crise que é uma crise diária, uma crise cotidiana. Mas eu só queria, novamente, assim... Não que eu repita a pergunta, mas eu gostaria de ter acesso a esses dados, porque a Enel conseguiu mobilizar, segundo V. Sa., dezenas, centenas, até mesmo...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós saímos de 300 equipes, que estavam originalmente na sexta-feira de manhã...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Milhares de homens ali nesse momento para colocar...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Isso, exatamente. Inclusive fizemos... Só para o senhor ter conhecimento, o senhor não estava no momento em que eu coloquei isso, mas chegamos inclusive a contar com recursos extraordinários, não apenas das nossas empreiteiras cujos contratos permitem essa flexibilidade, mas também com recursos de outras áreas de concessão do qual nós operamos...

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Quais?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Ceará e Rio de Janeiro, está certo?

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Vieram dos outros estados ajudar aqui na...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Exatamente, mediante autorização prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica, para enfrentar a crise.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Isso nas primeiras horas ou isso no dia posterior?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - No dia posterior. Para trazer das outras áreas de concessão, nós precisávamos de autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica. Entramos em contato com a Agência Nacional de Energia Elétrica e, nos dias subsequentes, equipes adicionais, no caso do Ceará, vieram sem os equipamentos, por óbvio, e no caso do Rio de Janeiro, inclusive com equipamentos, caminhões, equipamentos etc. para reforçar a tropa em campo.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - A Enel tem algum plano de aumento de equipes para... Obviamente esses eventos climáticos vão continuar acontecendo esporadicamente ou várias vezes durante os meses, mas no dia a dia, no trabalho cotidiano, para atender no caso esse trabalho, essas reclamações, a Enel pensa, tem algum planejamento nesse sentido de aumentar essas equipes?

Porque, assim, é como eu disse, a reclamação aqui é constante, presidente; a reclamação é diária. Nós vimos agora, assim, o caos que se tornou, mas um caos que já era previsível.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Então vamos nos abstrair um pouco da crise do dia três. Ok?

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Sim.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Saindo da crise do dia três, quando nós olhamos o desempenho operacional da companhia no que tange à qualidade do serviço em energia elétrica, ou seja, os indicadores objetivos de confiabilidade, de qualidade, respectivamente FEC e DEC, esses números melhoraram quase 50% desde que a Enel assumiu a companhia. Isso é fato e dado, basta entrar no site da Agência Nacional da Energia Elétrica - dados esses auditados e validados pela própria Agência.

Então, dado que é assim, não há nenhum subdimensionamento, muito pelo contrário. E, além disso, nós automatizamos muito a rede. No ano passado, deputado, 230 mil operações de rede foram feitas de forma remota, a partir do centro de operações.



Sabe o porquê? Porque o senhor conhece bem a nossa área de concessão e sabe que o trânsito na Região Metropolitana de São Paulo é algo logisticamente muito complexo, quase caótico. Então, na hora de uma crise, os veículos operacionais - sejam eles grandes caminhões ou caminhonetes - sofrem o mesmo problema do trânsito. Os veículos operacionais não voam.

Então a tecnologia tem nos ajudado muito nisso. Desde que chegamos, em 2017, a área de concessão possuía quase oito mil equipamentos de automação. Hoje fechamos 2022 com 21 mil equipamentos. E é isso que tem permitido também a melhoria dos indicadores operacionais.

**O SR. GIL DINIZ - PL** - Obrigado, presidente. Quando o Sr. Max passar esses dados para V.Exa., se puder repassar para nós aqui, é do nosso interesse. Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, o deputado Jorge do Carmo.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, V.Exa., deputado Thiago Auricchio; deputado Gil Diniz aqui, que acabou de fazer sua explanação, seus questionamentos; deputado Major Mecca e os deputados que já estiveram aqui, que deverão retornar.

Queria dizer, Sr. Presidente, que eu gostaria de ter ficado aqui desde o início, mas hoje foi um dia bastante corrido nesta Casa: Congresso de Comissões, outras CPIs. Infelizmente, há a necessidade de aprovar CPIs aqui por conta dos acontecimentos, não dos fatos climáticos, mas dos problemas que nós temos no nosso estado, sobretudo principalmente os efeitos danosos das privatizações.

Cumprimentar o deputado, meu colega de bancada aqui, deputado do estado, Marcolino, e cumprimentar também o presidente da Enel, Max Xavier, e os demais que o acompanham. Sr. Presidente, quando falam de energia elétrica e quando falam da Enel, eu me lembro da Eletropaulo. Meus cabelos brancos, vejam, quase brancos, permitem-me lembrar de 20 anos atrás, mais ou menos.

Acho que foi em 1998 que esta Casa - ao meu entender, de forma errônea - aprovou a privatização da Eletropaulo. O deputado não estava aqui ainda, não é, deputado Marcolino? A privatização da Eletropaulo... Acho que era o governo Mário Covas, salvo

melhor juízo. E eu me lembro de quando a Eletropaulo, deputado Gil, era uma empresa pública; era uma empresa que tinha o interesse público de prestar um bom serviço, evidentemente, de atender os seus clientes.

Eu era liderança comunitária da minha comunidade, onde eu moro até hoje, a cidade Tiradentes, periferia da região da cidade de São Paulo, e lembro-me que a gente tinha muitas facilidades, Sr. Presidente, de dialogar, de conversar, de ser ouvido - seja uma liderança comunitária ou seja, inclusive, um consumidor.

Em cada bairro, nós tínhamos uma agência da Eletropaulo, que você ia lá e falava com pessoas. Você conversava com o gerente, com o atendente, com as pessoas que tinham o prazer de atender a gente. E eu me lembro muito desse período, mas depois da privatização veio a AES Eletropaulo, depois a Enel - agora não, já desde 2018. A gente... Só em uma CPI que a gente consegue falar com o presidente.

Eu tenho mandado ofício, presidente... Enviado ofícios lá do nosso gabinete para pedir, porque eu milito muito nessa área de Regularização de assentamentos precários, de Habitação, e é uma dificuldade. A Enel sempre coloca uma dificuldade; sempre responde dizendo que ali tem empecilho, que ali tem impedimento. Porque eu não vejo, não consigo entender o porquê de tanto óbice, tanto óbice.

E, infelizmente, chegando aqui no episódio de três de novembro, nós tivemos sim um efeito, um fator extremo, uma situação extrema. Mas um fator extremo pode acontecer, como aconteceu, como poderá acontecer no nosso estado ou no estado do Ceará, onde deve estar... Esteve aqui, está por aqui ainda o deputado Fernando Santana, ou no estado do Rio de Janeiro, ou em qualquer lugar do Brasil pode acontecer. O fato não é esse.

O problema não é acontecer. O problema é a desmobilização sem imaginar que isso poderia acontecer, porque a gente ouviu relatos de que a Enel diminuiu o número de funcionários, ou seja, demitiu seus funcionários. Enquanto isso, aumentou o lucro de forma exorbitante. E nós não somos contra o lucro. Acho que cada um... Quem compra algo quer ter lucro mesmo. Ninguém compra uma empresa para ter prejuízo.

E é por isso que a Sabesp está tão cobiçada aqui nesta Casa, porque ela é uma empresa saudável; é uma empresa que dá lucro todo ano. Então quem quer comprar e quem quer vender quer receber pela venda. É o caso do governador Tarcísio de Freitas. E quem quer comprar, quer ter lucro posteriormente. Foi isso o que aconteceu lá em 1998. É evidente que Enel quer ter lucro.

Agora o que nós estamos discutindo aqui - e esse é o principal objeto desta CPI - é exatamente a prestação do serviço; aquilo que se deixou de fazer com maestria, como deveria. Até porque as pessoas pagam tarifas pelo consumo; não é um serviço gratuito; mesmo porque, como se diz, é privatizado. Então quem comprou quer ter lucro, cada vez mais. Tem regulação, tem as agências que regulam as tarifas, regulam o serviço e fiscalizam - é bem verdade -, mas quem compra quer ter lucro sempre.

E por isso, o que nós estamos querendo discutir aqui é a morosidade ou o constrangimento e as dificuldades a que as pessoas foram submetidas. Pagar o que as pessoas lá perderam, os comerciantes, é uma reposição, é uma reparação material. E o constrangimento - imagine - de você ficar sem energia elétrica?

O deputado falou que ficou 72 horas... Você ficou, deputado. Imagine as pessoas que ficaram também - tanto tempo quanto você - sem energia elétrica nessa cidade ou nas 23 cidades da Região Metropolitana em que a Enel presta esse serviço.

E não é à toa que também a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a criação de uma CPI para também investigar esse serviço que lamentavelmente, presidente, deixou a desejar, porque se, depois que aconteceu o fato, demorou uma semana basicamente para poder repor - com equipe do Rio de Janeiro, do Ceará e tal...

Mas se estivesse preparada, como V. Sa. falou aqui, para esses fatores externos, para eventuais crises, não teria demorado tanto tempo para repor, para além de pedir desculpa - evidentemente que V. Sa. já o fez -, mas também para repor a energia, porque energia não é só conforto. Energia é necessidade. A gente viu hospitais, a gente viu muitos equipamentos públicos, escolas que tiveram que suspender as aulas por falta de energia elétrica.

Então eu me lembro muito bem e espero que esse... Lamentavelmente, existem situações ruins que nos dão exemplo e nos fazem fazer reflexões. Esperamos que agora esse fator lamentável, que a prefeitura diz que as árvores estavam... A culpada é a Enel, que não desenergizou para que prefeitura pudesse fazer a poda.

E a Enel falou assim: a culpada é a prefeitura que as árvores também estão comprometidas. Ou seja, comprometido - ao meu entender - está este serviço; comprometido para sociedade paulista, para aqueles que precisam e dependem desse serviço essencial, porque água é um serviço essencial e energia elétrica também o é, também necessária e essencial.

Por isso, a gente aqui ficou durante todo esse dia, e os deputados que por aqui fizeram perguntas, questionamentos - certamente V. Sa. já respondeu alguns - mas eu

gostaria de perguntar na seguinte direção: qual é a expectativa de reparar realmente os prejuízos? E os constrangimentos que as pessoas tiveram? Esse prejuízo será reparado com recurso, com dinheiro? E de que forma será reparado isso? Não sei se tem um plano para isso.

Qual é expectativa da Enel de reparar esse dano causado aos consumidores da cidade de São Paulo, do estado de São Paulo, onde ela tem os serviços de concessão? Como será reparado isso? Será necessário ser ajuizado e discutido? A gente viu o que aconteceu lá naquele caso de Mariana, quanto tempo demorou e não resolveu até hoje. As pessoas... Quem não morreu, ficou com os prejuízos; ficaram com os prejuízos. E até hoje discute-se, debate-se nos tribunais e não têm nenhuma expectativa clara de serem ressarcidos.

Então tem danos que não se reparam facilmente. Eu não sei o que a Enel pensa em fazer para, primeiro, evitar as ações judiciais - que eu acho que, se houver ação judicial, vai se discutir lá e vai se recorrer e tal. Mas dado o constrangimento que foi causado à população, qual é...

Não seria bom ter um plano, uma forma de dialogar com a sociedade paulista para primeiro que isso não voltasse nunca mais a acontecer? E, segundo, que as pessoas também pudessem ser de alguma maneira ressarcidas, não pelo dano material somente, mas sim pelo dano, o constrangimento a que foram submetidas, por um serviço que como se diz...

Tivemos matérias nos jornais. Enquanto o lucro aumentou exorbitantemente, a gente viu o corte nas equipes, e aí teve que ir em um plano emergencial; teve que buscar a equipe dos outros estados, que certamente deixou a desejar lá no estado do Ceará ou no estado do Rio de Janeiro para atender aqui - que é importante atender.

Mas se não tivesse cortado, se não tivesse cortado as equipes, os funcionários, se não tivesse demitido - como noticiaram os jornais, que foram demitidos diversos funcionários da Enel -, talvez... Não que o fato não fosse acontecer, porque foi um fator da natureza, mas talvez não demorasse uma semana e o constrangimento tivesse sido um tanto amenizado para a sociedade paulista.

Por isso eu não poderia deixar de participar dessa CPI, porque eu tenho... Eu me lembro muito bem da Eletropaulo, como o serviço era. Você falava com pessoas, você não falava com o 0800. Quer dizer, com o 0800 ninguém fala nada, ninguém ouve nada, ninguém atende nada, ninguém resolve nada; a gente sabe muito bem como é.

Então hoje é assim. Eu moro na zona leste de São Paulo e lá tem - salvo melhor juízo - um local de atender. As pessoas falam assim: “Eu vou na Enel e lá não atende. Vai marcar não sei que dia.”. Quando você precisa, não tem. Isso é o efeito da privatização; esses são os malefícios da privatização.

E eu não estou fazendo nada aqui. Não estou fazendo discurso de socialista, não. Eu estou fazendo um discurso da realidade. A gente vê... E nada contra; quem compra algo, quer ter lucro. Agora não dá para ter lucro em prejuízo da sociedade. Não dá para ter lucro em prejuízo de um serviço que é essencial.

Então por isso, aproveitar a oportunidade para dizer aos deputados que ainda não decidiram votar “não”, ou a gente enterrar, de uma vez por todas, o projeto da famigerada privatização da Sabesp. Vamos olhar para esse fato que aconteceu aqui, deputado Gil, V.Exa. - que é governista - certamente está ansioso para votar a favor da privatização da Sabesp; deputado Major Mecca...

Vamos olhar com carinho e vamos evitar que tragédias como essa voltem a acontecer em São Paulo. E isso só pode não acontecer se a gente não deixar entregar o patrimônio do povo paulista que é a Sabesp, a exemplo do que foi feito com a Eletropaulo e hoje pertence à Enel.

Por isso eu queria aproveitar a oportunidade para fazer, de certa forma, um desabafo, porque eu vi, de forma... Com muita tristeza, as pessoas pagando um preço muito alto; pagando para ter uma coisa e que, na hora que precisou do serviço, o serviço estava muito ruim e causando dano irreparável para a sociedade paulista.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, deputado Jorge. Antes de passar a palavra...

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Mas eu fiz uma pergunta aqui, Sr. Presidente. Eu perguntei para o Sr. Presidente aqui como vai ser reparado, como serão reparados esses danos e esse constrangimento que foram causados para a sociedade paulista.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Está bem. Obrigado, deputado. Vou repetir aqui mais uma vez. Danos a eletroeletrônicos já estão previstos na regulamentação. Já está acontecendo; acontece a décadas no setor elétrico, em todas as distribuidoras. O que nós fizemos?

Rapidamente, desde esse final de semana passado para cá, nós aceleramos o rito para recepcionar isto e, ao invés de exigirmos - como a regulamentação estabelece - três orçamentos, apenas um orçamento é necessário. Simples assim. Então esse é o primeiro ponto. Quanto ao ressarcimento de perdas de alimentos, eventuais medicamentos, etc., isso não está previsto no rito, na regulamentação setorial.

Então nós estamos, junto com as outras quatro distribuidoras que atuam em todos estado de São Paulo, analisando, junto inclusive com o regulador, possibilidades... A construção de possibilidades para que isso aconteça, porque nós somos sensíveis, sim, a essa perda - sobretudo da população de menor renda, deputado. Saiba disto. Não é? Perder seu estoque de alimentos que estavam na geladeira, etc. é muito ruim. É muito ruim.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Eu falei de dano moral, não falei de dano material, porque o alimento é dano material. Repor o alimento ou sei lá o quê... Eu estou falando de dano moral.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Mas não está...

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Porque isso não está previsto lá no contrato, ou está?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, não está.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Então é preciso...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não é no contrato que isso é pautado, deputado. Isso é na regulamentação setorial, independentemente do contrato de concessão. Então mesmo esses danos - que não são danos diretos a eletroeletrônicos - não estão previstos na regulamentação do setor, independentemente do contrato de concessão. E é isso que nós estamos tentando construir; não danos morais.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Então danos morais não têm nenhuma previsão?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nenhuma previsão.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - É lamentável que isso não tenha... Não seja ao menos estudado, ao menos estudado...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Estamos avaliando...

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Porque isso vai ensejar diversas ações...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputado...

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - E a gente vai ver...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputado, estamos analisando...

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Lamentavelmente a justificativa...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Estamos analisando todas as possibilidades, dentro das limitações estabelecidas - de um negócio que é fortemente regulado. Então, assim, saiba, tenha a certeza de que nós somos sensíveis a essa dor. Nós somos sensíveis a essa dor, sabe. Agora, isso precisa passar por uma construção que não pode demorar. É isso que nós estamos já fazendo.

Não é vamos fazer, não. Estamos fazendo diariamente. Nós estamos nos reunindo com todas as distribuidoras, conversando com a Agência Nacional de Energia Elétrica para que a gente, de fato, em até 30 dias a partir do dia seis, saia com algo objetivo.

**O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, Sr. Deputado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, o deputado Luiz Claudio Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só, rapidamente, Sr. Presidente, aproveitar aqui a oportunidade. Tanto eu quanto a deputada Carla ficamos, V. Exa., do

começo até o final aqui do dia de hoje. Mas eu queria primeiro fazer uma consideração em relação à fala do deputado Bove - e já fazer o diálogo também com a Enel -, quando ele fala da dificuldade de contratação de trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro.

Quando se contrata a concessão de uma empresa, vocês sabem da responsabilidade contratual que vocês têm, também com a garantia de ter trabalhadores dentro da empresa. E lembrar - importante lembrar - que 13º salário, férias, descanso semanal remunerado são direitos do trabalhador.

Muitas vezes joga-se isso como um custo do empresário, mas é um direito do trabalhador. E quando você compra uma empresa, você abre uma empresa, você já sabe das responsabilidades que tem. Então isso não pode ser tratado como dificuldade para montar uma empresa no Brasil. Então quero me dirigir aqui ao deputado Bove: são leis e direitos.

Fazendo essa linha com o mundo do trabalho, a terceirização também faz parte do arcabouço legal da gestão de trabalho. Você pode fazer uma terceirização para melhorar a capacidade de atendimento - aqui no caso da Enel - ou você pode fazer uma terceirização para auferir mais lucro.

No caso da Enel, quando vocês assumiram esse contrato há cinco anos atrás, vocês olharam para empresa, daí vocês terceirizaram boa parte da empresa - que até então boa parte era de trabalhadores diretos. O olhar de vocês foi para melhorar a capacidade de atendimento da Enel ou foi para auferir mais lucros?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputado. Mão de obra capacitada é sempre algo absolutamente necessário, principalmente quando se trata de uma atividade especializada como o serviço distribuição de energia elétrica. Eu tenho a plena convicção disso, não apenas porque sou engenheiro executivo, mas porque durante quase 20 anos - aliás, mais de 20 anos - fui professor de escola técnica federal e de universidade. Então eu conheço a importância da capacitação de pessoas - eletrotécnicos, eletricitistas, etc.

Nesse sentido, inclusive, nós firmamos um convênio aqui em São Paulo. Nós - Enel São Paulo - fizemos um convênio com o Senai, que está formando dezenas... Já totaliza centenas de jovens para serem futuros eletricitistas, nossos diretamente ou dos nossos parceiros terceirizados. Então é um berçário de formação de futuros profissionais. Então nós temos feito isso.

Fizemos um convênio com o Senai que está funcionando superbem. De janeiro para cá, nós formamos - se eu não me engano - já quatro turmas. Inclusive, elas foram



divulgadas porque o Senai é uma escola de excelência, no que tange a essa formação. Não apenas para o nosso quadro próprio de reposição de pessoas que aposentam, que eventualmente saem, mas também para os nossos terceirizados - parceiros terceirizados.

É importante que essa mão de obra seja, de fato, qualificada, porque é uma atividade que o exige. Independentemente - agora voltando ao ponto - o importante é que a mão de obra seja qualificada, independentemente de ela ser própria ou terceirizada, porque o resultado final que se deseja, qual é? É um fornecimento do serviço de energia elétrica com bons indicadores de confiabilidade e qualidade em uma tarifa a preço módico.

Então objetivamente nós temos um fato sobre a mesa. Nestes últimos cinco anos, os dois principais indicadores operacionais da Enel São Paulo melhoraram - não foi muito não, foi significativamente. São fatos e dados, o senhor sabe disso. Eu já disse aqui várias vezes.

Um consumidor médio da Enel São Paulo, em 2017, ficava em média, por ano, 11,7 horas sem energia. No final de 2022, fica apenas 6,36 horas; e esse número segue melhorando. Em 2017, antes da entrada da Enel, esse mesmo consumidor nosso ficava em média 6,5 vezes por ano sem energia; hoje ele fica 3,3 vezes.

Então não é o fato de ser um empregado próprio ou terceirizado que muda essa realidade. É o fato de ele ser capacitado ou não, de se ter investimentos também em tecnologia ou não, porque não adianta ter uma profusão enorme, uma força de trabalho enorme, se você não tem tecnologia, se você não tem capacitação de pessoas, etc.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O senhor tem alguma informação - ou a sua equipe -, com essa demora de atendimento que a Enel acaba fazendo nos municípios, se tem denúncias de empresas terceiras que acabam cobrando para fazer esse serviço privado, particular, para algum consumidor pela demora do atendimento? Ou não?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós temos um código de ética muito rígido. Se situações como essa forem identificadas, imediatamente isso passa por um processo em rito expedido dentro da empresa, com as consequências cabíveis.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Ótimo, obrigado. E a última pergunta para o senhor. O presidente mundial da Enel, Flavio Cattaneo, deu algumas entrevistas comentando que 50% do investimento para 2024 será feito na Itália - que é a

origem da empresa. Ele coloca também que fará investimento em outras partes do mundo, mas ele coloca que 50% do investimento para 2024 será na Itália.

Com a crise que deu agora no mês de novembro, vocês solicitaram para a matriz, para a Enel mundial, ampliar o processo de investimento no Brasil, visto que você já colocou que foi melhorando a cada ano a questão do investimento? Mas se tem previsão agora com esse anúncio do presidente mundial que 50% do investimento da empresa para esse período vai ser na Itália, se vocês solicitaram autorização para ampliar o investimento no Brasil para 2024?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputado Marcolino, eu queria separar a resposta em duas questões. Eu desconheço a origem das informações da matéria; desconheço a origem. A matéria eu até li, mas desconheço de onde é que veio essa informação. Até porque o nosso presidente mundial esteve aqui no Brasil em setembro e essa informação não veio à mesa. Então esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto. A Enel... Não, a matéria eu conheço, só não sei qual é a fonte. Obrigado. O segundo ponto. Eu mostrei aqui que os investimentos realizados nos últimos cinco anos na Enel são recordes. Nem no período estatal, nem no período privado, a empresa, a companhia, recebeu tanto investimento. Isso é fato.

Nunca o governo, quando era controlador, colocou tanto dinheiro na companhia. Nunca os indicadores de qualidade foram tão bons. Podem melhorar? Claro, podem, devem. Nós vamos continuar seguindo neste caminho, mas nunca foram tão bons. Fatos e dados.

Só o ano passado, desses 6,7 bilhões, o ano passado - 2022 - foram 2 bilhões em um único ano. É, de fato, um investimento recorde. Então, dado todo o histórico - sobretudo nos últimos cinco anos de investimento massivo na companhia -, eu diria que essa preocupação é uma preocupação lateral.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só para concluir, presidente. Então, agradecer o presidente Max. Eu acho que ele respondeu todas as questões, mesmo que para muitos não serem algumas respostas satisfatórias. Mas ele respondeu todos os questionamentos dos deputados e dos prefeitos.

Então eu queria aqui reafirmar um dos nossos pedidos - que acho que de quase todos deputados. Foi perguntado por diversas vezes da questão do ressarcimento, seja material,

seja moral, pelo que foi causado à população, às duas milhões e cem mil pessoas ou consumidores, a partir do último dia 3.

Então seria muito importante que o senhor e toda a equipe olhassem com muita atenção. Sabemos que tem lá toda a questão contratual, tem lá uma determinação da Aneel desde 1998. Na forma como o contrato foi estabelecido, não é só para a Enel, mas é para todas as empresas de energia.

Mas essa perda material e moral que tem com a população do estado de São Paulo, por mais que vocês digam: “Em 30 dias vamos apresentar uma proposta”. Vocês tinham que já colocar para a população algo mais concreto: “Vai ter o ressarcimento, nós vamos criar condição ou mesmo melhorar formas de garantir esse ressarcimento moral”.

Porque, assim, nós conhecemos a dinâmica de muitas empresas que hoje prestam serviço para a população, seja a partir das operadoras de telefone, seja a partir das empresas vinculadas ao sistema financeiro e também que foram privatizadas aqui no estado de São Paulo.

Em todas elas, a gente percebe que boa parte das reclamações que tem hoje dos processos que tem por dano moral, ou vem das empresas de telefonia, ou vem pelas empresas do sistema financeiro e também pelas empresas de energia. E todas elas foram empresas que passaram por um processo, também, de terceirização.

Então o que a gente solicita ao senhor e a toda a equipe da Enel é que olhem com carinho e consigam restabelecer parte desse prejuízo moral que a população teve no estado de São Paulo.

Quero aproveitar também, Sr. Presidente, e convidar a população. No dia 16 agora, nós vamos ter uma audiência pública, aqui na Assembleia Legislativa, para discutir a questão da privatização da Sabesp. Então esse projeto já está tramitando aqui na Assembleia hoje, a gente estava dividido entre esse debate aqui na sala ao lado e aqui a CPI da Enel.

Os dois assuntos têm o mesmo fundamento: são duas empresas públicas. A Eletropaulo sempre foi uma empresa pública de qualidade, sempre muito bem avaliada pela sociedade, e hoje a gente vê muitas reclamações. E a Sabesp também é uma empresa muito bem avaliada no estado de São Paulo, e o governador Tarcísio agora quer colocar essa empresa à venda, privatizá-la, e nós não queremos que aconteça com a Sabesp o que a gente tem visto agora com a Enel neste último (Inaudível.)

Então convidar a população que está nos acompanhando para, no dia 16 agora, às 14 horas, uma audiência pública importante. Você que é contra a privatização da Sabesp,

que possa vir acompanhar os debates aqui também na Assembleia. Então eu queria finalizar a minha fala e parabenizar o presidente da Enel por ficar mais de seis horas aqui respondendo às indagações dos deputados e dos prefeitos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, deputado Luiz Claudio. Não sei se tem alguma...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, somente reafirmar o nosso compromisso com a construção dessa solução. Nós vamos, de fato... Vamos ver não, nós estamos trabalhando já há vários dias nisso, tentando encontrar uma solução minimamente razoável e factível. Não sei se será a solução ideal, mas nós estamos debruçados muito fortemente sobre isso, saiba disso.

Em segundo lugar, reafirmar aqui que estarei aqui tantas vezes quantas forem necessárias. Independentemente da questão do habeas corpus, eu entendo mais uma vez a importância do Parlamento, e esses questionamentos são absolutamente legítimos. Eu virei aqui tantas vezes quantas forem necessárias e, de forma transparente e aberta, enfrentarei qualquer pergunta.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só pela oportunidade, nós estamos com um problema muito sério ali na região central. Tanto ali na Rua Líbero Badaró como na Rua São Bento, tem vários prédios que estão funcionando com energia reduzida, inclusive em vários prédios, se tem seis elevadores, tem dois funcionando, se tem quatro elevadores, tem um elevador funcionando.

O problema que tem ali é a questão do roubo de fiação, mas o pessoal tem colocado reiteradamente para a gente reclamações. Quero aproveitar este momento agora, como tínhamos uma demanda... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Perfeito. Temos consciência disso. O roubo de cabos, principalmente em câmaras subterrâneas, é um grande problema. É aquilo que eu disse originalmente: a rede subterrânea não blinda o problema. Existem problemas de inundação, existem problemas de roubo.

Nós desenvolvemos, deputado, uma tampa de concreto que pesa 450 quilos. Nós mesmos, para retirá-la, temos que levar um guindaste de grande porte, porque foi a

solução extrema que nós encontramos para isso, porque é isso, existe uma condição social no País, complexa... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Como está reiterada, só aqui fazer um pedido para ter um olhar também especial para os prédios da região central da Líbero Badaró e da Rua São Bento.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós estamos exatamente, nessa região, tentando colocar o mais rapidamente possível essas tampas, adaptaram essas tampas, para evitar, para mitigar esse problema. Evidentemente que, em paralelo, a gente trabalha com outras questões, como receptadores. Existem quadrilhas e recepção desse material. Então, em parceria com a Polícia Civil, com investigação, etc... São muitas quadrilhas que existem nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Bom, voltando, presidente Max, os investimentos da companhia no estado de São Paulo... Vou falar sobre o período de 19 a 22, que é um período de contagem da revisão tarifária, certo? Porque foi feito agora, no começo do ano, então são quatro anos.

Então, de 2022, 2021, 2020 e 2019, foi da ordem de 5 bi, 371. Em 2019, foi 878; em 2020, 962; em 2021, 1.573; em 2022, 1.958. Quanto disso foi investido em Capex? Para todos que não conhecem, Capex é o investimento para expansão e para mudança de algum equipamento, e o Opex, que eu julgo ser o principal motivo de todo o problema que nós estamos vivendo, é a manutenção, e que não é contado como a revisão tarifária.

Então a pergunta é: o senhor acha que seria viável, no momento em que nós estamos vivendo, já que aqui, pela ordem de investimento em 2019, 2020, 2021 e 2022... Ele é um crescente, isso tudo porque, quando vai chegando próximo da mudança, da próxima revisão tarifária, aí a Enel investe pesado. No primeiro e no segundo ano, o que a gente pode constatar é metade do valor do último ano.

Então a gente percebe que ela vai investir o que foi combinado, o que foi acertado junto com a agência reguladora durante o período de quatro anos. Por que não traz agora, neste instante, esse investimento pesado para fazer a manutenção?

Principalmente a questão de manutenção, porque a gente tem aí diversas e diversas fotos, matérias e relatos de má condição do poste, má condição da cruzeta, má condição do transmissor, má condição de diversas naturezas, que é o que impacta. E aí eu venho com a questão que o senhor...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu poderia responder primeiro essa pergunta?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - É que ela é pertinente à mesma, por isso é que eu fiz junto. E aí o senhor diz que a falta de fornecimento de energia - não só o senhor, mas todo mundo também aventou a questão - se dá majoritariamente por problemas arbóreos. Como que a gente então explica bairros inteiros sem energia por mais de seis horas com todas as árvores podadas, todas, sem chuva, sem vento, e aí com neblina, que foi o que eu ouvi.

Também, junto nesta mesma pergunta, a questão de os funcionários serem terceirizados ou serem efetivos e a questão do curso que eles tiveram no Senac, como o senhor... (Voz fora do microfone.) Senai, no Senai. Imediatamente sai do Senai e vai para o campo?

Eles não conseguindo desempenhar o que realmente seria importante, que é onde eu acho que também é a questão do problema de mão de obra, porque nesse mesmo caso desse mesmo dia, durante seis horas, sem chuva, sem vento, tinha seis equipes da Enel rodando.

Na verdade, cinco equipes ficaram durante seis horas rodando, e eles não conseguiram identificar o problema, até chegar a última equipe com um efetivo, e aí ele restabeleceu a energia em 30 minutos. Então isso mostra muito a questão de treinamento e capacitação dos funcionários terceirizados, que é o que preocupa bastante. Os relatos que a gente tem dos funcionários terceirizados é que eles não ficam mais de seis meses, porque eles são muito mal remunerados.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputada. Eu vou começar de trás para a frente. Quanto a essa questão de capacitação, exatamente sabendo da necessidade de capacitação é que nós buscamos uma entidade de excelência, com tradição de 80 anos, que é o Senai. Estabelecemos qual é a grade curricular para que essa pessoa se gradue como sendo um eletricista de rede ou um montador eletromecânico.

Agora, quando ele é graduado e é contratado para o nosso quadro próprio ou para o quadro de terceiros, ele não entra imediatamente na rede. Nós temos também um centro de treinamento próprio, que fica lá no Guarapiranga, um centro de treinamento enorme - o deputado que quiser está convidado a visitar e conhecer -, muito bem formado, onde ele complementa essa formação e passa a acompanhar eletricitistas mais experientes em campo.

Só depois de um certo tempo é que ele, depois de passar por algumas etapas, estará apto a exercer aquilo, a atividade dele, à qual ele foi designado, sozinho. Isso é um processo. Essa prática foi iniciada e ela é um processo. Aos poucos, ela irá aperfeiçoando não só o próprio quadro existente próprio, porque as pessoas se aposentam, como o quadro de terceiros, porque a ideia é formar sempre um banco de profissionais qualificados em uma instituição de credibilidade e de real expertise como o Senai para isso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, quanto à questão de investimento, todo recurso, todos os números que a senhora colocou de 2019 a 2022, também envolvendo o 1 bilhão, 384, de 2018, tudo aquilo é Capex, não é Opex. Aquilo é integralmente, 100%, Capex.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E o Opex?**

**O SR. MAX XAVIER LINS - O Opex eu posso depois pegar exatamente o número, mas o Opex da companhia foi até maior do que o Capex, foi maior do que o Capex.**

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E por que a situação continua?**

**O SR. MAX XAVIER LINS - Deixa eu concluir o raciocínio, né? Então o Opex da companhia... O Capex é aquilo que vira investimento na rede, aquilo vira, de fato, investimento. É um termo, é capitalização de dinheiro, aquilo que vira investimento na rede, e o Opex cobre as despesas operacionais. Os balanços estão lá, eu posso depois mandar, não tenho esse número aqui agora, mas assevero à senhora que o Opex da companhia foi até maior nesses cinco anos do que o Capex.**

Então, quanto ao quadriênio, o nosso contrato de concessão estabelece, sim, que a revisão tarifária acontece a cada quatro anos, a cada quatro anos. Então o ciclo passado foi o último ano anterior ao quadriênio, ao fechamento do quadriênio. Nós investimos

quase 2 bilhões de reais. E aí, para o quadriênio seguinte, você precisa fazer uma série de planejamentos.

Por isso que tem esse crescimento na curva do tempo, mas o importante é que, independentemente de como isso evolua na linha do tempo, o dinheiro entrou modernizando e fortalecendo a rede. E, mais uma vez: não apenas do quadriênio, mas nos cinco anos subsequentes, nos cinco anos anteriores, o somatório disso, foram 6,7 bilhões, o que dá em média um bilhão e 400 milhões de reais por ano. O controlador anterior, deputada Carla, investia 800 milhões, ou seja, 0,8 bilhão.

Então o que nós estamos investindo em média, por ano, na companhia, em Capex, é 80% maior do que o controlador anterior fazia. Depois eu posso trazer aqui os números de Opex para mostrar para a senhora, sem nenhum problema. Não os tenho aqui neste momento. É assim que funciona o setor elétrico.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Entendo, mas, de qualquer forma, com toda a sua fala, não está atendendo a população, nós não vemos esse investimento. Por mais que o senhor fale, ninguém consegue enxergar, até porque é só andar uma rua. Se eu sair daqui agora e pegar uma rua próxima, eu vou encontrar cruzeta podre, eu vou encontrar o para-raios que não funciona, que não tem, ou o fio que está frouxo.

Eu vou encontrar algum problema por falta de investimento na manutenção. Então a gente lamenta, mas tudo isso que o senhor falou não é o que está aparecendo aí para toda a população, porque não faz sentido. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Permita-me discordar, deputada, pelo seguinte...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu e a sociedade discordando.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Mas me permita discordar, porque eu tenho fatos e dados, ou seja, esse investimento de Capex recorde na companhia permitiu que os indicadores operacionais melhorassem significativamente aquelas 11,7 horas que o cliente em média da área de concessão nossa ficava sem energia durante o ano. Hoje são seis horas, 6,36 horas desde o ano de 2022, e esse mesmo cliente que ficava em média seis vezes e meia sem energia durante o ano, hoje são 3,3 vezes. Então, fatos e dados, melhorou. Estatisticamente melhorou.



**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Presidente...**

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Volto a dizer à senhora: nós podemos melhorar mais? Podemos. Temos uma rede gigantesca, deputada. Esses 43 mil quilômetros de rede que nós temos concentrados aqui na Grande São Paulo correspondem... São 43 mil quilômetros, e a circunferência equatorial da Terra tem 42 mil quilômetros. Então essa não é uma tarefa apenas para cinco anos. Não está faltando investimento, de forma alguma. Não está faltando tecnologia, mas é um trabalho que é cumulativo. Ele vai aos poucos.

Nós sabemos, nós fazemos vistoria de rede, inclusive não apenas visual, mas também digitalização de tudo isso, da vegetação. Nós sabemos disso, mas temos aplicado onde é mais prioritário, onde as coisas estão mais críticas, e é exatamente por isso que os indicadores melhoraram tanto.

Pode melhorar, pode ter algum conjunto específico? Nós discutimos sobre isso muito aqui, foi mostrado à senhora que, daqueles seis conjuntos geoelétricos lá na região do ABCD, São Bernardo inclusive, hoje são apenas três que não atendem os indicadores, né? E a nossa ideia é que chegue até o final do ano com isso equacionado. Não tenho nenhum problema em reconhecer problemas, nenhum, nenhum.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Presidente, entendo que o senhor precisa defender a empresa, mas a questão dos indicadores, eu vou depois estar colocando inclusive no meu relatório a prova de que isso não é um indicador verdadeiro, até por conta de amostras que a gente tem buscado.

Então o que é falado não é o que a população está sentindo, e o indicador também não é. Pode ser, de uma forma macro, que é o problema que a gente tem na questão de qualidade de atendimento, mas não é uma coisa verdadeira. Mas, enfim, eu queria passar...

**O SR. MAX XAVIER LINS -** Só um instante, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Sim.

**O SR. MAX XAVIER LINS -** Permita-me discordar. Os indicadores são, sim, verdadeiros. (Vozes sobrepostas.)

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Tudo bem, eu só depois mostro. Eu provo, eu provo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - São, sim, verdadeiros. São auditados pela agência federal e pela agência estadual.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então acho que tem problema em todas. Bom, enfim.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Bem, essa é uma conclusão sua, mas me permita discordar seriamente, porque esses números são números muito sérios.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Bom, depois a gente vai conseguir colocar tudo isso em pratos limpos, mostrando o que é que mostra e o que é que a gente realmente tem, mas eu queria colocar uma imagem. Pode por aí, por favor? (Voz fora do microfone.)

Na verdade, essa foto é uma foto com uma árvore bastante grande e que está no meio dos fios. Pode passar a próxima, por favor. Ali a árvore despencando do lado, passando os fios ali no meio. É uma árvore bastante grande e um emaranhado de fios que, na verdade, é fio de telefonia, mas tem o da energia em cima. E ali, essa casa foi da pessoa que me enviou, tá?

Ali a gente está vendo essa árvore que eu acabei de mostrar do lado de cá. Do outro lado é onde não tem a energia elétrica, e aí mostra que elas estão podadas. Só faltou podar essa, porque não pode ser podada pela prefeitura, a não ser que exista a desenergização. E aí vai para o próximo. Não, o próximo. Isso é o endereço; depois, se o senhor precisar... Não. Isso, agora pode soltar.

**O SR. VINCENZO RUOTOLO** - Começo pela parte final, que é o tema da poda. Acho que aqui temos espaço para... (Vozes sobrepostas.)

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Acho que precisa voltar, porque pegou um pedacinho a menos. Por favor.

**O SR. VINCENZO RUOTOLO** - Começo pela parte final, que é o tema da poda. Acho que aqui temos espaço para aprimorar esse processo. Não quero repetir novamente, digamos, (Inaudível.) falando, mas claramente, primeiro, você: “Certeza já podem atuar as pessoas da prefeitura em total segurança”.

Agora eu digo isto: diante de uma dúvida, não atuar. Não atuar, digamos. Temos que preservar a vida das pessoas. Na Enel, temos uma política que se chama de “stop work”: qualquer pessoa, a qualquer momento, em dúvida... (Vozes sobrepostas.)

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Ok, pode tirar. Só era esse pedacinho mesmo. Então ali é onde a gente mostra o que é que a gente tem de problema na questão de poda, para deixar bastante claro para todo mundo. Veio um monte de deputado, um monte de gente falando sobre a questão de poda, quem é que manda, quem não manda, quem que é obrigado, quem não é obrigado.

Então, assim, mostra claramente que, de um lado, onde não tem energia, a prefeitura consegue podar. Onde tem energia, ela depende da Enel. Então é uma responsabilidade compartilhada. O que as prefeituras pedem é que a Enel faça o desligamento, e isso não acontece.

Então mostrar também que, naquela residência que eu mostrei da casa que não foi podada, esta semana, que foi a que a menina me enviou, ela me enviou porque esteve uma equipe da Enel lá - inclusive tem o número do protocolo - responsável por poda. Essa equipe da Enel chegou para essa moradora e disse: “Olhe, a senhora procure a deputada Carla Morando, que é da ‘CPU’ - da ‘CPU’ - da Enel, porque aí ela vai resolver o seu problema”. E foi embora.

É isso o caso, o descaso que a gente tem perante toda a sociedade. Se o senhor depois conseguir apurar qual foi a equipe e mostrar para eles o que realmente a gente está aqui brigando, que é para uma qualidade de atendimento... Agora, uma equipe de poda chegar - se ela é terceirizada ou não, enfim... Eu gostaria inclusive de saber quem foi a pessoa que foi à casa dessa moradora e falou que a responsável sou eu.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Independentemente da equipe técnica de poda ou de qualquer outra natureza, se própria ou terceirizada, ela está exercendo uma atividade em nome da empresa. Em segundo lugar, esse tipo de comportamento é inaceitável. (Voz fora do microfone.) Inaceitável, absolutamente inaceitável. Por mais divergência de

visões que nós eventualmente tenhamos, a civilidade e o respeito precisam ser mantidos em alto nível.

Em terceiro lugar, quanto ao objeto específico, a poda daquela árvore, o fato de ter uma árvore podada pela prefeitura de um lado da rua e outra não podada onde passa a rede elétrica não significa que haja descaso. A senhora sabe me dizer, por exemplo, quando foi feita a solicitação, se estava ou não - dois segundos, só para eu concluir a pergunta - dentro do prazo, qual era o protocolo, porque, com base no nosso sistema, eu tenho condições...

Se foi no município de São Paulo... Não sei se foi no município de São Paulo ou se foi em outro local. Se foi no município de São Paulo, nós temos exatamente condições de identificar quando foi feito naquele endereço, qual foi o prazo, qual era a data, qual foi a hora em que foi feita e se estava ou não dentro do prazo. Simples assim.

É rastreável com base nesse sistema. É por isso que esse sistema, deputada Carla, é tão importante, porque aí não fica esse disse que me disse. São fatos e dados. Eu vou lá, rastreio, pego, sem problema.

Então, se foi no município de São Paulo, se a senhora me passar o endereço e quando isso foi protocolado, a gente vai saber exatamente o que é que aconteceu. Se eventualmente nós estivermos errados, fora do prazo, eu vou fazer aqui um mea culpa e imediatamente vou fazer duas coisas: fazer a poda e pedir desculpas, simples assim, e tomar providências para que não aconteça novamente. Agora, eu preciso de informações concretas.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu mostrei ali, mas eu não quis expor a pessoa, e aí eu passo no particular.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Sem problemas.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Porém essa solicitação dessa moradora foi para a Enel, não foi para a prefeitura. Essa não foi para a prefeitura, foi para a Enel, mas eu tenho também aqui os dados da prefeitura, os ofícios enviados pedindo a poda de árvore, o desligamento, mas não foi feito no caso. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Só um ponto, só um ponto: nenhuma solicitação de poda é feita diretamente à Enel. Ela é feita...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pois foi o que ela me passou o protocolo inclusive. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Pois é, mas está errado. O procedimento estabelecido, inclusive no âmbito do convênio de podas com a Prefeitura de São Paulo, é: qualquer munícipe solicita à prefeitura. A prefeitura avalia...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Nós estamos falando de São Bernardo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Como?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Nós estamos falando de São Bernardo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Por isso que eu perguntei se era em São Bernardo, ok? Onde vigora o convênio, qualquer munícipe solicita diretamente ao município. Independentemente de ser São Paulo ou não, deveria ser assim, porque a responsabilidade legal é do município, e aí o município avalia se aquela poda deve ou não ser efetuada. Se houver interferência com rede elétrica que precise de desligamento, faz a solicitação através de um ofício formal, e a gente faz a programação. Esse é o rito. Se a senhora puder me dar...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Esse é o rito, mas, como a pessoa é livre e ela liga para onde ela quer, nós não temos poder sobre isso. Ela ligou para a Enel, e a Enel foi lá atender, mas não atendeu. Só foi lá para dar o recado para me pedir, porque eu estava na “CPU” da Enel. Não entendi, mas, enfim, é uma questão pontual.

Mas a gente tem diversos pedidos da prefeitura mostrando inclusive que não foi feito até hoje e passou o prazo também dos ofícios. É muito complicada toda essa situação. Então falar que a questão da árvore é um problema do município? É, a partir do momento que ele consegue podar. Se não fizer a deseletrificação, ele não pode

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Deputada, até para aproveitar essa oportunidade, dividir a foto da árvore. Esse jogo de empurra da prefeitura e da Enel...

Vamos imaginar: a Enel faz um processo anterior para garantir uma poda direto pela Enel? Vamos imaginar que aquela árvore começa a crescer.

Ela vai começar a empurrar a fiação para cima. Daí, com certeza, a médio prazo, vai ter um - como é que fala? - um investimento maior da Enel. Em vez de fazer a poda, de fazer a manutenção... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Pode acontecer sim. Agora, na foto aqui, olhando a distância, deputado, o que eu vi eram cabos de rede de telecomunicação.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, mas ela é bem alta.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não... Isso.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Exatamente por isso, porque a rede elétrica secundária ou primária... A primária normalmente as copas nem alcançam, mas a secundária fica na parte mais alta da copa. Aquela foto ali não pegava a rede secundária, pegava a rede de telecom.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Mas não é só em relação a essa, mas normalmente...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - A primária. A secundária, desculpe. Ela pegava a secundária, não a primária.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, só para ajustar, eu estou falando da questão da lógica de empurra de um lado para o outro, de quem que é, se é do consumidor, se é da prefeitura, se é da Enel.

Nós estivemos aqui conversando em outras oitivas, e tanto quando era Eletropaulo, ou mesmo um pouco antes, AES Eletropaulo, em algumas oitivas, colocou aqui que tinha um trabalho de prevenção, que quem estava na empresa há mais tempo - estava há 20 anos, 15 anos na empresa -, só de bater o olho já sabia que ia dar um problema no futuro e eles já faziam um processo preventivo para que não viesse a ter um investimento maior da empresa no futuro.

A pergunta é esta: vocês têm esse trabalho preventivo, ou vocês só trabalham quando acontece...

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Nós fizemos, no ano passado, 361 mil podas preventivas. Vou repetir o número: 361. Se o senhor dividir, deputado, por 12 meses, vai dar em média 30 mil podas por mês. Como cada mês têm em média 30 dias, dá em média mil podas por dia. Esse é um número que a gente aumentou significativamente desde que assumimos a companhia, e seguiremos ampliando.

Eu coloquei aqui no início, na minha apresentação, infelizmente o final ficou espremido pelo tempo, que nós já realizamos, até 31 de outubro desde ano de 2023, 294 mil podas e vamos intensificá-las ainda mais, estamos intensificando, nos meses de novembro e dezembro.

Muito provavelmente vamos fazer um número ainda maior em 2024, inclusive com inspeção aérea utilizando helicópteros, porque é mais rápido fazer uma inspeção área utilizando helicópteros e equipamentos de termo visão do que fazer a inspeção visual a pé. Então isso ajuda a reforçar essa inspeção.

Evidentemente não pode ser feito em dias de chuva, mas ajuda nesse sentido. Nós estamos nos programando, inclusive, para fazer... Nós fazemos com helicópteros apenas as linhas de transmissão, e vamos ampliar isso para as linhas de distribuição também.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Só para finalizar, faltou energia na casa do senhor no dia três de novembro? E, se faltou, por quantas horas?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Faltou duas vezes durante o período muito rapidamente.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Ok. Então o senhor não sentiu o que o resto da população sentiu.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu acompanhei diretamente todo o acontecimento. Eu estava...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas sentir na pele, sentir. Sentir na pele a pessoa que não tem condição de comprar aquilo de novo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada, a falta de energia não escolhe pessoas, nem bairro. Não escolhe pessoas, nem bairro. Não escolhe. Então, assim, tentar trazer esse caso para personificar o caso, não bate com o que está acontecendo. A gente precisa “despersonificar” o caso. Então a falta de energia não escolhe bairro, não escolhe cidadão, não escolhe nada. É importante...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Escolhe a falta de investimento.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, de forma alguma. Eu mostrei para a senhora aqui que os investimentos foram recordes. Então, isso também...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Falar é uma coisa, sentir é outra.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu respeito a sua opinião, mas discordo dela com fatos e dados. Eu estou trazendo para a senhora um fato, investimentos recordes e os indicadores melhoraram. Então isso são fatos, isso sim corresponde à realidade, o restante são argumentos.

Eu entendo, eu respeito, vou... E pode existir pontualmente áreas aqui e acolá? Existem, existem, existem. Agora, estaticamente falando, a rede é hoje muito melhor do que foi há cinco anos atrás. E daqui a cinco anos será melhor do que é hoje, tenha certeza.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para chegar o último orador, no caso...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Você.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu até agradeço a todos aqui que estão acompanhando. A gente está caminhando para oito horas de reunião. Eu queria colocar aqui... A maioria das minhas perguntas já foram questionadas pelos deputados que me antecederam. Acho que, de forma exaustiva, o Sr. Max também já colocou inúmeras dúvidas, inúmeros relatos. Acho que teve pergunta que todos os deputados chegaram a fazer em relação ao ressarcimento.



Mas eu queria colocar aqui só um relato de um consumidor da Enel. Uma criança chamada Théo, que mora no bairro do Butantã, ele tem distrofia muscular e precisa de uma série de cuidados. Ele utiliza um aparelho para dormir, acho que um aparelho respiratório, e a mãe dele teve que o cutucar - essa é expressão que ela coloca - a noite inteira para ver se o filho estava realmente bem. Sem dúvida. É um relato muito triste.

Eu questiono aqui a Enel se eles possuem um cadastro de clientes sobrevida, um cliente vital. Quantos clientes estariam cadastrados nesse cadastro? Desse total, quantos ficarem sem energia no último dia três? Quantos vocês atenderam e em qual prazo vocês conseguiram atender? E se tiver alguma comprovação disso já para expor aqui a esta comissão. Pergunto isso porque o Théo era um desses clientes que ficaram sem energia e correram um risco e, no caso, ele deveria ter uma prioridade no seu atendimento.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Deputado, aproveitar, nessa questão, a pessoa, se aconteceu esse episódio, para quem ela tem que ligar? Qual que é o número que essa pessoa teria que ligar num momento como esse?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado pela pergunta, deputado. Clientes com equipamentos de sobrevida são um dos critérios de priorização do atendimento de reestabelecimento de fornecimento de energia elétrica. Nós temos, como eu disse aqui, vários critérios: atendimentos a hospitais, unidades de saúde, estações de bombeamento d'água, sobrevida, escolas que estejam com algum tipo de atividade, como foi o caso do Enem.

Cem por cento das escolas na nossa área de concessão, das 308 escolas, nós conseguimos atender no domingo. Ou seja, nenhuma prova do Enem deixou de ser feita porque nós fizemos um esforço paralelo muito forte. Também cabos rompidos que possam representar risco à vida das pessoas por choque elétrico.

O cliente com equipamento de sobrevida na sua residência é uma das prioridades. Nós temos, salvo engano, 5.777 mil - depois pode checar esse número - imóveis com equipamentos de sobrevida cadastrados. Então quando há um evento, o próprio centro de operações sabe se o houve falta de energia por conta das ligações que recebe, no call center ou no próprio centro, e coloca aquilo dentro de uma lista de prioridades.

A lista de prioridades não é a garantia do atendimento, por óbvio, por quê? Porque, diante de uma situação absolutamente excepcional e atípica, que nós estávamos vivendo naquele momento, é uma priorização, são os prioritários, mas vão ficar ali aguardando.

Nós recepcionamos qualquer... Ou seja, toda residência, todo cliente que tenha algum tipo de equipamento de sobrevida deve se cadastrar conosco para que esse procedimento o abranja também. É assim que funciona. Eu não sei dizer aqui exatamente neste momento quantos foram atendidos, em que condições, na linha do tempo e etc. Mas eles são sim priorizados com base nesse protocolo.

Agora, mais uma vez, nós estávamos diante de uma situação... Por exemplo, das 20 estações de bombeamento d'água, algumas nós tivemos que colocar geradores, junto com a Sabesp, porque seria impossível diante daquela falta específica que tinha ali, daquela ocorrência específica que tinha ali. Então colocou-se geradores para tentar evitar a falta de água. Então são prioridades que são atendidas a partir do momento zero do evento.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Em relação ao o que o senhor colocou aqui, Sr. Max, no sentido de terem vindo equipes de outros estados, que o senhor comentou do Ceará e do Rio - se eu não me engano... Se tiver mais algum estado e o senhor quiser colocar depois - fica só uma dúvida, um questionamento. A gente teve a necessidade de trazer equipes de outros estados para conseguir dar uma resposta à altura à população de São Paulo.

Mas, e se no caso - eu sei que aí é mais extremo ainda, mas acho que a companhia tem que estar preparada - os outros dois estados, o Rio e o Ceará, estivessem passando por problemas também e eles não conseguissem enviar equipes? Será que o problema aqui na cidade de São Paulo e nas outras cidades também se estenderiam ainda mais?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputado, é boa essa pergunta...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Só, desculpe, isso não mostra que o número de funcionários é insuficiente para conseguir repor, no caso de uma emergência como a gente teve?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - De forma alguma, só demonstra o zelo e a determinação que nós tivemos, no sentido de resolver o problema o quanto antes. Eu citei aqui que chegamos a mobilizar 1.200 equipes. Se eu não me engano, entre Rio de Janeiro e Ceará vieram 40 equipes. Então não é isso, adicionais, que iria impactar o volume total. Ainda assim, dado que aquelas áreas tinham disponibilidade, nós fizemos o máximo do máximo do esforço.

Tentei também, deputado Auricchio, empréstimos com outras companhias de distribuição que atuam aqui no estado de São Paulo, mas todas estavam em situação semelhante. Foi uma tempestade, se o senhor olhar os dados meteorológicos do Inmet - aliás, eu mostrei aqui - e de outros institutos de meteorologia, vai ver que foi uma tempestade, eu vou repetir, com 400 quilômetros de extensão que varreu diagonalmente quase todo o estado de São Paulo.

Então todas as distribuidoras que operam no estado de São Paulo estavam, naquele momento, em situação também de utilizar o seu máximo esforço. Na segunda-feira, à noite, inclusive, eu estive com os meus pares lá no Palácio dos Bandeirantes e conversei com todos eles, ninguém tinha disponibilidade. Fomos buscar, portanto, adicionalmente, fazendo o máximo esforço nesse sentido.

Agora, lembrar também o seguinte: há momentos em que você poderia ter, por hipótese, duas mil equipes - vamos supor que eu conseguisse duas mil equipes -, se árvores repousavam ainda sobre redes, até elas serem retiradas e aquele local, a rua, ser plenamente desobstruída para que nós pudéssemos tirar os postes quebrados, tirar o transformador que foi para o chão, tirar os cabos rompidos e reconstruir a rede...

Pessoal, nós estamos falando de uma reconstrução de centenas de trechos de rede. Não estamos falando de uma operação de manutenção corretiva não, normal não, bater uma chave, um fusível e etc. Foi a reconstrução de centenas de trechos de rede. É importante que isso fique claro para que a gente não ache que estamos lidando com um fenômeno que foi normal, dentro das condições normais de temperatura e pressão. Não foi.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Até o senhor colocou aqui sobre a reunião de segunda-feira passada, mencionando as outras concessionárias. Até o governador colocou isso, que as demais concessionárias ficaram no máximo um dia para reestabelecer a energia. O governador colocou também o rápido reestabelecimento da energia em São Sebastião naquele episódio que a gente teve do carnaval.

O que você acha, Sr. Max, na opinião do senhor, o que justifica eles terem tido uma velocidade maior? Fica aí que nessas cidades a poda é bem-feita, os prefeitos organizam maior a situação, o investimento dessas concessionárias nessas localidades é maior? O que o senhor acha que justifica?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Dois pontos, deputado Auricchio. Em primeiro lugar, a incidência dos ventos não foi homogênea em toda área de concessão. O senhor viu aqui o mapa dos ventos e o senhor pôde perceber que exatamente em cima da nossa área de concessão, que é na Região Metropolitana, nós tivemos os maiores ventos.

Se aquela lâmina pudesse ser projetada... Eu tenho aqui. Eu vou demonstrar para o senhor que o segundo vento mais forte foi de 80 quilômetros, depois 60, depois 38. Quer dizer, foram ordens de grandeza completamente distintas, esse é o primeiro ponto. A gente precisa tratar coisas iguais com a mesma régua, com a mesma balança, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é: de onde veio exatamente, de maneira formal, essa informação de qual foi a velocidade de recomposição? Eu estou trazendo aqui os meus dados formais, que mandei para a Agência Nacional de Energia Elétrica, e com eles eu me comprometo, eu assino embaixo desses dados aqui.

Agora, todo o restante que eu vi foram declarações de pessoas, eu não vi os dados oficiais. Seria bom, inclusive, valeria a pena até para comparar coisas iguais, que fossem solicitadas as informações das demais congêneres, aquelas informações que foram informadas à Agência Nacional de Energia Elétrica, porque os meus são oficiais, eu respondo por eles. Não posso fazer uma comparação sem ter esses outros dados nas mãos.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - A Aneel trouxe - nem lembro quem que trouxe - um gráfico em relação às concessionárias no Brasil, e a Enel aqui em São Paulo estava numa das piores colocações. A Aneel estipula uma nota de avaliação, um grau mínimo, uma nota mínima para demonstrar a qualidade, se o serviço tem sido bem feito ou não?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Muito provavelmente esse gráfico que o senhor viu foi o gráfico que nós encaminhados à Aneel, porque eu não vi gráfico de nenhuma outra distribuidora em termos de restabelecimento. O senhor tem certeza que viu de outra? Porque provavelmente foi o nosso. Então, mais uma vez, é importante que a gente compare coisas oficiais e com a mesma régua, esse é o ponto.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - A gente, até para finalizar, ouviu de todos os prefeitos aqui, até o prefeito Danilo, de Cajamar, comentou que em 2028 essa concessão vence e abre-se uma nova licitação. Aparentemente a gente

vê, no que a gente tem visto aqui na CPI, que é um contrato de 1998, que é um contrato frouxo e permite muitas vezes a Enel a colocar a população de São Paulo nessas situações.

Ao meu ver, e pelo que todos falaram aqui, não é à toa de que existe uma CPI no Ceará, uma CPI no Rio, uma CPI no estado de Goiás, inúmeras prefeituras que são aqui que são atendidas pela Enel tiveram a CPI, a própria CPI aqui da Alesp. Então, não é possível que todo mundo esteja errado e a Enel esteja certa.

Então eu acho que, ao meu ver, obviamente é muito pela fragilidade desse contrato.... Até a gente ouviu aqui o Procon, a gente ouviu aquele site Reclame Aqui, que demonstra a insatisfação das pessoas em contatar a Enel e diversos problemas que a gente teve. Como eu falei, demonstra aí uma fragilidade, uma cobrança efetiva da Aneel na gestão desse contrato, e acho que não é à toa. O serviço que a gente tem aqui, todos sabem que é de péssima qualidade.

Eu sei que o senhor não tem obrigação de responder, mas se pudesse dar uma sugestão a esse próximo contrato de concessão que a gente vai ter aqui no estado de São Paulo, para que a gente possa ter uma maior fiscalização, um pulso mais firme em relação à cobrança desse contrato, a exigência do contrato para que a gente tenha um padrão de qualidade.

Se o senhor pudesse dar uma sugestão à Aneel, quando fosse elaborar esse contrato, eu sei que aqui todos nós ficaríamos muito contentes com a sugestão do senhor para que a gente possa ter, de fato, um serviço de qualidade.

É como eu falei, não é possível que todas as prefeituras, todas as Assembleias que abriram uma CPI contra a Enel estejam erradas, a população de modo geral, esse dois milhões de habitantes estejam errados, e a Enel esteja atuando de forma correta e íntegra com a população de São Paulo.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputado, obrigado. Eu não vou entrar em juízo de valor sobre a privatização que foi feito à época, até porque ela foi feita por esta Casa, junto com o Governo do Estado à época. Eu também não costumo julgar crime de guerra em tempo de paz. A gente precisa sempre circunstanciar tudo que foi feito à luz das condições de contorno à época. Então não cabe juízo de valor da minha parte sobre isso.

Segundo ponto, dizer que nós não nos achamos os melhores, não, deputado. Mas nós temos uma determinação muito grande em seguirmos melhorando. No caso da Enel de Distribuição de São Paulo, acabei de dizer aqui várias vezes, a empresa nunca recebeu tantos investimentos, são investimentos recordes.

Os indicadores melhoraram sim. DEC e FEC são indicadores e melhoraram sim. O que a gente pode dizer é o seguinte: ainda há espaço para melhorar? Há regiões específicas que podem... Podem, é verdade. E a gente vai continuar seguindo nessa linha. Daqui há cinco anos, a empresa será melhor do que é hoje.

Qual é o papel do poder concedente, que é a União? No que tange a renovação de concessões, não é a Aneel que renova concessões. O que define as regras de renovações de concessões é a União. A Aneel tem um papel muito importante.

Houve uma audiência pública para a coleta de sugestões e todas as nossas sugestões foram encaminhadas lá, assim como o próprio Governo do Estado de São Paulo encaminhou sugestões. Nós interagimos muito. Eu interagi pessoalmente com a Secretaria de Infraestrutura, com a secretária Natália à época, trocando percepções e etc. para subsidiar isso. Todas as contribuições estão lá.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Última pergunta antes de agradecer a todos: numa situação que o senhor não fosse de fato o presidente da empresa, agora o Sr. Max como pessoa física normal, sem estar dentro da Enel, que nota que o senhor daria para o serviço prestado pela Enel de São Paulo? Do fundo do coração, porque eu sei que o senhor... Eu li o currículo do senhor, fica uma admiração por toda a sua trajetória, dá para ver que o senhor é uma pessoa do bem.

Como eu falei, sem personificar na pessoa da empresa, como o senhor avaliaria, que nota o senhor ia dar se o senhor fosse o dono do supermercado que perdeu o sorvete, como foi falado aqui por algum deputado aqui que agora eu não lembro. Por algum filho que tivesse... Dormiu a noite inteira vendo se o filho está bem por conta do equipamento que não funcionava ou medicamento que estragou, medicamento de alto custo que eu vi que estragou.

Como o senhor se sentiria se você fosse esse pai de família, essa mãe de família. Como o senhor, sem personificar na figura de presidente, como pessoa física, se sentiria se estivesse na pele dessas pessoas?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Sem prejuízo na condição de presidente, mas também olhando enquanto cidadão, enquanto presidente, eu vou reiterar aqui: nós sentimos profundamente o transtorno e a dificuldade de toda essa população que ficou quatro, cinco dias sem energia elétrica.

Lembrando que a recomposição foi muito forte e não foram todos que ficaram quatro, cinco dias. Um milhão e duzentos já tiveram a sua energia recomposta no primeiro dia, um milhão e oitocentos no segundo dia, 97% no terceiro dia e 99% no quarto dia. Então foi um esforço muito significativo de recomposição.

Eu posso testemunhar isso para o senhor com a experiência que tenho e com a formação que tenho, garanto que nunca vivenciei uma crise dessa magnitude com essa velocidade de resposta. Evidentemente que quem sofre com isso, aquele 1% que ficou ou 0,5% que ficou está sofrendo, nós sabemos disso. Mas eu quero aqui separar a crise do curso normal das coisas, onde objetivamente as coisas estão melhorando e seguirão melhorando.

Quanto a nota, deputado, eu prefiro não a fazer. Em primeiro lugar, porque provavelmente eu poderia estar sendo parcial. Em segundo lugar, porque eu preciso ser avaliado pelos meus clientes e pelos meus “stakeholders”, e aqui tem uma lição aprendida. Eu vou reiterar duas coisas aqui.

Em primeiro lugar, nós vamos sim fazer uma reflexão no que tange à aproximação com os 24 municípios da nossa área de concessão. Onde é que está doendo, eu preciso entender isso, ter um relatório disso para cada município e montar um plano de ação. Saibam disso. Segundo, reiterar aqui o meu pedido de desculpas à população, àquele cliente e a família dele que ficou sem energia por várias horas e dias.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só pela oportunidade. Depois nós vamos ter que apresentar aqui um relatório final da CPI, e o caso de sobrevida aconteceu bastante, não foi um ou outro, a gente teve vários relatos. E olha o que eu perguntei ao Sr. Max em relação: se tem um número direto, direcionado para que o pessoal possa fazer uma ligação, porque tem lá o 0800.

Então deu crise de energia, lá tem o número 0800 que está lá na conta e o pessoal liga para aquele número. Mas, no caso de sobrevida ou dos casos prioritários hoje... Que tem hospitais, clínicas, vocês já têm essa relação do que é prioridade para fazer o religamento, para resolver o problema da energia.

É possível ter, a partir dessa leitura e dessas prioridades que vocês já têm, um número específico para essas pessoas que estão em sobrevida ou que são prioridade no regulamento terem uma ligação direta com a Enel, que não seja o número 0800? E como é feito hoje para as pessoas, em relação às pessoas em sobrevida, poderem se cadastrar na Enel para poder ter essa preferência no atendimento?

Porque nós vamos ter que soltar um relatório depois da CPI e quanto mais gente que está nessa situação de sobrevida puder saber os caminhos, para a gente também é importante.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Obrigado, deputado Marcolino. Nós temos dentro do nosso centro de operações - desde já eu convido a todos vocês a irem visitar - a figura do avaliador de turno. O avaliador de turno é alguém que fica monitorando todas as coisas que acontecem: um evento que passa na televisão, um telefonema de uma autoridade, etc.

Esse avaliador de turno, junto com o chefe da operação - nós temos lá cadastrados todas essas instalações prioritárias, como eu disse, são hospitais, unidades de saúde, residências com equipamentos de sobrevida, eventualmente, escolas, instalações estratégicas de governo federal, estadual, municipal -, vinculando cada uma dessas coisas ao circuito elétrico onde ele está associado.

Então quando há uma falta num circuito elétrico desse, se ele for primário, nós sabemos automaticamente, se for um circuito secundário, nós sabemos indiretamente, mas sabemos. Isso entra imediatamente. Se atingiu aquele circuito no qual aquele hospital, aquele equipamento, aquela instalação de sobrevida está associada, imediatamente ele entra na ordem de prioridades, é assim que funciona. O senhor está convidado para nos visitar e conhecer.

Quanto à divulgação, acho que é bastante válida. Ou seja, divulgar um pouco mais a informação de que novas residências que tenham pacientes com equipamentos de sobrevida se cadastrem. É legítimo e é necessário.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Presidente, agora há pouco, numa das perguntas, nós até questionamos por que só depois de cinco anos fazer um planejamento e ver onde existem esse mapeamento de prioridades. Agora há pouco o senhor disse para a gente fazer. E agora o senhor está dizendo que tem. Então eu já não sei mais. É só isso.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, eu me referia a duas coisas distintas, deputada.



**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, foi o que foi falado.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Eu estou reafirmando o que eu quis dizer. Se fui eu que disse, eu preciso esclarecer o que eu disse.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O senhor pode pegar as imagens, os vídeos, olhar agora há pouco. Inclusive, falei: “Mas depois de cinco anos que a empresa está aí, somente agora vai fazer esse mapeamento de prioridades de todos os municípios, escolas, hospitais, crianças que precisam de equipamento?”

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Deputada, são duas coisas diferentes. Uma é esse mapeamento junto com os municípios. Ficou evidente para mim que há sim um problema de relacionamento que a gente precisa estar mais próximo dos municípios.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - E qual é o mapeamento que o senhor está falando agora?

**O SR. MAX XAVIER LINS** - O outro mapeamento é o mapeamento de podas preventivas, do qual foi questionado aqui. Nós estamos intensificando...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, ele falou sobre prioridade de atendimento.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - Não, houve duas perguntas. Uma é essa...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então, eu de verdade fiquei agora... Não sei se sim, se não. Mas, enfim.

**O SR. MAX XAVIER LINS** - São duas coisas distintas, mais uma vez. Em relação ao mapeamento dessa dor e dessa insatisfação, que tem uma insatisfação represada, é óbvio que tem, vamos tratar, vamos construir um futuro melhor, um amanhã melhor.

Precisa sentar e verificar onde é que está pegando, quais são as demandas não atendidas de fato, como é que a gente pode acelerar isso, mapear isso. O que a gente poder

atender num curtíssimo prazo nós vamos atender, o que a gente pode atender num médio prazo com transparência.

A outra coisa, do qual eu estava falando, é o programa de manutenção preventiva de podas. Eu disse aqui que nós iríamos inclusive intensificar além do que nós já fazemos. Eu fiz no ano passado 361 mil podas, esse ano, até 31 de outubro, 294 mil podas e temos mapeado áreas onde a gente pode intensificar.

É isso que nós vamos fazer. É outro mapeamento necessário, só que esse segundo a gente já tem. Inclusive falei aqui que vamos intensificar esse mapeamento, além do que a gente já tem, com a inspeção visual por pedestre, andando, com helicópteros.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Acho que é isso. Então, novamente, agradecer aqui o senhor Max. Agradecer também os deputados, porque foram mais de 18 deputados que passaram aqui para fazer seus questionamentos. Acho que até para nós quatro aqui finalizando, e incluo o Sr. Max também, todos os assessores que acompanharam, foi uma prova de resistência, mas o tema requer essa atenção especial da nossa comissão.

Então, assim como até o deputado Gil falou, acho que é uma CPI extremamente democrática, republicana, em que a gente une, sem querer entrar no mérito de esquerda e direita, deputado Marcolino, reúne todos nós, partidos, deputados, em um único objetivo, que é trazer, cobrar um bom serviço para a população de São Paulo.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada, após oito horas, a reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*